

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

LETÍCIA VIANA DE MORAIS

**Assim sobrevivemos:
narrativas de militantes presas políticas no Presídio Tiradentes
(1969 – 1976)**

São Paulo
2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

LETÍCIA VIANA DE MORAIS

**Assim sobrevivemos:
narrativas de militantes presas políticas no Presídio Tiradentes
(1969 – 1976)**

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Cardoso

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M827a Morais, Leticia Viana de
 Assim sobrevivemos: narrativas de militantes
 presas políticas no Presídio Tiradentes (1969 - 1976)
 / Leticia Viana de Moraes; orientador Maurício
 Cardoso - São Paulo, 2022.
 112 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Social.

1. Gênero. 2. História das mulheres. 3. Ditadura
civil-militar. 4. Prisão política.. I. Cardoso,
Maurício, orient. II. Título.

MORAIS, Letícia Viana de. **Assim sobrevivemos**: narrativas de militantes presas políticas no Presídio Tiradentes (1969 – 1976). 2022. 112f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Aprovado em: 31/10/2022

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

À minha avó, Maria Camila Viana (*in memoriam*), de quem herdei valorosas virtudes, entre as
quais, assertividade e ousadia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Maurício Cardoso pela orientação, estímulo, carinho e paciência dedicados a esse trabalho. Sem sua sensibilidade e atenção esse trabalho não seria possível.

Aos professores Sandra Nunes e José Vasconcelos pelas considerações pertinentes na banca de qualificação.

Às professoras Mariana Joffily, Silvia Beatriz Adoue e Carolinne Mendes pelas avaliações e importantes contribuições a esse trabalho na banca de defesa, das quais parte dos apontamentos foram absorvidos nessa versão.

A Lenira Machado, Iara Glória Areias Prado, Nair Yumiko Kobashy e Márcia Yajgunovitch Mafra por lutarem por uma sociedade mais justa e compartilharem suas experiências com as gerações futuras. A Iara e Nair agradeço por terem me recebido pessoalmente. Agradeço também à Ludmila Frateschi, por ter se disposto a conversar sobre as memórias de sua mãe. Gratidão pela confiança que tiveram no meu trabalho.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e a Universidade de São Paulo por garantirem o acesso à pesquisa. A CAPES pela bolsa mestrado que contribuiu para o desenvolvimento de parte dessa pesquisa.

A Silvana Gurgel, pela generosidade e contribuição com o trabalho.

Ao Rodrigo Basílio, companheiro em incontáveis aventuras e desventuras.

A Wagner Pereira, Priscila Carlos, Andreia Cândido, Angelica de Luca, Andrea Freitas, Joyce Carvalho, Karina Martins, Maria Silva, Juliana Liegel, Suzana Barroso e William Krow, Cícero do Crato pelas leituras, conversas, acolhimentos a mim e aos meus filhos.

Em especial às mulheres da minha família que me apoiam e inspiram: minhas irmãs, Fabiana e Tarsila Viana, minha tia Gláucia Viana e à minha mãe, Maria Lúcia Viana, todas Marias que me ensinam cotidianamente a ter força, raça e gana sempre.

A meus filhos, Caetano e Jorge Viana que com amor me fazem diariamente uma pessoa melhor.

“Mulher do fim do mundo
Eu sou e vou até o fim cantar”

SOARES, Elza. **Mulher do fim do mundo.**

RESUMO

MORAIS, Letícia Viana de. **Assim sobrevivemos**: narrativas de militantes presas políticas no Presídio Tiradentes (1969 – 1976). 2022. 112f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Nesta dissertação, analisei o processo de transgressão de padrões sociais, militância política e encarceramento de mulheres que combateram a ditadura civil-militar brasileira (1964 - 1985). Com a promulgação do AI-5, em 1968, o recrudescimento da repressão política conviveu com estratégias de combate armado ao regime, levadas a cabo, especialmente, por jovens estudantes que ingressaram em grupos de guerrilha revolucionária. Direta ou indiretamente, as mulheres que se envolveram nessas lutas vivenciaram limites e potencialidades de ação marcadas pela condição de gênero. Objetivei com esse trabalho perceber vínculos entre a participação de mulheres na luta política e o reconhecimento de limites construídos pelo patriarcado, bem como possibilidades transformadoras na ação feminina. Para tanto, perscrutei os testemunhos de quatro militantes que participaram do movimento estudantil da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e, posteriormente, ingressaram em organizações políticas que fizeram a opção pela luta armada. No início dos anos 1970, Lenira Machado, Nair Kobashy, Márcia Mafra e Iara Areias Prado foram confinadas no Presídio Tiradentes, em São Paulo, local apelidado pelos presos políticos como “Torre das Donzelas”. Os testemunhos dessas mulheres fazem parte do acervo do *Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão Política no Brasil (1964-1985)*, uma parceria entre o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (FFLCH-USP) e o Arquivo Edgard Leurenhoth da Unicamp, com o financiamento da Fundação Ford. O presente trabalho demonstra que as jovens que vivenciaram esse processo romperam tradições, ampliaram a significação de ser mulher e experienciaram limites na atuação coletiva. Nesse contexto, no qual as opressões de gênero eram pouco valorizadas pelas esquerdas e para muitas mulheres, a racionalização a respeito desse tema se intensificou após o confinamento entre companheiras. A ação e a reflexão dessas protagonistas na, e acerca da condição das militantes contribuíram para o fortalecimento do feminismo brasileiro, entre mulheres brancas de classe média. Ao mesmo tempo, indicam limites no tocante a compreensão de coletivos políticos como conjuntos universais, o que corrobora com uma demanda analítica atual de considerar as subjetividades ao estudar identidades sociais.

Palavras-chave: Gênero. História das mulheres. Ditadura civil-militar. Prisão política.

ABSTRACT

MORAIS, Letícia Viana de. *That's how we survived: narratives of political prisoners in the Tiradentes Prison (1969 – 1976)*. 2022. 112p. Dissertation (Master's in Social History) – Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2022.

In this dissertation, I analyzed the process of transgression of social standards, political militancy and forced incarceration of women who fought the Brazilian civil-military dictatorship (1964 - 1985). With the promulgation of AI-5, in 1968, the resurgence of political repression coexisted with strategies of armed combat against the regime, carried out, especially, by young students who joined revolutionary guerrilla groups. Directly or indirectly, the women who got involved in these struggles experienced limits and potential for action marked by their gender condition. With this work, I aimed to perceive links between women's participation in political struggle and the recognition of limits built by patriarchy, as well as transformative possibilities in female action. For that, I scrutinized the testimonies of four militants who participated in the student movement at the Faculty of Philosophy of the University of São Paulo and, later, joined political organizations that opted for the armed struggle. In the early 1970s, Lenira Machado, Nair Kobashy, Márcia Mafra and Iara Areias Prado were confined in the Tiradentes Prison, in São Paulo, a place nicknamed by political prisoners as "Maiden's Tower". The testimonies of these women are part of the collection of the Intolerance and Resistance Project: Memories of Political Repression in Brazil (1964-1985), a partnership between the Laboratory of Studies on Intolerance (FFLCH-USP) and the Edgard Leurenhoth Archive of Unicamp, with funding from the Ford Foundation. The present work demonstrates that the young women who experienced this process broke traditions, expanded the meaning of being a woman and experienced limits in collective action. In this context, in which gender oppression was undervalued by the left party and for many women, the rationalization on this topic intensified after the confinement between partners. The action and reflection of these protagonists in and about the condition of the militants contributed to the strengthening of Brazilian feminism among white middle-class women. At the same time, they indicate limits regarding the understanding of political collectives as universal sets, which corroborates with a current analytical demand to consider subjectivities when studying social identities.

Keywords: Gender. Women's history. Civil-military dictatorship. Political prison.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Trajetórias femininas: a escolha das memórias de Lenira, Nair, Márcia e Iara como fontes de pesquisa	16
Manifestações atuais de um passado presente	19
Ser mulher fazia diferença?	24
CAPÍTULO 1 - “UM PASSO À FRENTE E VOCÊ NÃO ESTÁ MAIS NO MESMO LUGAR”: TRANSGRESSÕES FEMININAS NOS ANOS 1960	32
1.1 Família, ensino e a preparação das “boas moças”	37
1.2 O ingresso na faculdade e o movimento estudantil	48
CAPÍTULO 2 - “VIVER É MELHOR QUE SONHAR”: A EXPERIÊNCIA FEMININA NO COMBATE À DITADURA CIVIL-MILITAR	56
2.1 Do AI-5 à prisão: militância feminina nos anos de chumbo	57
2.2 Momentos iniciais da prisão: ser mulher e militante sob os olhos da repressão	68
CAPÍTULO 3 - “ANO PASSADO EU MORRI, MAS ESSE ANO EU NÃO MORRO”: A CONVIVÊNCIA NA TORRE DAS DONZELAS E A RECONSTRUÇÃO DAS MULHERES COMBATENTES	81
3.1 Torre das donzelas: a organização coletiva da ala feminina do Presídio Tiradentes	82
3.2 Sobre viver: identidade e solidariedade feminina	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a construção da experiência feminina a partir da luta política, baseando-se nos testemunhos de quatro mulheres que lutaram contra a ditadura civil-militar no Brasil na década de 1960 e foram presas, no início dos anos 1970, na ala feminina do Presídio Tiradentes, em São Paulo.

O termo mulher universaliza um conjunto de sujeitos. Assim, como escreveu Simone de Beauvoir no final da década de 1940, “não se nasce mulher, torna-se mulher”, pois ser mulher é uma construção social realizada a partir do aprimoramento de algumas habilidades em detrimento de outras, em corpos específicos. Na sociedade contemporânea ocidental, as habilidades priorizadas na formação das mulheres estão relacionadas ao lugar social da reprodução e do cuidado de outros. Brincar de casinha, cuidar de bonecas, saber se comportar, não gritar, não falar muito, estar sempre bem apresentável são algumas das orientações comuns a crianças fêmeas.¹

A sociedade contemporânea ocidental se estrutura a partir de relações econômicas capitalistas, que além de dividirem a sociedade em classes sociais distintas, categorizam o trabalho entre produtivo e reprodutivo. Produtivo seria todo o trabalho que produz valor, reprodutivo seria o trabalho necessário à manutenção da vida humana que não produz valor. Essa categorização soma-se à divisão sexual do trabalho, que produz uma relação de poder dos homens sobre as mulheres.²

Essa é a premissa do feminismo europeu. Ainda que tenha grande valia para a reflexão do modo de produção e reprodução da vida social ocidental, essa análise mostra-se insuficiente para compreender o contexto brasileiro. A compreensão da formação da sociedade brasileira não pode ser realizada sem compreender o processo de colonização europeia, fundado pela exploração e opressão da força de trabalho de nativos e africanos, trazidos forçadamente por quase 400 anos, o que implicou na organização da sociedade a partir de uma estrutura racista e patriarcal, amparada na supremacia branca. Para entender a condição da mulher nessa sociedade

¹ O livro *Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir é um marco do feminismo europeu e dos estudos de gênero. In: BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

² SILVIA FREDERICI. A autora analisa como o capitalismo se apropriou do patriarcado no processo de acumulação primitiva para ampliar as margens de lucro e como o trabalho reprodutivo foi travestido de amor e naturalizado como dom feminino para sustentar a dominação.

é fundamental não desvincular as desigualdades de gênero e classe aos elementos étnicos e raciais.³

A interseccionalidade, enquanto concepção analítica, possibilita enxergar que as categorias de raça, classe social, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia, faixa etária, dentre outras, relacionam-se íntima e mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de compreender que as identidades sociais não são impermeáveis e imutáveis e possuem numerosas subjetividades que se “constituem, persistem e morrem nas e pelas relações sociais”.⁴

Essa tríade de poder interseccionando (classe, gênero e raça) estabelece uma hierarquia social na qual homens brancos ricos são a referência social e estão no topo, enquanto mulheres negras pobres estão na base, pois representam a negação dos três elementos afirmados socialmente. Nessas relações, onde estão as quatro mulheres que combateram a ditadura e tiveram suas narrativas analisadas nesta dissertação? Quais implicações essas marcas deixam em suas trajetórias, percepções e concepções de mundo?⁵

Os estudos sobre a participação feminina na luta contra a ditadura têm como referência os livros publicados no final da década de 1990 e vêm ganhando espaço nos últimos 20 anos. Essas análises versam sobre as experiências femininas nas organizações políticas, a apropriação do corpo feminino pela repressão, a vida no exílio e a construção do movimento feminista brasileiro vinculado, na década de 1970, às organizações de esquerda.⁶

³ A pertinência das interseccionalidades nos estudos de gênero se fortaleceu com os debates sobre o feminismo negro. Ângela Davis traça em seus textos as diferenças entre as condições das mulheres, pautada nas questões étnicas e econômicas, que influem no seu papel social. In: DAVIS, Ângela. **Mulheres, raças e classes**. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁴ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos e Ensaios/ Ciências Sociais/ FLACSO – Brasil – junho/2009**

⁵ GRADA KILOMBA. O livro “Memórias da plantação” apresenta uma análise sobre como o racismo atravessa o cotidiano de mulheres afro-alemãs. A partir de uma análise psicológica do racismo como trauma, a autora apresenta como a sociedade supremacista branca encobre a violência cotidiana normalizando associações universais excludentes. Na presente pesquisa, essa reflexão contribuiu para questionamentos acerca da categoria mulher como universal. In: KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019.

⁶ Alguns poucos estudos foram escritos sobre a temática *gênero e ditadura* até o fim dos anos 1990, como: RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.113-128, dez. 1990.; OLIVEIRA, Costa Albertina de et al. **Memórias das Mulheres do Exílio**. São Paulo: Paz e Terra, 1980. Entre as publicações do final da década de 1990, o livro de Ana Maria Colling, publicado em 1997, intitulado “Resistência da mulher à ditadura militar”, analisa a apropriação da opressão feminina pela repressão militar, construindo um perfil da “mulher subversiva”. O debate proposto auxilia a presente pesquisa na reflexão da sobreposição da violência de gênero à violência política. Entretanto, Colling não se aprofunda na investigação sobre como as mulheres perceberam essas diferenças e que mecanismos de resistência foram criados a partir desse contexto. In: COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

Dos estudos da última década, o livro “Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul”, organizado por Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff traça um panorama acerca das grandes temáticas que envolvem gênero e as ditaduras no cone-sul, como a relação com a memória, a revolução sexual e amorosa, o feminismo e a esquerda, a dominação do corpo feminino. Nos artigos dessa obra, a importância da reflexão histórica a partir da perspectiva feminina, as relações entre a militância de esquerda das décadas de 1960-1970 e a construção dos movimentos feministas na América Latina foram contribuições fecundas para minha pesquisa. As análises de autoras envolvidas com o debate da participação feminina na luta contra a ditadura civil-militar na América Latina dialogam intimamente com narrativas individuais, numa polifonia que se articula a temas mais amplos.⁷

O livro “Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN”, da pesquisadora Maria Cláudia Badan Ribeiro, aborda a participação de mulheres nas redes de apoio da Aliança de Libertação Nacional (ALN), destacando a importância dessas atividades na resistência à ditadura civil-militar do Brasil. Contudo, o livro não realiza um questionamento aprofundado acerca dos motivos de as mulheres ocuparem majoritariamente as tarefas de apoio, mas estarem ausentes dos espaços de decisão e direção política.⁸

Entre os artigos, dissertações e teses elaborados com essa temática, identificamos o predomínio de análises sobre a presença feminina na militância contra a ditadura civil-militar, revelando a atuação de mulheres em organizações políticas, os laços de solidariedade e as contradições de gênero no cotidiano dessas organizações.⁹

Os estudos mais direcionados à construção da luta feminista no Brasil, em sua maioria, trazem como marco a década de 1970. Esse recorte temporal se vincula à promoção do ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, pela Organização das Nações Unidas (ONU), ao surgimento e consolidação de organizações de mulheres, como o Movimento Feminino pela Anistia, às mídias feministas - jornal *Brasil Mulher*, ainda em 1975 e à criação, no início de 1976, do jornal *Nós Mulheres* - e aos movimentos de bairro de luta por creche. Apesar de raramente discutirem as tensões internas vividas nessas organizações, esses estudos são

⁷ PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

⁸ RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN**. São Paulo: Alameda, 2018.

⁹ BASTOS, Natália de Souza. **Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda**. Brasil – anos 1960- 1980. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2007. e RIGONATI, Denise Truguilho. **Ainda choram Marias e Clarices: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil**. 2015. 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2015.

importantes por investigarem a participação das mulheres na luta política, formando um quadro de reconhecimento e valorização das organizações femininas e feministas na resistência à ditadura e na luta pelos direitos sociais.¹⁰

Recentemente, foi produzida a tese “Relações de poder no feminismo paulista – 1975 à 1981”, escrita por Maria Rosa Dória Ribeiro, que apresenta um olhar diferenciado sobre a construção do feminismo no Brasil. A análise tem como pano de fundo o contexto ditatorial, mas foca nas divergências e tensões dentro das organizações feministas paulistas na década de 1970. As motivações, posicionamentos políticos e apontamentos sobre o feminismo se relacionam ao estudo da inserção das mulheres no mercado de trabalho e às mudanças e permanências em seu papel social, o acesso à universidade e o perfil social e econômico das mulheres de cada organização.¹¹

A participação feminina em movimentos políticos é anterior à década de 1970. As lutas pelo direito ao voto, o movimento contra a carestia na década de 1950, bem como a existência de jornais feministas no início do século XX marcaram essa presença na luta política. Esses movimentos pautavam a necessidade das mulheres desfrutarem da igualdade de direitos em relação aos homens na sociedade, sem, no entanto, formularem uma reflexão crítica sobre a condição feminina e a superação da opressão e exploração de gênero, além de tratarem "mulher" como categoria universal.

Na década de 1960, mais mulheres de classe média, majoritariamente brancas, passaram a se inserir no mercado de trabalho e no ensino superior. Essas mudanças as colocaram em contato com debates acerca das desigualdades sociais brasileiras e os possíveis caminhos para a transformação dessa realidade. Naquele contexto, a participação da mulher na sociedade pensada na dualidade trabalho produtivo *versus* reprodutivo começou a ser elaborada com maior profundidade.¹²

¹⁰ Sobre o debate acerca da organização do feminismo no Brasil na década de 1970 consultar: MORAES, Maria Lygia Quartim de. **A experiência feminista dos anos setenta**. Araraquara, SP: Editora Unesp, 1990.; SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p.35-50, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.; TELES, Maria Amélia Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda. 2017.; COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.; BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.; PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005.

¹¹ RIBEIRO, Maria. Rosa Dória. **Relações de poder no feminismo paulista – 1975 a 1981**. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2011.

¹² A livre docência de Heleieth I. B. Saffioti, publicada em 1969, marcou a análise do papel da mulher na sociedade de classes. Esse trabalho, construído durante a ditadura militar, investiga, sob referencial teórico marxista, o

A instauração e consolidação do golpe civil-militar de 1964 no Brasil acirraram tensões sociais que provocaram um objetivo comum a muitos grupos políticos e indivíduos insatisfeitos com o regime. Ainda que houvesse muitas divergências a respeito dos métodos e das perspectivas de futuros, derrubar a ditadura foi o grande mote de organização das esquerdas na década de 1960. Nesse contexto, o debate sobre o papel da mulher na sociedade foi marginalizado. Por outro lado, cada vez mais mulheres integraram organizações políticas de resistência à ditadura, algumas vinculadas ao movimento estudantil.

As organizações estudantis realizaram grandes manifestações de rua. Essas manifestações foram crescendo à medida que o regime autoritário intensificava sua face repressora com a perseguição e prisão de estudantes, assassinato de manifestantes e tortura. Esta, apesar de não ser assumida publicamente pelos militares, se fazia presente nos relatos de quem conseguia sair do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Essa movimentação contrária à ditadura somou-se a mudanças e reflexões relativas ao comportamento feminino, que tem nas manifestações de 1968 pelo mundo um marco das lutas pelas liberdades civis, sociais e políticas. A divulgação e uso da minissaia, as pílulas contraceptivas, o questionamento da virgindade pré-matrimonial, a afirmação da mulher como sujeito independente, questionando a necessidade da tutela paterna transmitida ao cônjuge pelo casamento, foram algumas das atitudes presentes no período.

Os padrões de comportamento feminino no Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, são analisados por Carla Pinsky, em “Mulheres dos anos dourados”. A partir da análise de revistas femininas de época, Pinsky traça um panorama do que configurava o comportamento adequado para uma moça de família e o papel dessas revistas na formação das jovens no período. Essa análise teve grande importância para o desenvolvimento do primeiro capítulo desta dissertação.¹³

A participação de mulheres é percebida também na luta armada contra a ditadura, pois totalizaram 18,3% da militância (num total de 2.112 pessoas, 387 eram mulheres). As mulheres, cujas histórias foram analisadas no presente trabalho, fizeram parte de organizações que, em algum momento de sua trajetória, optaram pela luta armada, nas quais a porcentagem feminina entre os integrantes era a seguinte: na Ação Libertadora Nacional (ALN), as mulheres representavam em torno de 15,4% (de um total de 492), na Ação Popular (AP), 27% (num total

trabalho feminino na sociedade capitalista e a desconstrução de mitos sobre o feminino à luz da Psicanálise e da Antropologia. In: SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Editora Quatro Artes, 1969.

¹³ PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

de 470), no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), 18,1% (num total de 259), na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), 17,6% (num total de 85), no Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), 26,7% (num total de 30), 17,4% na Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) (num total de 270) e na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), 24,1% (num total de 145). Quando observamos os números absolutos, percebemos que a militância armada da esquerda contra a ditadura representava um número restrito de pessoas.¹⁴

Paralelamente, os órgãos repressivos do Estado se reestruturaram durante a década de 1960. A criação da Operação Bandeirante (OBAN) e, posteriormente, do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (*DOI-CODI*), resultaram na articulação dos serviços de inteligência estaduais e nacionais e na perseguição direta às organizações armadas no final da década de 1960 e início da década de 1970.¹⁵

Os militantes das organizações de esquerda eram presos, levados à interrogatórios sob tortura, depois tinham as prisões registradas e, só então, eram levados a presídios. As mulheres não fugiram à regra. Essas etapas, porém, não se deram de maneira linear, uma vez que era comum detentos no presídio serem novamente direcionados à tortura. O período de transição entre cada uma dessas etapas também variava, de acordo com as informações que a repressão pretendia obter nos depoimentos e na função do militante dentro da organização.

A convivência entre os presos nas instalações carcerárias proporcionou trocas de ideias, formação e reflexões acerca de temas diversos. A realidade brasileira, as formas de luta contra o regime, a estrutura das organizações e, no caso das mulheres, reflexões sobre os costumes e o papel da mulher na sociedade e na luta política, a maternidade, a sexualidade, foram temas discutidos na prisão. Essas trocas foram permeadas por convergências e tensões entre militantes que vinham de diferentes formações familiares, sociais e políticas, participavam de organizações distintas e tinham opiniões divergentes sobre a forma de se portar no mundo e a pertinência da questão feminina.

¹⁴ RIDENTI, Marcelo Siqueira. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.p. 204.

¹⁵ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 134.

Trajetórias femininas: a escolha das memórias de Lenira, Nair, Márcia e Iara como fontes de pesquisa.

Nesta pesquisa, analisei a história de quatro mulheres que participaram de organizações que optaram pela luta armada. Escolhi militantes que participaram do movimento estudantil na década de 1960 na Universidade de São Paulo (USP), que foi um dos espaços de resistência à ditadura.

Uma das mulheres escolhidas para o presente trabalho teve a inserção na militância política anterior ao golpe civil-militar de 1964: Lenira Machado nasceu em uma família de dirigentes do PCB e, no início dos anos 1960, militava nas Ligas Camponesas e cursava Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da USP.

As outras três mulheres ingressaram na universidade após o golpe militar, no momento de efervescência das manifestações de rua e das organizações estudantis. Nair Kobashy ingressou no curso de Estudos Orientais da Faculdade de Filosofia da USP em 1966 e passou a militar no PC do B. Márcia Mafra, em 1967, e Iara Prado, em 1968, iniciaram o curso de História da Faculdade de Filosofia da USP, participaram de organizações estudantis e, posteriormente, Márcia ingressou na Aliança Libertadora Nacional (ALN) e Iara na Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares).

Todas estavam detidas, no início dos anos 1970, na ala de presas políticas do Presídio Tiradentes – um dos principais presídios políticos de São Paulo à época. Acredito que as diferenças nas trajetórias políticas dessas quatro mulheres proporcionam uma perspectiva original sobre as tensões e convergências vividas na experiência prisional.

As narrativas sobre o convívio prisional poderiam revelar a compreensão destas mulheres sobre a condição feminina em suas convergências e divergências, visto que a privação da liberdade e o convívio forçado, teriam criado situações excepcionais de acolhimento e solidariedade em meio às tensões da luta política.

Outro elemento que contribuiu para a escolha dessas mulheres para análise de testemunho foi a vinculação, na década de 1970, das organizações feministas com os movimentos contra a ditadura. Por outro lado, a percepção de que essas quatro mulheres não tiveram um papel de destaque nas organizações feministas na década de 1970, nem se tornaram figuras públicas em evidência nas décadas posteriores, possibilitou a elas certa liberdade de

discurso em relação às divergências do período que influíram na construção do feminismo no Brasil.¹⁶

Esses elementos dialogam com minha trajetória pessoal, marcada pela força necessária de existir enquanto mulher branca, de classe média baixa, numa sociedade capitalista e patriarcal. Assisti ao relacionamento abusivo dos meus pais. Vi minha mãe se reconstruir e brotar como uma flor de cacto. Fui para a universidade, me aproximei dos movimentos populares e encontrei outras tantas mulheres que também figuravam em sua existência um ato de resistência. Tornei-me mãe, o que, com todas as dores e amores, aumentou a minha inquietação e interesse em estudar as desigualdades de gênero. Percebi nessas vivências a pluralidade do ser mulher e reconheci diferentes formas de viver a opressão. Ao mesmo tempo, senti que as questões do feminino se manifestam de forma sutil nas narrativas, o que me impulsionou a trabalhar com testemunhos orais para analisar a condição da mulher.

Essas motivações se somam à atuação política durante a última década, em que percebi a existência de feminismos, que coexistem em tensão, e identifiquei conflitos entre a luta político-econômica geral e as lutas de sujeitos específicos, como as mulheres. Esses debates não são recentes e dessas constatações surgiu a motivação em estudar as mulheres no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Esse período conjuga uma mudança econômica no papel social da mulher, um questionamento de costumes, a participação das mulheres na luta política sem um vínculo direto com as necessidades básicas e a estruturação de organizações de mulheres e feministas.

As narrativas de militantes políticas da década de 1960 nos apresentam elementos que apontam a luta contra a ditadura, os projetos revolucionários da esquerda, a repressão política e as dificuldades e potencialidades do feminino.

Escolhi trabalhar com o testemunho de mulheres que estudaram na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, integraram o movimento estudantil, participaram de organizações que optaram pela luta armada em determinado momento e foram aprisionadas na ala feminina do Presídio Tiradentes no início da década de 1970.

Os testemunhos orais analisados fazem parte do acervo do *Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão Política no Brasil (1964-1985)*, uma parceria entre o Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (FFLCH-USP) e o Arquivo Edgard Leurenhoth da

¹⁶ Iara Prado foi Secretária do Ensino Fundamental do Ministério da Educação durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. No governo Lula, Márcia Mafra coordenou estudos sobre impactos ambientais no Ministério de Minas e Energia e depois assessorou Dilma Rousseff na Casa Civil. Lenira Machado prestou consultorias ao Ministério do Turismo nessa mesma época. Apesar dos cargos ocupados, elas não se tornaram figuras públicas de destaque.

Unicamp, com o financiamento da Fundação Ford. O trabalho foi realizado por Zilda Gricoli Iokóí, Marcelo Ridenti e Janaína de Almeida Teles e o acervo consiste em 81 testemunhos audiovisuais registrados entre 2008 e 2010 com vítimas da repressão política entre 1964 e 1985, colhidos por meio da História Oral de Vida, que trazem narrativas desde a infância até os acontecimentos contemporâneos às entrevistas. Uma cópia dos arquivos audiovisuais encontra-se disponível na sede do Diversitas - Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos - FFLCH/USP.¹⁷

As quatro mulheres cujos testemunhos protagonizam o presente trabalho foram entrevistadas pela Janaína Almeida Teles, com o auxílio técnico do Júlio Ramos. As relações de gênero aparecem de modo espontâneo nas entrevistas, que tinham como foco a militância política de forma ampla. Esse fator motivou a escolha dos testemunhos deste acervo para o presente trabalho.

Iara Glória Areias Prado (nascida em 1946) atuou no movimento estudantil, participou da POLOP e ingressou na VAR-Palmares, tendo tido uma breve passagem pela VPR, pois sua inserção se deu quando se discutia a divisão na organização. Ela teve uma atuação nas funções de organização de reuniões, na propagação de recados entre células, na elaboração, produção e transporte dos jornais da organização. Foi presa no Rio Grande do Sul e transferida ao Estado de São Paulo, onde passou pelo DOI-CODI, DOPS e Presídio Tiradentes.

Lenira Machado (nascida em 1940) teve a influência comunista do berço: seus pais eram membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sua militância é anterior ao golpe, tendo participado da Juventude Socialista, das Ligas Camponesas e da POLOP. Atuou alguns anos de forma independente, próxima a militantes da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e foi uma das fundadoras do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Participou da formulação das organizações e na transmissão de mensagens. Foi presa, em 1971, pelos agentes do DOPS em São Paulo, passou pelo DOI-CODI e depois foi transferida para o Presídio Tiradentes.

Nascida na cidade de São Paulo, Marcia Yajgunovitch Mafra (nascida em 1946, falecida em 2011), filha de uma imigrante russa e de um brasileiro, foi militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), atuou no movimento estudantil da USP e nas ações de agitação e propaganda da organização. Foi presa, em 1971, levada ao DOI-CODI depois para o DOPS/SP e, então, para o Presídio Tiradentes.

¹⁷ Sobre o conceito de História Oral de Vida, ver: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. Ed. São Paulo: Loyola, 2005.

Nair Kobashy Yumiko (nascida em 1947), é descendente de japoneses, sendo a única não-branca entre as quatro mulheres cujos testemunhos foram analisados nesse trabalho. Foi militante do PCdoB, atuou no movimento estudantil da USP. Afastou-se do partido em 1971, por discordar das suas análises e proposições. Não atuou diretamente na luta armada, mas conviveu com mulheres que foram para o Araguaia. Foi presa, no ano de 1972, levada ao DOI-CODI e depois para o Presídio Tiradentes.

Os testemunhos selecionados apresentam em comum uma trajetória no movimento estudantil que antecede a militância nas organizações armadas. A atuação nessas organizações em nenhum dos casos se deu de forma assídua nas ações de linha de frente (sequestros, expropriações etc.). Entretanto, essas mulheres acompanharam os debates e as ações do período dentro das organizações e apresentaram essas questões nos testemunhos.

Manifestações atuais de um passado presente.

A ditadura civil-militar brasileira, os debates sobre a luta armada e a tortura ganharam novos contornos no debate público dos últimos dez anos. Em fevereiro de 2009, o editorial do jornal Folha de São Paulo caracterizou o período entre 1964 e 1985 como “ditabranda”, alegando que o regime autoritário brasileiro teve graduações de violência. O uso do termo foi revisto pelo jornal após causar polêmicas.¹⁸

Em 2010, a eleição de Dilma Rousseff para a presidência da República – a primeira mulher eleita para o cargo no país - trouxe o tema a público novamente. No final da década de 1960, Dilma participou da organização armada VAR-Palmares, o que foi utilizado por opositores para associar sua figura ao terrorismo.¹⁹

Dilma foi presa e torturada no início da década de 1970 nos porões do DOI-CODI, então chefiado pelo coronel Carlos Brilhante Ustra, que faleceu em 2015. Em 2008, Ustra foi

¹⁸ O editorial do jornal Folha de São Paulo, de 17 de fevereiro de 2009, ao fazer uma crítica à Venezuela Chavista, utilizou o termo “ditabranda” para caracterizar a ditadura brasileira. In: Editorial. **Limites à Chavez**. Folha de São Paulo. 17.fev.2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>. Acesso em: jul. 2018.; Um mês depois, a Folha publicou novo editorial em resposta às polêmicas criadas pelo uso do termo, no qual reconheceu o equívoco, mas reafirmou o posicionamento de que a radicalização do regime militar brasileiro só aconteceu nos chamados “anos de chumbo” (final da década de 1960 e início de 1970). In: CONY, Carlos Heitor. **Ditaduras e ditabranda**. Folha de São Paulo. 20.mar.2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2003200928.htm>. Acesso em: jul. 2018.

¹⁹ Em seu artigo sobre as disputas nas construções das memórias da ditadura brasileira, Marcos Napolitano destaca, ao falar da “febre memorialística” dos 50 anos do golpe, aborda o fortalecimento de revisionismos de caráter essencialmente ideológicos, que entre outros posicionamentos, associam a luta armada ao terrorismo. In: NAPOLITANO, Marcos. *Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro*. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p.9-44, 2015.

condenado pela justiça por sequestro e tortura durante a ditadura civil-militar. Apesar desta condenação, o coronel foi lembrado com honra por um parlamentar na sessão do Congresso Nacional, que votou pelo impedimento do mandato da presidenta, em 2016.²⁰

Outro acontecimento recente que despertou tensões acerca da história da ditadura militar foi a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), promulgada pela Lei n.12.528 de novembro de 2011, com o objetivo de realizar “o exame e o esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1946 e 1988, com a finalidade de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.”²¹

O relatório final da CNV, publicado em 2014, em três volumes, apresentou o resultado de um imenso trabalho que analisou documentos escritos no período, coletou “1.121 depoimentos, 132 deles de agentes públicos, realizou 80 audiências e sessões públicas pelo país, percorrendo o Brasil de norte a sul, visitando 20 unidades da federação (...)”²²

O relatório da CNV trouxe informações importantes sobre as violações de direitos ocorridas no período e, ao final do primeiro volume, apresentou 29 recomendações para prevenir desrespeitos à integridade humana. A Comissão também representou uma nova abordagem do assunto, reconhecendo alguns agentes de tortura. Até o momento, as ações estatais, embasadas na Lei de Anistia de 1979, haviam se limitado às reparações financeiras para algumas pessoas e famílias pelas consequências sofridas pela repressão ditatorial.²³

A Comissão definiu ainda como um dos eixos de investigação a violência de gênero, identificando a presença sistemática desse tipo de violência praticada pelos agentes repressivos do Estado. O relatório reafirmou a pertinência de analisar a percepção e rememoração da violência sofrida pelas mulheres nas narrativas testemunhadas.²⁴

²⁰ O então deputado federal Jair Bolsonaro, dedicou seu voto a favor do impedimento da presidenta à memória do coronel Ustra. A condenação de Ustra, consequência de uma ação declaratória promovida pela família Telles, foi noticiada em 2008 pela Folha de São Paulo. In: CHRISTOFOLETTI, Lilian. Juiz condena Ustra por sequestro e tortura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1010200834.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.

²¹ BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. V.1. Brasília: CNV, 2014. p. 22

²² Esta síntese está no site oficial da Comissão Nacional da Verdade, onde estão descritos e disponíveis para acesso os três volumes do relatório final da comissão. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesseo-relatorio-final-da-cnv>. Acesso em: jan.2018.

²³ A Lei 6683/79, conhecida como Lei da Anistia, concedeu anistia a todos os sujeitos que cometeram crimes políticos, de qualquer natureza relacionados a crimes políticos ou de motivação política no período entre 02.set.1961 e 15.ago.1979. Com esta vasta definição a legislação abrangeu os sujeitos que tiveram seus direitos violados e os violadores. In: BRASIL. **Lei nº 6683**, de 28 de agosto de 1979. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: jul. 2018.

²⁴ BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. V.1. Brasília: CNV, 2014. p. 399 – 436.

A CNV, apesar dos avanços em relação às memórias sobre o período, não teve poder legal de efetivar suas recomendações. Outra dificuldade encontrada pela comissão na revisão de documentos sobre a ditadura foi a negativa à solicitação para acesso aos arquivos das forças armadas, sob a argumentação dos militares de não existirem registros de tortura e violação aos direitos humanos em suas instituições.²⁵

A construção das memórias sobre o período militar é um ambiente de intensas disputas. Uma delas se concentra na nomenclatura do processo. Foi uma ditadura ou um regime autoritário? O debate se centra no fato da ditadura brasileira não ter tido a figura personalista do ditador e conviver, mesmo com restrições, com instâncias do legislativo e do judiciário atuando junto ao executivo. Por outro lado, os defensores do conceito afirmam que esses elementos são consequência da estruturação do Estado a partir da manutenção do *status quo* dos donos do poder desde o período colonial. Assim, usar a expressão regime autoritário seria eufemizar o processo pelo uso rigoroso de um conceito, desconsiderando as marcas da dependência. Ainda que o Brasil tenha se modernizado desde a colonização portuguesa, a estrutura econômica se manteve definida pela concentração fundiária, produção para exportação e superexploração da mão de obra. Essas características impõe uma posição de dependência desse território frente ao mercado internacional.²⁶

A caracterização da ditadura como militar ou civil-militar constitui outra tensão. O centro desse debate refere-se à participação de parcelas liberais da sociedade no golpe de 1964. Parte do empresariado nacional financiou o golpe e seguiu patrocinando e atuando no regime. Entretanto, na década de 1970, quando acabou o milagre econômico e as denúncias do terrorismo de Estado foram se tornando evidentes – as casas de morte, as torturas, os desaparecimentos – parte da elite liberal passou a se manifestar pró-democracia, negligenciando sua participação no advento e consolidação da ditadura. Um exemplo desse processo se materializa nas mudanças do posicionamento dos editoriais do jornal O Estado de São Paulo durante o regime civil-militar.²⁷

No presente trabalho, reconheço a participação de parcela da sociedade civil no golpe em 1964 e os elementos ditatoriais do regime, apesar das ressalvas características do

²⁵ Em 2 de julho de 2014 a CNV lançou uma nota à imprensa sobre os relatórios das forças armadas e os documentos do governo dos Estados Unidos lamentando a indisposição de colaboração sob pretexto de não existirem documentos sobre o tema. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/499-recebimento-de-relatorios-das-forcas->. Acesso em: jul.2018.

²⁶ FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Petrópolis: Zahar, 1981. p. 56.

²⁷ Em abril de 1964 o Estado de São Paulo apoiou o golpe, na década de 1970 começou a questionar a censura. Os jornais da época estão disponíveis em acervo virtual. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,ditadura-militar,875,0.htm>. Acesso em: mar.2018.

desenvolvimento dependente. Ao mesmo tempo, o executivo se manteve ocupado por generais na administração de um regime autoritário. Dessa forma, entendo o processo político vivido no país entre 1964 e 1985 como uma ditadura civil-militar.

Nas elaborações acerca das memórias sobre o período, há uma definição que se norteia no termo “memória hegemônica”, formada, no final da década de 1970, em um processo de conciliação entre os liberais e parte das organizações de esquerda, na qual a omissão da participação civil no golpe e a negligência com o projeto revolucionário das ações armadas formulou uma narrativa comum de resistência à ditadura, pela democracia, em defesa do país. Na síntese dessa elaboração, o país vivenciou no período ditatorial uma disputa entre os militares e organizações radicais da esquerda, que prejudicou a sociedade brasileira na consolidação de uma democracia civilizada, retomada na transição lenta e gradual do regime.²⁸

A vinculação das elites econômicas com o golpe entrelaçou as dinâmicas políticas e econômicas do capitalismo dependente. Na revisão histórica, os liberais eximiram-se da responsabilidade com a ditadura, suavizaram o golpe e as mazelas econômicas e sociais por ele intensificadas. Apresentaram na sua construção o esquecimento como elemento da memória.

A luta armada também passou por um revisionismo. Seus personagens de destaque, como o capitão Carlos Lamarca (Vanguarda Popular Revolucionária - VPR) e Carlos Marighella (ALN), foram heroicizados pelas organizações de esquerda na história das lutas pelas mudanças no país, mas a experiência armada foi pontuada como um erro de análise no processo de redemocratização nacional. O projeto revolucionário armado experimentado na década de 1960 foi suprimido e levado ao esquecimento.²⁹

A memória coletiva sobre a ditadura militar no Brasil é permeada pelo esquecimento com a intenção de silenciar o passado. Se por um lado, o esquecimento é parte da memória - pois em contextos de conflitos e violências sociais lembrar o inenarrável pode ser mais difícil que esquecer - há, por outro lado, um abuso por parte dos “perpetradores e defensores de práticas violentamente autoritárias”, que forjam o esquecimento como elemento de emudecimento e apagamento. Diante disso, nas disputas pela memória, lembrar passa a ser uma forma de luta por verdade e justiça.³⁰

²⁸ NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. 8, n. 15, p.9-44, 2015.

²⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.; ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. *Revista Taller | Segunda Época*, [s.i.], v. 1, p.201-234, 2012.

³⁰ ENDO, Paulo. Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento. *Revista Usp*, São Paulo, n. 98, p.41-50, jun/ jul/ ago 2013. p. 46; Sobre a elaboração e diálogo entre os conceitos de memória,

As tensões em torno das memórias da ditadura brasileira se manifestam em narrativas, por vezes contraditórias, entre seus diferentes atores: defensores do regime, liberais democratas, violados pela repressão, familiares de mortos e desaparecidos. Entretanto, essa disputa não se estruturou de modo equitativo, a documentação oficial publicizada pouco reconheceu sobre as violências cometidas, amparada na extensão da anistia aos crimes conexos, raros torturadores foram identificados publicamente.³¹

A história de vida dos que sobreviveram à ditadura passou a ser um importante instrumento para o conhecimento da experiência revolucionária na década de 1960 e das violações dos direitos humanos ocorridas no período pelo Estado brasileiro. Como as pessoas eram presas no período? Quais critérios legais eram utilizados? Os trâmites formais eram respeitados? Que métodos foram utilizados pelo regime para obtenção de informação? Essas são algumas questões que tornaram os testemunhos de sobreviventes essenciais à compreensão dos acontecimentos do período.

As narrativas biográficas sobre as experiências de luta contra a ditadura começaram a ser divulgadas no final da década de 1970, sendo o livro de Fernando Gabeira, “O que é isso companheiro?”, uma das obras inaugurais de maior divulgação. O livro se tornou referência não só pelo formato autobiográfico, mas pela rememoração marcada pelo pacto conciliatório da transição lenta e gradual, no qual a luta armada é retratada como ingenuidade juvenil.³²

Essa obra e as análises sobre ela nos reforçaram a compreensão acerca das construções da memória. Os testemunhos são rememorações *a posteriori* da experiência vivenciada, de modo que trazem em si o presente mesclado no que se lembra, no que se esquece e na maneira como se narra.

Os testemunhos analisados aqui foram produzidos nos anos de 2008 e 2009. A ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, em 2002, e as mudanças em políticas públicas e sociais por este realizadas forjaram um sentimento de vitória do projeto democrático popular formulado na década de 1980, como síntese da continuidade da luta pela transformação social no país. Esse sentimento está presente nos testemunhos de modo indireto, na perspectiva

história e esquecimento, ver: RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

³¹ O conceito de memória coletiva faz referência ao debate apresentado por Maurice Halbwachs, sobre a relação entre sociedade e memória individual que produz uma memória coletiva – comum a um grupo. In: HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.; Sobre a disputa das memórias, Michael Pollak apresenta o debate acerca da disputa de memórias entre grupos minoritários e a sociedade englobante. In: POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

³² GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

de progresso nas mudanças sociais e na construção de políticas de reconhecimento e reparação às violações dos direitos humanos.

Os testemunhos apresentam ainda a potencialidade de reflexão acerca dos sujeitos históricos. Nas disputas da memória, os recortes metodológicos de análise priorizam a compreensão das esquerdas, das organizações políticas que, apesar de substantivos femininos, retratam espaços de dominação masculina, ficando as mulheres militantes à margem das análises. Ouvir e analisar as narrativas de mulheres militantes possibilitam a observação da presença feminina não só como elemento ilustrativo, mas como sujeito de ação e reflexão.

A constituição de instituições como o Memorial da Resistência ou o portal do Presídio Tiradentes em São Paulo, representou a materialidade da memória no espaço da cidade. Entretanto, as dinâmicas de horror e solidariedade vivenciadas nesses espaços necessitam das narrativas dos sobreviventes para minimizar a reificação do passado. O passado reificado é apresentado no tempo presente como algo estático e resolvido. A reificação da ditadura militar brasileira encobre as disputas da memória que permeiam os acontecimentos de 1964 a 1985.³³

O passado tem sido mobilizado, assim, com múltiplas finalidades: a reparação jurídica e moral dos mortos e desaparecidos, o comprometimento do Estado com a violência institucional do regime militar, a luta por justiça contra os torturadores e a construção da memória das organizações políticas clandestinas.³⁴

Ser mulher fazia diferença?

A apropriação do feminino pela repressão no processo de tortura tem sido objeto de análise acadêmica. O discurso da passividade feminina e a sua natureza doméstica construídas pelo patriarcado propiciaram uma intensificação da violência, pois as mulheres não só questionavam o regime, mas também enfrentavam sua condição social. Essa relação aparece nos trabalhos de Ana Maria Colling, que sintetiza a associação das militantes políticas como

³³ Jeanne Marie Gabnebin apresenta uma reflexão sobre os problemas da reificação do passado, tendo como estudo de caso as memórias sobre o Holocausto na Segunda Guerra que negligenciam contradições do processo vivido. In: GABNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, Escrever, Esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

³⁴ A Arquidiocese de São Paulo publicou, nos anos 1990, um dossiê sobre a tortura no Brasil, com a finalidade de divulgar, a partir de alguns documentos oficiais, os horrores vividos nos anos anteriores. In: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.; Na década de 1980, foi fundada a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Essa comissão criou, em janeiro de 1993 o Instituto de Estudos Sobre a Violência do Estado (IEVE) e se organizam em prol da reparação por parte do Estado brasileiro aos familiares de mortos e desaparecidos e elaboraram um dossiê sobre o tema. In: COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/do121ssie64/br/dossmdp.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

desviantes na expressão “puta comunista”, que era frequentemente utilizada pelos agentes da repressão.³⁵

As militantes eram vistas como uma aberração social, o que influenciou no modo de apropriação dos corpos e na intensificação da violência sobre a condição feminina. Não são raros os testemunhos de nudez forçada e estupros. A apropriação do corpo também aparece na ridicularização de elementos femininos durante as práticas de tortura, como a menstruação, o aleitamento, a gravidez e os padrões sociais de beleza feminina.

O uso dos elementos femininos como intensificadores de tortura, às vezes era feito de forma sutil, aparentemente não intencional, como a impossibilidade de higiene em períodos de intensas secreções corpóreas, como o período menstrual, a gravidez e o aleitamento. Mulheres nessas condições foram colocadas em solitárias e atraíam involuntariamente, em quantidade maior que o comum, o surgimento de animais, como ratos e baratas, que naturalmente percorriam os corpos, atraídos pelo forte odor. O aleitamento cortado causava o empedramento do leite nas mamas, dores intensas e febre. Essas mulheres ficavam sem nenhum cuidado e sofriam violências psicológicas constantes, pois eram culpabilizadas pelo próprio sofrimento.

As especificidades de gênero presentes na tortura nem sempre são reconhecidas nos testemunhos. As violências sexuais também aconteceram com os militantes homens, o que aparenta não ter relação com as diferenças de sexo. Entretanto, é raro esses elementos aparecerem nos relatos masculinos de tortura – parte em consequência do machismo – e a relação da repressão com o corpo feminino e o masculino é sutilmente diferente, pela condição social do homem e da mulher. Enquanto a violência de gênero sobre o corpo masculino se expressa como meio de feminilização ou emasculação do sujeito, sobre o corpo feminino se manifesta reforçando a concepção deste como objeto. Um exemplo dessa diferença se expressa no uso das mulheres, namorada ou esposa, por parte da repressão, que foram violentadas na frente de seus companheiros, com a intenção de desconstruir o homem pela posse de “sua” mulher.

A maternidade aparece na bibliografia como um ponto de vulnerabilidade na prática da tortura. Abortos forçados, o desaparecimento dos filhos nascidos na prisão, a ameaça de tortura aos filhos - mesmo quando eles não estavam sob tutela do Estado -, a tortura dos filhos de militantes políticos e a prisão de crianças eram práticas dos militares e constituíram parte da luta pela sobrevivência dos militantes políticos presos. Essa preocupação aparece nos

³⁵ COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

testemunhos de Lenira Machado que, ao ser presa pelo DOPS, conseguiu garantir a entrega de seu filho aos avós, como forma de protegê-lo da repressão.³⁶

A convivência nos presídios, nesse contexto, constituiu o espaço para partilhar o horror sofrido e perceber alguns padrões comuns nos procedimentos da repressão. Também foi um tempo de acolhimento e de reconstrução do sujeito desestruturado pela tortura. Nas narrativas, o período da prisão é representado como uma transição importante para se conseguir voltar a viver em sociedade após a violência física, psíquica e moral constante cometida pelo Estado repressor.

O potencial das memórias do cárcere como fontes relevantes para o entendimento da ditadura civil-militar e da militância política de enfrentamento ao regime pode ser vislumbrado no livro organizado por Alípio Freire, Izaías Almada e J. A. Granville Ponce, “Tiradentes: um presídio da ditadura”. Constituído por um conjunto de textos escritos por ex-presos políticos a respeito da experiência no presídio, o livro não se propõe a exercícios analíticos que entrelaçam essas narrativas.

A vinculação entre as mulheres e a reorganização do cotidiano na prisão aparece na tese de doutorado “Memória dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil”, elaborada por Janaína de Almeida Teles. Neste trabalho, há apontamentos sobre a diferença entre homens e mulheres nas organizações políticas, a organização entre as presas políticas nos presídios, o exercício de conviver com as divergências. Entretanto, a tese faz a análise a partir de testemunhos de mulheres com experiências diversas e que não necessariamente conviveram nas organizações ou na prisão. Indica elementos de gênero presentes nos testemunhos, como o machismo nas organizações de esquerda, a violência sexual praticada pelos agentes da repressão, mas não aprofunda a análise destes.³⁷

A prisão política se apresenta nas narrativas e nos textos como um momento de reencontro entre os militantes, solidariedade com as diferentes sequelas da tortura, convivência entre pares que tinham em comum a partilha da luta pela transformação social e as consequências dessa luta manifestas nos corpos e mentes violados pelo Estado repressor. As alas de presos políticos conquistaram cozinhas próprias, possibilidade de estudos, comunicação entre os presos. Longe de ser o paraíso, para muitos foi um respiro, um momento de certo alívio.

³⁶ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 26.

³⁷ TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil**. 2011. 519f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.

O acolhimento e a solidariedade entre mulheres por vezes são associados a características especificamente femininas formuladas nos padrões da sociedade patriarcal: sensibilidade, afetividade, amorosidade, delicadeza. Porém, nesse contexto, essas marcas do feminino não se constituem como fragilidades, pelo contrário, constituem potenciais humanos de cooperação e fortalecimento em uma situação de vulnerabilidade.

Em São Paulo, um presídio que concentrou muitos presos políticos no período da ditadura civil-militar foi o Presídio Tiradentes. Localizado onde atualmente é a estação Tiradentes de metrô, o prédio foi inaugurado no ano de 1852, como “Casa de Correção”, e era utilizado também como depósito de escravizados, passou a receber presos políticos em 1935. Durante o Estado Novo Vargas, foi transformado em Casa de Detenção. Durante a ditadura militar, voltou a receber os combatentes da ditadura a partir de 1968.³⁸

Alípio Freire³⁹, conhecido pelos seus trabalhos de registro da memória dos militantes do período militar, além de ter sido militante da Ala Vermelha no período da ditadura, escreveu sobre o presídio Tiradentes:

Da Praça General Osório [onde funcionava o Dops], quase sempre (pelo menos até sua desativação em finais de 1972, para a construção do metrô), o destino era o Presídio Tiradentes, provavelmente o local em todo o país que concentrou o maior número de presos políticos, além da maior variedade das organizações de esquerda e de oposição que atuavam naquele período.⁴⁰

A ala feminina do Presídio Tiradentes, localizada numa torre do prédio, foi “apelidada pelos presos políticos de *A torre das donzelas*, ou simplesmente *A torre*, (...)”⁴¹. Nela, as mulheres tinham uma cozinha coletiva própria, livre circulação pelo prédio durante o dia, relativa autonomia na organização das celas, que possibilitaram um intenso compartilhamento

³⁸ TELES, Janaína de Almeida. **Ditadura e repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo**. Lua Nova (Impresso), p. 191-220, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n96/0102-6445-ln-96-00191.pdf>. Acesso em 24.jul.2017. p.197 - 198.

³⁹ Alípio Freire foi militante da Ala Vermelha do PCdoB. Foi preso pela repressão em 1969, torturado na Oban e, depois de três meses, transferido para o presídio Tiradentes, no qual ficou de 1969 a 1974. In: MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. **Biografias da Resistência: Alípio Freire**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/alipio-freire/index.html>. Acesso em: 19.jul.2017.

⁴⁰ FREIRE, Alípio. Um acervo de imagens dos presídios políticos: o cotidiano através das artes plásticas. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. ISSN 2176-2767**, [S.l.], v. 21, ago. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10768/8000>>. Acesso em: 18 jul. 2017. P.184

⁴¹ FREIRE, Alípio. Um acervo de imagens dos presídios políticos: o cotidiano através das artes plásticas.: o cotidiano através das artes plásticas. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História.**, São Paulo, v. 21, p.183-223, nov. 2000. p. 187.; Sobre o presídio Tiradentes, Alípio Freire e outros organizaram um livro com textos de militantes que ficaram presos no Presídio Tiradentes, narrando experiências vivenciadas. In: FREIRE, Alípio et al. (org.) **Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos**. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

de experiências e vivências entre as presas. Ao mesmo tempo, estar ali não foi escolha de nenhuma delas, que foram forçadas ao convívio por tempo indeterminado e em constante alerta, pois o espectro da tortura era uma realidade que podia atingir a qualquer uma em qualquer tempo.

A solidariedade entre as presas diante dessas tensões e da violência onipresente, é o ponto forte das narrativas de prisão política durante a ditadura militar. Mas, essas mulheres vinham de distintas organizações, experiências pessoais, militâncias, o que muitas vezes provocava intensos conflitos. Lidar com as diferenças mantendo a solidariedade foi uma marca da Torre das Donzelas, mas isso foi fruto de um exercício nem sempre fácil.

No que tange às reflexões sobre o feminino e o feminismo havia tensões atinentes à relevância da questão específica da mulher (em relação às pautas político-econômicas), a sexualidade, a postura da mulher militante e sua masculinização, o conhecimento das literaturas feministas, a vestimenta adequada, entre outros temas sensíveis. Lidar com essas polêmicas abrangiam debates teóricos, mas também tensões cotidianas, como relatou Lenira sobre o uso de biquíni no banho de sol na prisão.⁴² Dessa forma, de modo mais ou menos intenso, a questão da mulher se apresentou, em alguns casos, ou se intensificou, em outros, para todas as que passaram pela Torre.

A diferença e a desigualdade de gênero não eram percebidas de forma óbvia e homogênea pelas mulheres, mesmo entre as militantes. Elas já haviam quebrado os protocolos sociais, rompido com a família, ocupado o espaço público da política, lutado ao lado dos homens por outra sociedade. Entretanto, as múltiplas e complexas expressões das diferenças e desigualdades de gênero eram mitigadas em favor da adoção de ações e estratégias que privilegiasse à organização política de resistência contra a ditadura civil-militar.

A auto-organização feminina não era uma pauta para as organizações de esquerda no período e, quando o tema surgia, era, inclusive, alvo de intensas críticas. A convivência prisional provocou o convívio exclusivo entre mulheres com uma consciência e atuação pelo fim das desigualdades. Esse elemento proporcionou o diálogo sobre aspectos da vida privada que em um ambiente misto dificilmente surgiriam, como narra, por exemplo, Iara Prado: “Eu

⁴² MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 48

só sei que começou um debate, começou inclusive com todo mundo contando e isso evoluiu para a questão da sexualidade, foi muito interessante.”⁴³

Tornar-se mulher perpassa perceber-se mulher. A prisão política manifesta-se assim como parte do processo de identificação e reflexão sobre a questão feminina. A vivência na Torre das Donzelas possibilitou a muitas perceberem-se mulheres. Isso motivou minha pesquisa.

O que significava ser mulher branca de classe média em São Paulo, na década de 1960? De que maneira a luta contra a ditadura se apresentou às mulheres? Ser mulher fazia diferença na experiência militante? As tarefas de retaguarda e apoio, realizadas muitas vezes por mulheres, se relacionam com o patriarcado? A manutenção conviveu com a transgressão de costumes? A subestimação do feminino pela sociedade contribuiu para a execução de tarefas subversivas? As forças repressoras se apropriaram da condição de gênero para ampliar a violência contra mulheres? Ser ensinada a cuidar possibilitou um acolhimento entre companheiras encarceradas? Essas questões sentidas foram racionalizadas pelas mulheres na Torre? Como a convivência prisional contribuiu para a compreensão sobre o feminino? Como essas reflexões se relacionaram com os conflitos? Que vínculo as experiências de militância, prisão e tortura apresentam com o feminismo no Brasil?

Ao analisar narrativas femininas, busquei explicitar a branquitude como elemento constituinte dos sujeitos, destoando das tradições analíticas que pressupõe o sujeito branco como universal. Senti essa necessidade a partir do apontamento de pensadoras negras a respeito da marginalização de seu grupo nos estudos sobre feminismo branco, que negligenciam a particularidade dessa condição. Ainda que a experiência das pretas não atravessasse diretamente essa pesquisa, esses estudos foram essenciais para enxergar as brancas como parte, não como todo.⁴⁴

Os debates sobre o feminismo no Brasil vinculam o contexto ditatorial na gênese das organizações feministas. Entretanto, grande parte dos estudos traz o recorte das mulheres que viveram no exílio, particularmente em Paris. As reflexões sobre os processos de prisão e tortura, por sua vez, abordam a apropriação do feminino pela repressão e os estudos sobre as organizações de esquerda apontam o machismo presente no período. Pretendi, a partir desse trabalho, relacionar essas reflexões para compreender como o convívio prisional entre

⁴³ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 27.

⁴⁴ Algumas pensadoras que foram essenciais na minha reflexão são: Bell Hooks, Angela Davis, Grada Kilomba, Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez.

mulheres, que passaram pela militância política e tortura influenciou na apropriação e construção dos debates feministas, a partir da ala feminina prisional do Tiradentes.

Propugnei a hipótese de que a condição feminina era pouco relevante nos debates políticos da década de 1960. As experiências sentidas pelas mulheres, mesmo com nuances, foram compartilhadas no Presídio Tiradentes e incitaram reflexões, que, possivelmente, contribuíram na construção das organizações feministas, na década de 1970.

Objetivei entender como o gênero impactou na formação e na prática política dessas mulheres, de que modo o cotidiano na prisão possibilitou uma vivência solidária e representou a transição entre a tortura e o retorno à sociedade, como elas perceberam as especificidades femininas.

A heterogeneidade da luta contra a ditadura se expressa na diversidade de grupos políticos e nas variadas características e motivações dos indivíduos que participaram das organizações de esquerda. Estudar os elementos que influenciaram nas escolhas pessoais contribui para a percepção de variáveis pouco visíveis nos documentos dos partidos, como por exemplo, as relações afetivas.

O cárcere se apresenta como o espaço de convívio entre pessoas que tinham em comum a militância política, a perseguição e a tortura, mas diferiam cultural e politicamente. Isso criou um ambiente de solidariedade e conflito que transformou os sujeitos e de alguma maneira influenciou na luta pela transformação social.

A análise desses testemunhos, colhidos a partir da História Oral de Vida, nos possibilita o acesso à rememoração de práticas individuais e coletivas que construíram as lutas políticas nas décadas de 1960 e 1970. Realizei a análise das narrativas a partir de três eixos temáticos comuns às fontes: 1. Formação social, o acesso ao ensino e aproximação dos debates políticos; 2. Militância política na década de 1960; 3. Convívio prisional no Tiradentes. O estudo bibliográfico sobre esses eixos, somado às reflexões acumuladas acerca da ditadura militar no Brasil, a história da esquerda e as lutas feministas me deram suporte para esse estudo.

A dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo narrei as famílias, escolarização e adolescência de Lenira, Nair, Márcia e Iara na década de 1950 e início dos anos 1960 em São Paulo. Esse período dialoga com a breve vivência democrática entre o Estado Novo Vargas e o golpe civil-militar de 1964, o que contribuiu para uma formação menos tradicional para essas mulheres. Quais eram os padrões femininos na época? Como esses padrões eram reforçados pelas instituições? Que transgressões foram construídas por essas mulheres no período?

O segundo capítulo consiste na análise da inserção dessas mulheres na militância política de combate ao regime militar, a vivência da clandestinidade e a violação dos corpos e mentes pelo aparelho repressivo. Quais funções eram realizadas pelas mulheres nas organizações políticas? Como a condição de gênero se manifestava nas relações militantes? De que modo a repressão se apropriou da opressão de gênero para intensificar a violação dos corpos e mentes rebeldes?

O terceiro capítulo aborda o cotidiano e as reflexões potencializadas pelo convívio na Torre das Donzelas. A auto-organização de militantes encarceradas incitou percepções sobre a condição feminina e manifestou a potência do cuidado como elemento humanizador rebelde. Corpos e mentes esfacelados pela repressão encontraram na solidariedade das mulheres alento, força e motivação para (re)existirem. Como era o cotidiano das presas políticas? Quais práticas de rebeldia eram possíveis no cárcere? Conviver exclusivamente entre mulheres contribuiu para a percepção dos condicionantes de gênero?

CAPÍTULO 1 - “UM PASSO À FRENTE E VOCÊ NÃO ESTÁ MAIS NO MESMO LUGAR”: TRANSGRESSÕES FEMININAS NOS ANOS 1960⁴⁵

Há um vácuo, na história brasileira, de grandes movimentos feministas entre a luta pelo voto feminino no início do século XX e a revolução sexual da década de 1970. Entretanto, ao longo desse tempo, cotidianamente, inúmeras mulheres transgrediram a condição de gênero para sobreviver. Compartilho da definição de feminismo apresentada por Constância Lima Duarte, na qual afirma que esse “deveria ser compreendido (...), como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupo.”⁴⁶

Ser mulher branca, de classe média, pressupunha um comportamento cordial e amável. O principal objetivo da maioria das jovens era conquistar um matrimônio com um rapaz capaz de prover, com conforto, a família. Para isso, deveriam ser honradas (termo que presumia a virgindade às mulheres solteiras), educadas e hábeis no gerenciamento do lar. Além de permanecerem disponíveis aos maridos, sempre que fossem demandadas.

A preparação dessas mulheres perpassava pela escolarização convencional acrescida de formação prática em áreas como economia doméstica, corte e costura, que possibilitariam o pleno exercício de seu destino. A boa tutela e orientação familiar, além de uma conduta consonante com os bons comportamentos divulgados e incentivados pelas revistas femininas também se faziam indispensáveis.

O trabalho era desmotivado, mas permitido desde que não atrapalhasse as obrigações domésticas. Para tanto, o rol de profissões toleradas se vinculava à extensão dos afazeres e das habilidades femininas, como o magistério ou a enfermagem. Além de demandarem a propensão natural das mulheres ao cuidado, eram atividades que poderiam ser realizadas em meio período, sem impedir a dupla jornada.

Os costumes, no entanto, foram se modificando na década de 1960 de forma a acolher a modernização econômica. A reestruturação do capitalismo mundial após a Segunda Guerra Mundial e o envolvimento de mulheres brancas em atividades até então restritas ao universo masculino impuseram, com tensões, a flexibilização dos costumes sobre os deveres femininos,

⁴⁵ O título faz referência à música “Um passeio no mundo livre”, de autoria de Dengue, Gira, Jorge du Peixe, Lúcio Maia e Pupilo. In: SCIENCE, Chico et. al. **Afrociberdelia**. Rio de Janeiro: Chaos, 1996. Compact Disc. Digital Áudio, 1 CD. Remasterizado em Digital.

⁴⁶ DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 26.

incluindo aos poucos a possibilidade de formação universitária, manutenção de emprego fora do lar, relativização do acompanhamento masculino permanente na circulação de mulheres pelas cidades. Ainda assim, mesmo com a ampliação de empregos tolerados ao longo da década de 1960, as atividades aceitas mantinham por essência a subalternização da mulher a um chefe homem.

As vivências femininas nesse período aconteciam num contexto conturbado pela ascensão e deposição do governo de João Goulart (Jango), o golpe civil-militar em 1964 e a instauração de uma ditadura que durou até 1985, com um período de efervescência cultural. As inúmeras frentes de combate ao regime autoritário composta por artistas, pelo movimento estudantil e por organizações de esquerda que agiam de forma pacífica ou que optaram pelo enfrentamento armado, na formação de guerrilhas urbanas e rurais.

O contexto político pré-golpe, particularmente o governo de João Goulart iniciado em setembro de 1961, apresentou tensões entre a elite econômica brasileira e as ideias desenvolvimentistas do presidente formuladas em consonância com as proposições da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Análises, embasadas na Teoria da Dependência, apontavam a necessidade do desenvolvimento da economia nacional a partir de reformas que extinguissem o atraso econômico herdado da colônia, como o latifúndio, e as estruturas urbanas que materializavam e aprofundavam desigualdades sociais.

Em 1964 os militares, com apoio da elite econômica brasileira, realizaram o golpe de Estado no qual impuseram a deposição de Goulart. Em consonância com a teoria da dependência, Florestan Fernandes analisa esse movimento como uma contrarrevolução preventiva, que objetivava evitar qualquer resistência ao novo padrão de dominação, que formaria uma nova configuração das classes trabalhadoras, na sua dinâmica e composição. As elites brasileiras, preocupadas com a manutenção de seu poder, estruturado nos elementos de atraso, financiaram o golpe a fim de garantir a modernização nacional sob a tutela do capital estrangeiro. Ao analisar o golpe, Adriano Codato afirma que abril de 1964 se configurou como um autoritarismo de crise, não como um projeto das forças armadas de condução do poder, o que materializa no pós-1964 com as disputas internas entre as armas.⁴⁷

As esquerdas brasileiras não deram uma resposta imediata e efetiva ao golpe civil-militar. Nos primeiros anos do regime, parte das organizações políticas se reorganizaram para tentar frear o governo militar e restituir um governo democrático. Outros movimentos foram

⁴⁷ CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 40, p.11-36, 2004; FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Petrópolis: Zahar, 1981.

construídos com o objetivo de combater e derrubar a ditadura. Nessa direção, um movimento oposicionista foi se fortalecendo entre estudantes, setores operários, parte da Igreja e organizações armadas que questionavam o autoritarismo e a violência do regime militar. Nesse período, mulheres se juntaram às lutas contra a ditadura civil-militar brasileira.⁴⁸

Quatro dessas mulheres foram Lenira Machado, Iara Glória Areias Prado, Nair Yumiko Kobashy e Márcia Yajgunovitch Mafra. Elas tiveram em comum a graduação em cursos de humanidades na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) no período ditatorial. Também ingressaram em organizações que optaram pela organização de guerrilhas urbanas e rurais para combater a ditadura. Ademais, foram presas pela repressão e compartilharam um período de cárcere na ala feminina da prisão política do Presídio Tiradentes, em São Paulo.

Iara nasceu em São Paulo em 1946, mas aos 5 anos se mudou com a família para Araraquara, no interior do estado, em decorrência da transferência do trabalho do pai, que era funcionário da Companhia Telefônica Canadense. Primogênita de três irmãs, de pele clara e cabelos escuros, compartilhou sua história de vida com eloquência durante a entrevista.

Formada em História pela Universidade de São Paulo, na década de 1970 participou de ações de alfabetização em bairros periféricos e do *Jornal Brasil Mulher*, referência de publicação feminista no Brasil. Durante a redemocratização, Iara ingressou no Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), e na década de 1990, integrou o Ministério da Educação e Cultura durante a gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Sua vivência profissional e militante vinculada às questões da mulher contribuíram para uma narrativa que articula apontamentos contextuais com reflexões sobre a condição de gênero vivenciada na resistência à ditadura por ela e outras companheiras.

Na década de 1960, após retornar a São Paulo, ingressou na Política Operária (POLOP), ainda como estudante, e com o recrudescimento do regime atuou brevemente na VPR, posteriormente na VAR-Palmares e na Ação Popular Marxista Leninista (APML), organizações que defendiam a guerrilha urbana. Foi presa em abril de 1970, no Rio Grande do Sul. Passou pelo DOPS/RS, Presídio Feminino Bom Pastor, DOPS/SP, ao DOI-CODI até ser levada ao Presídio Tiradentes em agosto de 1970, onde permaneceu encarcerada até fevereiro de 1971.

Lenira, mais velha entre as quatro, nasceu em 1940, também em São Paulo. Concedeu a entrevista em 2009, com cabelos grisalhos, pele branca e fala assertiva. Sua trajetória de vida

⁴⁸ CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 40, p.11-36, 2004.

é marcada por um contexto familiar incomum à época, pois era filha de militantes comunistas vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Desse modo, a reflexão e prática revolucionária fizeram parte do seu cotidiano desde o nascimento, décadas antes do golpe de 1964, bem como a perseguição política, prisão e outras instabilidades decorrentes da atuação subversiva compartilhada pelos familiares. Ainda adolescente atuou no PCB. Crítica ao tradicionalismo revolucionário do partido, foi construindo na juventude uma trajetória militante autônoma de sua família que se manteve no PCB até o início dos anos 1960.

Antes do golpe de 1964, Lenira participou do Partido Socialista (PS) e das Ligas Camponesas. Em 1961 ingressou no curso de Ciências Sociais na FFCL-USP, onde se inseriu também no movimento estudantil, conciliando diferentes atividades políticas. Suas escolhas, no entanto, desagradaram seu pai. Sem auxílio financeiro da família, conciliou no período pré-golpe militância política, graduação e emprego.

Na universidade, se aproximou da POLOP e seguiu na militância política até 1966, quando deu à luz a seu filho Aritanã Dantas. A maternidade dificultou uma participação mais direta de Lenira no enfrentamento à ditadura. Ainda assim, se aproximou da APML e participou da fundação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Foi presa em sua casa, em 13 de maio de 1971. Passou pelo DOPS/SP, DOI-CODI até ser conduzida ao Presídio Tiradentes, onde permaneceu confinada até novembro de 1972.

Márcia nasceu em 1946, em São Paulo. Dividiu sua história de vida em 2009, na sua casa. Tinha uma fala espontânea, direta e bem-humorada, uma voz rouca, pele clara e cabelos e olhos escuros. Neta de imigrantes russos, que fugiram da revolução bolchevique em 1917, passou a adolescência na zona leste paulistana, em uma família que não tinha intensos debates sobre política. Foi esportista e participou de competições pelo Corinthians, o que possibilitou uma autonomia nas viagens com a equipe, incomum às jovens da época, pois não ficava sob tutela familiar. Começou a cursar História na USP, em 1967, onde se aproximou das entidades estudantis.

Com a promulgação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), e a intensificação da perseguição aos estudantes na universidade, Márcia teve que se afastar da faculdade. Nesse período, lecionava em uma escola na Penha, onde se manteve até o início da década de 1970. Paralelamente a isso, se inseriu na Ação Libertadora Nacional (ALN) atuando na ação de massas da guerrilha urbana. Foi presa em fevereiro de 1971, levada ao DOI-CODI, DOPS/SP e ao Presídio Tiradentes onde ficou reclusa até a desativação do presídio em 1973. Depois disso, foi transferida para o Presídio Hipódromo e a Casa do Egresso até conquistar sua liberdade.

Márcia se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980 e durante os mandatos petistas no executivo federal foi assessora da então ministra, Dilma Rousseff, no Ministério de Minas e Energia e na Casa Civil. Márcia faleceu em 2011, em decorrência de uma trombose.

Nair nasceu em 1947, filha de imigrantes japoneses, feirantes da zona leste de São Paulo. Apresentou uma fala calma, pontual, direta e curta. Sua família permitia certa flexibilidade em relação à religião e não se envolviam em discussões políticas. Quando Nair iniciou o cursinho preparatório para ingressar na faculdade, conheceu militantes do PCdoB, dos quais se aproximou. Com o tempo, foi se apropriando dos debates e se inseriu na militância do partido. Em 1966, começou o curso de Estudos Orientais da USP.

Atuou no movimento estudantil da USP, tendo intensa participação nas movimentações do CRUSP, onde residia. Auxiliou na logística do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), e foi perseguida pelo seu envolvimento com a Associação de Moradores. Após a invasão do CRUSP pelos militares, em 1967, se afastou da universidade. Com o recrudescimento da repressão e a contínua perseguição aos estudantes, Nair adotou documentos falsos e passou a viver de maneira clandestina e discreta em um apartamento em São Paulo. Foi presa em fevereiro de 1972, levada ao DOI-CODI e depois para o Presídio Tiradentes, onde permaneceu até seu fechamento. Depois, foi transferida para o Presídio do Hipódromo até conquistar sua liberdade.

Neste capítulo, apresento as expectativas sociais sobre o comportamento das boas moças nas décadas de 1950 e 1960. Os estudos de Carla Bassanezi sobre as mulheres nos anos dourados e as reflexões de Silvia Federici sobre o trabalho reprodutivo como atribuição feminina foram de grande importância para as análises apresentadas, bem como as elaborações de Heleieth Saffioti, forjadas na década de 1960 e sistematizadas em sua livre-docência sobre a mulher na sociedade de classes, publicada em 1969.

Analisei os testemunhos de Nair, Márcia, Iara e Lenira da convivência familiar na infância e adolescência ao ingresso à faculdade e ao movimento estudantil. O objetivo foi estudar os acatos e transgressões de costumes vivenciadas por essas quatro mulheres no âmbito familiar e acadêmico. Qual a trajetória dessas mulheres? Como as condicionantes de gênero e raça marcaram essas trajetórias? Quais transgressões foram forjadas cotidianamente? O que as motivou a participar do enfrentamento à ditadura? Como seus familiares reagiram a essa opção?

1.1 Família, ensino e a preparação das “boas moças”

O Brasil viveu, entre 1945 e 1964, tempos de relativa estabilidade democrática que propiciou a ampliação do debate político nos ambientes familiares e a conquista de novos espaços pelas mulheres de classe média. Ainda assim, o acesso à educação era restrito e a educação feminina ainda estava vinculada ao casamento e aos cuidados da família.

Nesse período, Lenira, Iara, Nair e Márcia nasceram, cresceram e vivenciaram suas infâncias e adolescências em lugares distintos do estado de São Paulo. Iara, Nair e Márcia nasceram entre 1946 e 1947 e ingressaram na Faculdade de Filosofia entre 1966 e 1968. As três pertencem a famílias de imigrantes, Iara tem ascendência italiana, a avó de Márcia era russa e os pais de Nair vieram do Japão.

Lenira nasceu antes das três. Sua infância e adolescência destoam um pouco do padrão, pois ela é de uma família de comunistas. Sobre isso, brinca em sua lembrança, “Eu nasci em São Paulo, em 1940, filha mais velha de uma família de militantes comunistas, tanto o meu pai como a minha mãe, quando eu nasci, estavam na clandestinidade, então eu já nasci na clandestinidade.”⁴⁹

O posicionamento político da família trouxe experiências diferentes para Lenira, mas não a isentou de todas as normas sociais comuns às mulheres brancas de classe média no estado de São Paulo. Essas mulheres, preparadas para assumir a gestão do lar, deveriam demonstrar que eram “boas moças”, para obter sucesso no casamento.

As revistas femininas, nas décadas de 1950 e 1960, tinham diferentes seções que ensinavam as moças a conquistar um bom partido, reforçando as normas sociais que desenhavam o que era entendido como comportamento feminino adequado.

Os termos “boa moça”, “moças de família” ou “jovem correta” eram frequentemente usados nas revistas da época “(...) como rótulos que serviam de parâmetro para a distinção de moças dignas da aprovação social e do respeito masculino (parte do rol das futuras esposas) (...)”.⁵⁰

As mulheres eram responsáveis em garantir sua honra, e para isso deveriam demonstrar, em sua aparência, o recato. Lenira narra sua experiência adolescente referente a restrição à maquiagem:

⁴⁹ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abril.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 01.

⁵⁰ MACHADO, Lenira. Op. Cit. p. 01.

Nesse sentido a libertária dentro da minha casa era a minha avó, ela rompia todos os padrões de rigidez deles, o primeiro salto alto foi escondido deles, (...). Não era revolucionário, pintura também, (...), era muito cedo, era sempre muito cedo. Ela comprava pintura, ela andava com uma caixa de maquiagem dentro da bolsa, a gente virava a esquina ela abria a bolsa para eu me pintar. Ela foi a minha grande companheira (...) para mim ela era a minha grande companheira e a minha grande cúmplice, (...).⁵¹

Nessa lembrança, Lenira apresenta seus pais (“eles”) como um casal com padrões morais rígidos – não permitiam que as filhas usassem salto alto, fossem a bailes ou usassem pinturas – e sua avó como a libertária que a encobria em pequenos atos de transgressão.

Há uma ambiguidade presente na lembrança de Lenira sobre seus pais ao longo de sua narrativa, pois ao mesmo tempo em que eram militantes comunistas, o que significava atividades subversivas frequentes, eram um casal com costumes conservadores. Segundo o relato de Lenira, a maquiagem, por exemplo, era vista por seus pais como contrarrevolucionária. Deduzo que essa afirmação decorre da condenação, pelos comunistas mais antigos, da vaidade exagerada como valor burguês de enaltecimento individual e valorização da aparência.⁵²

O posicionamento contrário ao uso de maquiagem ia ao encontro dos padrões sociais difundidos nas décadas de 1950 e 1960. As revistas de época alertavam sobre o uso excessivo de pinturas que poderiam causar má impressão “(...) não use *rouge* de tonalidade audaciosa ou carregue nos tons da maquiagem (para não ser confundida com alguém de “baixo nível”).”⁵³

Moças de família deveriam estar sempre acompanhadas, preferencialmente pelo pai, um tio, um irmão ou primo mais velho. Se não fosse possível, elas também poderiam sair acompanhadas por mulheres mais velhas, mães, avós, tias ou, em casos menos frequentes, sair em conjunto com outras amigas. Iara, por exemplo, narra que por vezes sua família autorizou que saísse com amigas meninas. Lenira, por sua vez, estava com frequência na companhia de sua avó “libertária”. Ainda que submetessem as jovens a tutela permanente para resguardar a honra, a escolha das companhias, por vezes, apresentava possibilidades de transgressão.

Márcia teve experiências na adolescência um pouco diferentes das outras três mulheres, pois ela foi esportista, o que lhe proporcionou uma vida de viagens e campeonatos:

⁵¹ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 10

⁵² Era comum a vaidade ser compreendida pelos comunistas como fraqueza, como enaltecimento do individualismo burguês. No caso feminino a vaidade e exaltação do feminino corroborava com uma imagem de fragilidade feminina, o que levou muitas militantes a um processo de masculinização no período, como analiso no tópico 2.1 deste trabalho.

⁵³ PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.p. 87

Acho que é legal assim... eu fui nadadora - isso é uma coisa que é legal - eu nadava no Corinthians, morava perto, fui boa nadadora, competi, isso tem uma..., acho que uma importância legal pra mim assim de memória, de conhecimento do mundo, de vida mesmo, de coletivo, uma influência boa.⁵⁴

No Corinthians, Márcia competiu até os 16 anos, em diversas partes do Brasil. As viagens de equipe eram uma experiência muito particular, pois exigiam relativa autonomia das meninas, ainda que supervisionadas pelos treinadores. Essa liberdade para as meninas era incomum à época.

A autonomia feminina era, portanto, algo incomum na época, visto que a estrutura familiar hierarquizada e patriarcal atribuía ao homem o papel de maior autoridade na casa, assim como as principais decisões familiares e o sustento de todos. A transmissão da autoridade passava, via de regra, para o filho mais velho. Iara rememora a decepção de seu pai ao ter só filhas mulheres,

(...) então ele era uma pessoa muito autoritária. Ao mesmo tempo que ele foi uma figura muito importante na minha vida, primeiro porque ele queria ter filhos homens, tudo bem que eu tivesse sido uma menina, minha mãe sempre conta isso, a primeira filha ele queria uma menina e uma menina que se chamaria Iara. A partir da segunda e da terceira ele realmente ficou muito decepcionado, porque era assim que as famílias, principalmente os homens, os maridos, os pais achavam, só o filho homem poderia dar a descendência.⁵⁵

A decepção masculina narrada é fruto da expectativa comum de gerar um primogênito para assumir a família após o falecimento do pai, o que constituía uma norma social informal. As mulheres tinham direitos civis limitados nas décadas de 1950/1960, o que ampliava a expectativa dos homens em ter filhos que pudessem herdar as responsabilidades e os negócios da família.⁵⁶

Os pais também eram incumbidos de manterem-se atentos às companhias de suas filhas e, se fosse necessário, intervir para garantir que não “se perdessem na vida”. Aparentemente

⁵⁴ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 01

⁵⁵ PRADO, Iara Areias. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 01

⁵⁶ Um exemplo dos limites civis das mulheres nas décadas de 1950 e 1960 era a impossibilidade de dissolução do vínculo matrimonial. Uma vez casada, a mulher permanecia vinculada ao primeiro marido até a sua morte, mesmo após separação legal. Isso impedia novos casamentos. O Desquite foi substituído por Separação Judicial pela Lei 6.515/1977 (Lei do Divórcio).

ingênuas e incapazes, as boas moças deveriam ser protegidas da leviandade. A defesa da honra familiar era atribuição do homem da casa.⁵⁷

O treinamento das moças, nesse contexto, incluía a sabedoria em identificar um “bom partido”, ou seja, um rapaz de família que garantisse o provimento de sua mulher e filhos em conforto. As moças eram alertadas a respeito da importância de se manterem na linha e não se enganarem com rapazes mal-intencionados.

A responsabilidade em manter-se de acordo com os parâmetros aceitáveis para a aprovação social era das mulheres, pois se o homem “(..) com suas incursões no terreno sexual tentar passar dos limites definidos para a “moça de família”, ele será absolvido em nome das atribuições naturais da masculinidade (...).”⁵⁸

Havia, como se vê, uma dubiedade nas noções de responsabilidade masculinas e femininas nas décadas de 1950 e 1960. As mulheres, por um lado, eram incapazes de andar sozinhas, escolherem seus parceiros sem orientação da família, administrar negócios. Por outro, eram totalmente responsáveis pela manutenção e, principalmente, nos casos de transgressão na sua conduta moral.

Os homens, por sua vez, eram responsáveis pelos negócios e administração financeira, pelas decisões acerca do rumo da família, entretanto, suas atitudes ousadas com moças de famílias eram motivadas pelas “atribuições naturais” da masculinidade. Nesse sentido, mesmo após o casamento, a fidelidade ou exclusividade do marido à mulher era subestimada, desde que ele cumprisse com suas obrigações sociais.

O bom casamento exigia de todas as boas moças a etiqueta de garantir a preservação da virgindade até a noite de núpcias, prova maior autorrespeito das moças. O prefixo “auto” pressupõe que elas deveriam manter-se virgens como sinal de respeito a si mesmas, porém o referencial que determinava esse comportamento era guardar-se para o futuro marido.

Excepcionalmente, alguns homens também se mantinham virgens até o casamento. Lenira conta sobre a relação de seus pais e apresenta o fato de se casarem virgens como uma peculiaridade para dois comunistas:

(...) mas tanto ele [meu pai] como a minha mãe eram pessoas muito interessantes porque sempre foram muito abertas ao diálogo e mesmo do ponto de vista da questão moral, (...) e eles acabaram aceitando duas filhas totalmente fora dos padrões morais

⁵⁷ A expressão “se perdessem na vida” é um eufemismo para a perda da virgindade antes do casamento.

⁵⁸ PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 82

que eles gostariam de ter tido, eu não esqueço que os dois tinham se casado virgens. (...) Os dois, ela com 18 anos e ele com 21, eles casaram muito novos.⁵⁹

Lenira classifica seus pais como “interessantes”, descrevendo o fato deles terem se casado novos e virgens, em oposição a serem um casal aberto ao diálogo que aceitou duas filhas “totalmente fora dos padrões”. Por um lado, ela destaca fatos na vida de seus pais que vão ao encontro da moralidade social, repetindo que ambos não tiveram relações sexuais antes de se casarem. Por outro, apresenta uma flexibilidade à transgressão dos costumes pela abertura ao diálogo e ao acolhimento das filhas “imorais”. A imoralidade, a qual Lenira se refere, estava presente no salto alto, uso de maquiagem etc.

As narrativas destas mulheres sobre a vida familiar e os papéis atribuídos às mulheres reforçam a percepção, hoje bastante evidente, de que a sexualidade feminina se relacionava mais às necessidades masculinas do que ao prazer e aos desejos da mulher, o que permite caracterizá-la como trabalho. Sobre isso, afirma Silvia Frederici: “Sexo é trabalho para nós [mulheres], é um dever. O dever de agradar é tão construído em nossa sexualidade que aprendemos a ter prazer em dar prazer, em provocar os homens e excitá-los.”⁶⁰

As crianças, adolescentes e mulheres mais velhas tinham comumente sua sexualidade reprimida. No período reprodutivo de suas vidas, as mulheres adultas casadas deveriam garantir a procriação e a satisfação masculina. O prazer feminino não se apresentava como uma questão no estabelecimento dos padrões morais. As mulheres deveriam olhar para si mesmas a partir da necessidade dos seus maridos. Seu valor e sua existência estavam condicionados à capacidade de manter-se de acordo com as demandas estabelecidas pelos homens na sociedade.

A preparação adequada das moças para um bom casamento, além das orientações familiares e das revistas femininas, era fortalecida pelo estudo. O ensino possibilitava que as mulheres aprimorassem suas habilidades como administradoras domésticas e eventualmente um trabalho de meio período, ainda que este não implicasse em responsabilidades financeiras perante a família.

A educação feminina nas décadas de 1950 e 1960 comumente era vinculada a instituições religiosas. Essa experiência é narrada de maneira inusitada por Nair e Lenira. Em

⁵⁹ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 10

⁶⁰ FREDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019. p. 56.

contextos diferentes, as duas não tinham famílias religiosas praticantes, mas tiveram que estudar em escolas religiosas.

Formação religiosa eu não tive nenhuma, logicamente, me batizei aos 7 anos porque nessas idas para não perder escola eu tive que ir para um colégio de freira em Bauru porque não correspondia ano letivo, e as freiras onde a minha mãe tinha estudado num colégio em Bauru, o colégio São José, exigiram que eu fosse batizada para poder frequentar a escola. Aí eu fui batizada aos 7 anos por essa razão.⁶¹

Na família comunista de Lenira eles eram ateus. Ainda assim, o batismo tardio garantiu a matrícula escolar. Em decorrência das atividades políticas, a família se mudava com frequência criando todo tipo de desafios para que Lenira seguisse com os estudos regulares. Além disso, o ensino religioso como norma social para as mulheres brancas na primeira metade do século XX aparece no fato de Lenira ter frequentado a mesma escola em que sua mãe havia estudado na juventude.⁶²

Nair conta sobre suas peripécias ao frequentar duas igrejas diferentes, na mesma época, ainda que também não tivesse formação religiosa.

Não tive formação religiosa, embora tivesse estudado um ano num colégio de freiras, porque meus pais..., não me lembro de eles terem nenhuma... (risos), nada, nunca... Além de eu ir para essa escola de freiras eu tinha que ir à missa aos domingos, lógico, mas eu não achava muito bom porque o meu pai tinha uns amigos, e uma das senhoras lá era Metodista e a Igreja Metodista era defronte à minha casa, eram metodistas japoneses, uma cidade bem de japoneses. Eu gostava dessa igreja à tarde porque a gente ia lá, contava histórias, não era aquela coisa de igreja católica, que tinha aquele cheiro dentro, aquela penumbra, era tudo em latim, e eu não entendia nada, lógico. E lá não eram historinhas e a gente ganhava doce depois, então eu achava o máximo aquilo. Só que era feio eu ir pra uma igreja protestante estudando numa escola de freiras, então eu tinha que esconder um pouco, mas apesar disso não tive, é isso.⁶³

A Igreja católica era um espaço social permitido às meninas e a religião predominante entre as instituições de ensino privadas. A assiduidade na missa de domingo aparece, para Nair e a maioria das adolescentes brancas de classe média, como uma obrigação, principalmente para as que estudavam em escolas católicas. No entanto, para Nair essa prática não representava a aceitação de uma doutrina, nem mesmo uma profissão de fé. Ainda que mantendo a discrição,

⁶¹ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 02

⁶² A caracterização do batismo de Lenira aos sete anos como tardio tem como referência a tradição católica de batizar as crianças pouco depois do nascimento, antes do primeiro ano de vida.

⁶³ KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 01

ela participava dos eventos sociais da Igreja Metodista à procura de quitutes e amigos. O vínculo a instituições religiosas naquele contexto se apresenta na lembrança mais como uma necessidade social do que uma opção de devoção e fé, propriamente dita.

Parece que esse frágil verniz religioso cumpria, sem que estas quatro mulheres soubessem, certa proteção contra o autoritarismo patriarcal e o sexismo então vigentes. Como adolescentes inseridas nos padrões morais e nas normas de sua classe, nada podia antever que, duas décadas depois, Lenira, Nair, Iara e Márcia seriam companheiras de cela na Torre das Donzelas. No entanto, suas narrativas sugerem um desconforto embrionário com a educação que lhes foi imposta. Desconforto percebido a posteriori como estranhamento, desencaxe diante do futuro socialmente esperado.

Podemos imaginar, por exemplo, como essas quatro mulheres se sentiram nos bancos escolares. O currículo da época contemplava componentes comuns a alunos e alunas, tais como língua portuguesa, história e matemática. Mas, as meninas ainda tinham aulas de costura e economia doméstica, entre outras disciplinas que as preparavam para o bom desempenho no lar e no casamento. Ainda que se acreditasse que esse era o destino natural ou "sagrado" das mulheres, a inserção de "disciplinas" de caráter prático revela que os cuidados do lar eram, essencialmente, um trabalho. E como todo trabalho, demandava preparação, esforço e tempo.

A preparação de boas moças se relacionava com habilidades de suporte às atividades masculinas. Nesse sentido, as meninas eram treinadas para assumirem essas funções e a servirem outras pessoas, principalmente aos homens: cuidavam de bonecas, faziam comida e ajudavam a servir, inicialmente aos irmãos e pai para, posteriormente, servir aos filhos e marido. Desse modo, ainda que não fosse proibido às mulheres brancas casadas trabalharem, as "profissões femininas" preferidas eram as que poderiam conciliar a atividade profissional e o gerenciamento do lar, como enfermagem ou magistério.

As profissões tidas como femininas eram as que se manifestavam como extensão do trabalho do cuidado. Garantir a reprodução da vida, cuidar das crianças, lavar e organizar as roupas, preparar o alimento, limpar e organizar a casa, cuidar dos idosos e enfermos etc., eram consideradas responsabilidades femininas. Desse modo, o trabalho do cuidado e as profissões femininas se associavam nas práticas que significavam a criação de condições para que as pessoas crescessem, se mantivessem saudáveis, cientes e submetidas às suas responsabilidades sociais.

As atividades vinculadas ao cuidado têm uma invisibilidade como trabalho na sociedade contemporânea e muitas vezes são compreendidas como gesto de amor: a mãe não trabalha,

cuida dos filhos porque os ama; a esposa não trabalha, cuida do marido porque o ama; a professora não executa somente uma atividade profissional, é também “tia”, cuidadora.⁶⁴

No que tange aos costumes brasileiros nos anos dourados, Carla Pinsky apresenta reflexão similar sobre a associação de determinadas profissões a uma predisposição natural das mulheres e consequente autorização social para a execução dessas tarefas: a mulher é mais amável, portanto, tem mais é que trabalhar com crianças. Como destaca no trecho:

Professora de crianças, portanto, é uma das únicas profissões femininas completamente livres de preconceitos sociais, pois é encarada como tendo em si algo de maternal. Essa característica faz com que a mulher tenha o (...) “perdão” por trabalhar.⁶⁵

Iara rememora, com ironia, as expectativas de seu grupo de amigas em Araraquara “(...) uma parte do meu grupo só queria casar e ter filhinhos, fazer magistério, ser professora, porque professora dava para você se casar, cuidar do marido e ter filhos (...).”⁶⁶

A preparação para arranjar um bom casamento estava relacionada ao reconhecimento das mulheres como sujeitos não autônomos. Arranjar um bom casamento antes dos 25 anos era uma meta socialmente partilhada, afinal “Sem o casamento, garante o *Jornal das Moças*, a mulher não consegue realizar-se, pois todas as mulheres (mesmo as que se dedicam a causas sociais ou políticas) precisam de um marido.”⁶⁷

No início da década de 1960, o *Jornal das Moças* considerava a vida pública feminina como uma possibilidade – ao se referir a mulheres dedicadas a causas sociais ou políticas -, ao mesmo tempo em que explicitava que estas possíveis atividades deveriam ser submetidas à condição de gênero, não eximindo as moças da necessidade da tutela de um cônjuge.

A interpretação dos pais sobre necessidade de um guardião por toda a vida aparece na rememoração de Iara, ao contar sobre as condições nas quais se casou, às vésperas da vida semiclandestina:

⁶⁴ No livro “El patriarcado del salario”, Silvia Frederici analisa como o não assalariamento do trabalho doméstico amplia a opressão sobre as mulheres e o controle social sobre seus corpos e suas vidas. Na página destacada ela apresenta a naturalização e o disciplinamento do cuidado como trabalho feminino e a importância da associação desse trabalho ao amor para o enraizamento da dominação. In: FREDERICI, Silvia. **El Patriarcado del salario**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018. p. 8

⁶⁵ PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 188

⁶⁶ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 04

⁶⁷ PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 76

Bom, e foi muito engraçado porque para ir embora eu falei para o meu pai: ‘- Olha, eu vou embora, eu não vou ficar, eu vou continuar e então é isso, eu vou embora com o Paeco’. Aí meu pai falou assim: ‘- Olha eu quero conversar com o Paeco’. E a gente marcou um lugar para o meu pai conversar com o Paeco, e meu pai disse para o Paeco o seguinte: ‘- Olha, ela pode ir se é a decisão, mas vocês têm que casar no papel, porque a minha responsabilidade eu quero passar para você’. Então você veja, meu pai que era um homem que tinha me criado uma pessoa para atuar, para fazer coisas, etc. e tal, nessa hora ele queria passar para um outro homem a responsabilidade sobre a minha pessoa. E o Paeco falou: ‘- Não tem problema, a gente casa no civil’. E assim foi, quer dizer, a minha sogra tinha trabalhado num cartório muito tempo, os amigos dela eram donos, eles fajutaram lá, correram os papéis e nós fomos ao cartório e casamos, ponto.⁶⁸

Em suas memórias Iara narra esse fato como “engraçado”, pois reconhece que apesar de seu pai ter lhe criado com maior autonomia que a maior parte das amigas e conhecidas, quando ela decide sair de casa ele faz questão de transferir a responsabilidade sobre Iara a outro homem.

Lenira, filha de comunistas, não estava destinada ao "caminho natural" das jovens de sua época. No entanto, para se contrapor aos pais, ela decidiu, justamente, por um casamento conservador:

Primeiro eu fui uma adolescente rebelde, como a militância em casa era muito grande e a militância sempre significou estar na miséria, eu resolvi que eu seria reacionária. Eu era muito fechada, muito tímida, então eu comecei a ler muito para me contrapor aos meus pais dentro de casa, arranjei um noivo bem reacionário, um engenheiro bem mais velho que eu, resolvi que terminando a escola normal em Mogi das Cruzes eu ia casar, fazer essas coisas todas direitinho me contrapondo, uma adolescente rebelde.⁶⁹

A narrativa de Lenira explicita que fazer “as coisas todas direitinho” se vinculava a encontrar um “bom partido”, um provedor que no seu caso foi um noivo mais velho, engenheiro e reacionário. A rebeldia, nesse caso, se manifestava contra o comunismo de seus pais. Nas entrelinhas está a disposição de Lenira de se comportar dentro das regras sociais, abandonar a militância política, administrar a casa e ter filhos. Essa revolta contrarrevolucionária, no entanto, durou pouco. Tempos depois, ela desfez o noivado e retornou às atividades políticas.

A etiqueta feminina para as “boas moças” apresentava muitas regras para que as famílias preparassem suas filhas para um casamento promissor. Entretanto, essa geração criou suas

⁶⁸ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 14

⁶⁹ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 03

próprias estratégias para flexibilizar as normas sociais. Os questionamentos aos padrões morais e as transgressões cotidianas ampliaram as possibilidades de liberdade para as mulheres na década de 1960. Iara conta que, no início da década de 1960, em Araraquara, ela se sentia profundamente incomodada com os constrangimentos de gênero que lhe eram impostos:

Em Araraquara não dava para sobreviver com essa opção, essa opção de querer ser igual aos homens, entendeu. Então essa coisa aos quinze anos começou. Começou: ‘Bom, por que eu não posso isso?’, ‘Porque você é mulher’, ‘Por que eu tenho que ir num baile acompanhada de um homem?’ ‘Por que eu não posso...’ Você entende? Tanto é que eu decidi que eu vinha para São Paulo quando eu terminei... um ano antes de terminar o colegial para fazer cursinho.⁷⁰

Na rememoração de Iara, andar desacompanhada de um homem aparece como exemplo do que era proibido para as “boas moças”. Ela menciona, ainda que na adolescência, o contato com as teorias sobre igualdade de gênero de Simone de Beauvoir contribuiu para dar sentido aos seus questionamentos e indignação, bem como para fortalecer sua decisão sobre a mudança para a capital.

As transgressões cotidianas, rememoradas por essas mulheres, influíam nos ambientes que as circundavam e ecoavam em um contexto de ampliação dos espaços ocupados pelas mulheres na sociedade brasileira. Na década de 1960, houve um aumento nos números de mulheres brancas inseridas nas universidades. Principalmente nos cursos de Humanidades e Educação, como aponta Carla Pinsky:

A formação superior, porém, recebe um tratamento diferencial para homens (muito valorizada) e mulheres (não tão valorizada por implicar maior dedicação aos estudos e a uma futura carreira). Além disso, mesmo as mulheres se concentrando nos cursos universitários de Ciências Humanas e de Educação, em vários deles, em meados dos anos 1960, o número absoluto de mulheres é inferior ao de homens.⁷¹

Em São Paulo, as quatro mulheres se prepararam para ingressar na faculdade. A primeira foi Lenira, que ingressou no curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo em 1961. Lenira, nessa época havia se afastado do PCB e militava, a contragosto de seu pai, nas Ligas Camponesas (principal movimento de pressão no campo brasileiro, que por meio da ocupação de terras popularizava seu lema “Reforma Agrária na Lei ou na Marra!”).

⁷⁰ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 04

⁷¹ PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 189/190.

A tensão de Lenira com seu pai, sobre os caminhos que escolheu a obrigaram a buscar meios de se sustentar.

(...) um dia [meu pai] me convidou para um almoço e disse assim: ‘- Você não está fazendo política como eu gostaria que você estivesse fazendo, não é verdade?’, eu falei: ‘- É’, ‘- Você não está fazendo seu curso do jeito que eu gostaria que você fizesse, é verdade?’, ‘- É’, ‘- Você não está trabalhando do jeito que eu gostaria que você trabalhasse, não é verdade?’, ‘- É’, ‘- Então porque é que você acha que eu devo continuar te sustentando?’, aí eu falei: ‘- Eu não acho’, ele disse: ‘- Ótimo, então nisso nós concordamos, você tem mais um mês de pensionato e de mesada, depois a tua vida é por tua conta já que você resolveu fazer o que você acha que deve fazer, você tem que ser responsável pela tua vida’.⁷²

A autonomia financeira não era tarefa fácil para mulheres naquele tempo. Na década de 1960 apenas 17,5% da população economicamente ativa era feminina. Além disso, faziam parte de um restrito grupo que teve acesso ao ensino superior, que colaborando para uma maior aceitação social do que foi categorizado como "mulher moderna”:

A expressão “mulher moderna” – presente em *Jornal das Moças* desde 1945 – revestiu-se de novos significados na primeira metade dos anos 1960: não se refere mais só à mulher que segue às tendências da moda, cuida das aparências e procura instruir-se em função da educação dos filhos, das atenções ao marido ou das reuniões sociais, mas é também a que, sem se descuidar das obrigações do lar, encara a participação no mercado de trabalho como uma possibilidade em sua vida.⁷³

Lenira começou a trabalhar com pesquisas de mercado. Esse tipo de emprego lhe permitia continuar no movimento estudantil e na faculdade, cursada à noite.⁷⁴ Garantir a manutenção da vida sem pensionato era exceção para as mulheres brancas de classe média em São Paulo. Ainda assim, na década de 1960 era incentivado que a mulher exercesse funções que a possibilitassem adquirir suas coisas desde que isso não atrapalhasse suas funções femininas. Os trabalhos de meio período (cerca de 6 horas) eram os preferidos.

Em 1964, Iara terminou o colégio em São Paulo e foi trabalhar no cadastramento de moradias na zona sul da cidade. Ela rememora que era um trabalho de seis horas diárias, nas

⁷² MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.6

⁷³ PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.p. 199.

⁷⁴ IBGE. **Estatísticas Históricas do Brasil**. 2. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Difusão de Informações, 1990.

quais ela preenchia escrituras definitivas de moradias populares e conta: “Para mim foi o máximo porque eu trabalhava, eu tinha o meu dinheiro, (...)”.⁷⁵

Assim como Lenira, a Faculdade de Filosofia também era o objetivo das outras mulheres, apresentadas nesse estudo, que ingressaram pós golpe militar. Nair ingressou em 1966 no curso de Estudos Orientais. Márcia e Iara ingressaram no curso de História em 1967 e 1968, respectivamente, como veremos a seguir.

1.2 O ingresso na faculdade e o movimento estudantil

A Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, situada, à época, na rua Maria Antônia, se configurava como um espaço de intensos debates e atuação política de esquerda. Havia diferentes organizações políticas que divergiam sobre o caráter da luta revolucionária, mas mantinham, desde 1964, a ditadura civil-militar como um inimigo comum.

Essas divergências, fundadas em discordâncias teóricas e estratégicas sobre a revolução brasileira, atravessavam a vida universitária, especialmente dos estudantes que se sentiam motivados a se engajarem nas inúmeras organizações políticas. No entanto, a escolha nem sempre era resultado de uma análise objetiva dos projetos políticos de cada organização, como destaca Maria Cláudia Ribeiro:

(...) a ação militante foi alimentada não apenas por efeitos mecânicos, cumulativos, ou de *habitus*, mas existiram também nela fatores que a modificaram e que se mesclaram, como experiências compartilhadas, transformações do contexto histórico, lógicas de sedução ou as “economias afetivas do movimento”, quando se consideram os seus vínculos afetivos e de amizade, como tendo influências importantes.⁷⁶

Os vínculos de amizade e os espaços por onde circulavam os estudantes universitários, na década de 1960, influenciavam decisivamente a formação dos grupos políticos que, a partir de 1964, assumiram a responsabilidade de enfrentar o regime militar. Lenira era mais velha e havia ingressado na Faculdade de Filosofia antes do golpe de 1964, e já estava envolvida com as Ligas Camponesas, além de atuar no movimento estudantil. Sua inserção na política também teve determinações afetivas, afinal, havia nascido em uma família comunista. Ela relembra que, após o golpe, as organizações políticas se reestruturaram para reagir à ditadura e sua tarefa era

⁷⁵ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.7

⁷⁶ RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na luta armada:** protagonismo feminino na ALN. São Paulo: Alameda, 2018. p. 74.

reorganizar o movimento estudantil. Ela se aproximou, então, da POLOP, pois este grupo tinha grande preocupação com a formação teórica marxista.⁷⁷

A efervescência política na Faculdade de Filosofia, estimulava muitos ingressantes a se aproximarem do movimento estudantil. Márcia rememora sua inserção como algo “natural”:

Foi uma coisa mais ou menos natural porque essa coisa da inquietude daquele momento, muitas coisas acontecendo. Tinha discussão da Universidade, tinha acordo MEC-USAID [Ministério da Educação brasileiro - United States Agency for International Development], tinha as coisas ruins do curso, enfim, havia uma ebulição de questões, de ideias, que era mais ou menos natural você se envolver, mas em que nível, cada um é um, mas não havia muito como estar fora disso. Para mim foi um processo mais ou menos natural. E aí, por ser um processo mais ou menos natural, me chamaram para ser diretora de Centrinho, depois diretora do Grêmio e foi indo, entendeu?⁷⁸

A partir do início de 1967, a inquietação do ambiente universitário se intensificou quando vieram a público os acordos MEC-USAID que teriam implicações diretas sobre os rumos da universidade pública. Um dos resultados dos acordos previa uma reforma no ensino superior que subordinaria a universidade às necessidades da indústria e do mercado e apontava para uma futura privatização do ensino.⁷⁹

As pautas de lutas específicas sobre o ensino superior dialogavam com manifestações de rua em protesto ao regime, protagonizadas pelo movimento estudantil, desde 1966. Nesse contexto, parte dos estudantes continuavam próximos às organizações que conheceram anteriormente, outros se aproximavam da luta política pelas entidades estudantis.

Os “Centrinhos” (centros acadêmicos de curso) e o Grêmio (centro acadêmico das faculdades, abarcando vários cursos), contavam com a participação feminina e eram espaços de articulação da luta contra o regime, como Márcia apontou em sua narrativa.

Iara Prado, assim como Márcia, se envolveu nas entidades estudantis do curso de História. Entretanto, sua aproximação com os grupos políticos aconteceu no cursinho preparatório:

⁷⁷ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 8

⁷⁸ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 6

⁷⁹ Sobre o acordo MEC USAID, ver verbete organizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/acordo-mec-usaid>. Acesso em jul.2021.

Eu acho que eu entrei na política antes de ter entrado na faculdade. O cursinho do grêmio estava na mão da Polop, (...) para ser bem sincera, eu estava num meio que defendia essas posições, eu era ainda muito jovem, muito nua e crua, tudo bem que eu fiz um cursinho com o Emir Sader, o Emir era nosso chefe mor, o Eder e o Emir Sader eram os que mandavam na Polop aqui em São Paulo (...). Não era uma discussão, fui aprender tudo isso depois.⁸⁰

Na lembrança, Iara afirma que foi formada politicamente por pessoas que defendiam e atuavam na POLOP (como Eder e Emir Sader), em um período no qual ainda era muito jovem e inexperiente na política. Assim, “estar num meio que defendia essas posições” foi mais determinante no caminho trilhado por ela do que o posicionamento político e as divergências com outras organizações de esquerda.

Nair também teve contato com a política no cursinho preparatório. Relembra em seu testemunho, que o “pessoal era próximo” ao Partido Comunista do Brasil (PC do B):

Lá [no cursinho] eu conheci o pessoal, uns estudantes, evidente que eu não sabia que eram do PCdoB, mas aí eles conversaram bastante comigo. Nessa época eu conheci o Vicente Roig e conheci outra menina que agora eu esqueci o nome, mas era uma turma grande, assim. A partir daí então que eles me convidaram pra umas reuniões e eu fui saber o que era, conversavam ali, achei interessante.⁸¹

Nas memórias de Nair, o contato e a escolha da organização se deram mais por motivações afetivas que por opção teórico-política. Os cursinhos pré-vestibulares compunham um dos espaços de atuação política, divulgação de posições teóricas e de aproximação de novos militantes.

Outro espaço político de grande importância na organização do movimento estudantil paulista foi a Associação de Moradores do Conjunto Residencial da USP (AMORCRUSP), na década de 1960. Márcia narra a importância política desse espaço entre 1964 e 1968 destacando que “as pessoas moravam ali, estudavam no Campus e moravam ali, estavam juntas, muitas assembleias foram feitas no CRUSP.”⁸²

⁸⁰ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 7.

⁸¹ KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.4

⁸² MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 8

Um espaço que convergia pessoas de diferentes organizações e intensa agitação cultural “Havia grupos de teatro, havia o pessoal de música, gente que cantava, a gente tinha sessões de cinema, tinha debates, havia muita atividade cultural.”.⁸³

O CRUSP foi o espaço principal de atuação política de Nair, que se organizava no PCdoB, porém era uma referência para um conjunto de estudantes e tinha um bom diálogo com as outras organizações e diferentes estudantes. Ela conta que a participação das mulheres na luta política não era um debate que preocupava os militantes no período, , mas afirma que havia uma prática e reflexões sobre o corpo, as vestimentas e a liberdade sexual e define a geração de 1968 como a “geração da liberdade”.⁸⁴

A luta contra a ditadura entre 1964 e 1968 consistiu na reorganização de organizações de esquerda e na (re)formulação de ideais revolucionários. Propostas de ação mais radicalizadas em comparação a atuação do PCB (que em certa medida defendia um enfrentamento institucional à ditadura) somadas a conflitos armados internacionais como a Revolução Cubana, a Guerra na Argélia e a Guerra do Vietnã fortaleceram a defesa da luta armada por parte das organizações de enfrentamento à ditadura.

As diferentes organizações que surgiram, ou se reformularam, nesse período tinham em comum a inspiração e construção de um romantismo revolucionário, segundo Marcelo Ridenti:

Os grupos de esquerda, que procuravam organizar esses movimentos, produziram versões diferentes entre si do romantismo revolucionário (...), havia grupos mais românticos que outros, mas todos respiravam e ajudavam a produzir a atmosfera cultural e política do período, impregnada pelas ideias de povo, libertação e identidade nacional - ideias que já vinham de longe na cultura brasileira, mas traziam especialmente a partir dos anos 50 a novidade de serem mescladas com influências de esquerda, comunistas ou trabalhistas.⁸⁵

O romantismo revolucionário se inspirava, afirma Ridenti, em experiências passadas para construir um futuro marcado por uma nova sociedade. A crítica romântica atacava a modernidade capitalista e suas desigualdades..

Nesse fervor, eclodiram em 1968 manifestações estudantis que questionavam, ao mesmo tempo, a ditadura e os costumes tradicionais e pleiteavam uma ampliação nas liberdades individuais junto às democráticas. Nas palavras de Maria Lygia Quartim de Moraes:

⁸³ KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.25

⁸⁴ KOBASHY, Nair Yumiko. Op. Cit. p. 23

⁸⁵ RIDENTI, Marcelo Siqueira. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 25.

Para mim, 1968 foi o ano das revoluções. Contra a família repressiva; contra a universidade conservadora; contra o imperialismo norteamericano, contra as burocracias políticas e contra as ditaduras militares. A favor da liberdade dos povos, da liberação sexual, da paz no Vietnã e do socialismo libertário. 1968 tem a marca da juventude e da cultura urbana, pois ocorre, simultaneamente, em várias capitais do mundo ocidental. 1968 é o ano em que os jovens emergiram como força de contestação, como vanguarda política. 1968, na Europa, vai das barricadas de Paris à primavera de Praga. Nos Estados Unidos da América tem as poderosas revoltas estudantis contra a guerra do Vietnã e pelos direitos civis das mulheres e dos negros. A universidade de Berkeley na Califórnia é o campus emblemático. Na América Latina, temos o massacre dos 500 estudantes na Plaza de Tlatelolco no México, a tomada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na rua Maria Antônia e a manifestação dos 100 mil no Rio de Janeiro. 1968 é, antes de mais nada, o ano em que os jovens emergiram como força de contestação, como vanguarda política.⁸⁶

No que tange à mulher na sociedade, a década de 1960 foi um momento de mudanças e reflexões sobre o comportamento feminino. A divulgação e uso da minissaia, as pílulas contraceptivas, o questionamento da virgindade pré-matrimonial, a afirmação da mulher como sujeito independente, questionando a necessidade da tutela paterna transmitida ao cônjuge pelo casamento foram atitudes presentes no período. Esses movimentos caracterizam o que foi posteriormente denominado de segunda onda feminista, que tem nas manifestações de 1968 pelo mundo um marco das lutas pelas liberdades.

A dinâmica urbana da capital paulista proporcionou uma efervescência cultural e política, especialmente, na região central próxima ao prédio da Faculdade de Filosofia. Como escreveu Leminski, na luta de classes todas as armas são boas, pedras, noites e poemas.

A repressão se intensificou ao longo de 1968, com o crescimento das prisões de militantes no Rio de Janeiro e em São Paulo e os confrontos de rua entre as organizações de esquerda e os grupos conservadores, como os conflitos entre os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP e os da Universidade Presbiteriana Mackenzie, em 2 de outubro de 1968.

No mesmo mês, os estudantes organizaram clandestinamente o 30º Congresso da UNE, na cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo. Nair recorda que ficou com a responsabilidade do acolhimento dos estudantes que vinham de outras cidades e regiões para o CRUSP:

E foi na verdade assim, eu fiquei muito... porque havia o Brasil inteiro, os companheiros que estavam chegando aqui e o pessoal que vinha lá do Nordeste, estava um frio e eles iam sem agasalho, então alguém tinha que fazer uma infra. E eu como moradora do CRUSP antiga, então eu tinha todas as condições de dar infra, e isso foi também uma das coisas que nos levou a falar assim: ‘- Não, então fica aí pra fazer a logística dos companheiros aí’. (...) Existia esse tipo de solidariedade, por isso que eu

⁸⁶ MORAES, Maria Lygia Quartim de. O que fazíamos em maio de 1968 no Brasil. In: Dossiê: 40 anos de Maio de 1968 – Entrevista com Maria Lygia Quartim de Moraes realizada por Renata Gonçalves e Carolina Branco. *Mediações*, v.13, n. 1-2, p. 109-120, jan/jun. e jul/dez. 2008. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/3289/2701>. Acesso em: jun. 2019.

me dava muito bem com o pessoal, que era uma troca legal, um respeito. A gente sabia das divergências, tudo.⁸⁷

Ela explicita em seu testemunho a solidariedade entre os estudantes como mais importante que as divergências, pois, apesar das disputas políticas, o acolhimento foi realizado sem distinção de organização. Márcia também relembra ter ficado no apoio da organização para o congresso: “Fiquei vendo quem estava indo, com quem estava indo, se tinha carro ou não, enfim, esse tipo de função.”⁸⁸. As atividades desempenhadas por Márcia e Nair na organização do Congresso eram funções tipicamente femininas.

Em 12 de outubro, os militares invadiram o Congresso e prenderam aproximadamente mil estudantes. A maior parte foi fichada e liberada, mas algumas lideranças foram mantidas presas. A “queda de Ibiúna”, como ficou conhecida a ação militar, marcou o acirramento do conflito.

A promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, intensificou as ações repressivas e constituiu a base legal para atingir, sem tréguas, as organizações de esquerda e, especialmente, o movimento estudantil.⁸⁹ Em 17 de dezembro de 1968 o CRUSP foi invadido e fechado pelos militares. Márcia rememora o papel da moradia universitária na organização estudantil em São Paulo:

Eu acho que isso até pela própria resistência do CRUSP, que também era um lugar de mobilização forte, não à toa foi invadido, não à toa foi implodido, por quê? Porque as pessoas moravam ali, estudavam no Campus e moravam ali, estavam juntas, muitas assembleias foram feitas no CRUSP.⁹⁰

A invasão do CRUSP representou o início de uma perseguição mais direta aos estudantes e a violação da autonomia da universidade. Nair, que era moradora do CRUSP, assim como muitos de seus colegas ficou impossibilitada de voltar:

Não, eu não voltei pro CRUSP, eu não podia voltar pro CRUSP. Eu já tinha processos. Ah, eu já tinha um processo anterior também lá no CRUSP porque um grupo uma vez..., a gente uma vez pegou um arquivo que havia lá de moradores do CRUSP com nome e não sei o que, eu sei que a gente jogou fora aquilo lá e então a gente tomou

⁸⁷ KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 12.

⁸⁸ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 11

⁸⁹ CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 40, p.11-36, 2004.

⁹⁰ MAFRA, Márcia. Op. cit. p.8

um processo administrativo por causa disso aí, e não foi só administrativo, foi criminal, aí eu tinha um processo na justiça comum também, então eu não podia. E também porque quando foi o AI-5 uma pessoa que estava com a gente que não tinha nenhum processo, que estava lá em Curitiba, a gente pediu pra vir pra São Paulo pra ver o que estava acontecendo, e aí ela disse: ‘- Não dá pra voltar’. Eu não podia voltar, porque o meu apartamento, inclusive onde eu morava, tinha sido lacrado, dentro do CRUSP. Então eu não podia voltar. E eles tinham a relação, e as pessoas que eles estavam procurando, várias pessoas de lá tiveram o inquérito, o IPM, várias pessoas que se considerava que eram os responsáveis pelo que aconteceu lá dentro, então eu era uma delas.⁹¹

Nas memórias de Nair sobre aquele episódio, ela se salvou da prisão por não estar no CRUSP durante a invasão, mas, ela soube que estava na lista de procurados. Ela, então, se afastou da universidade e começou uma vida clandestina.

A lista de procurados da universidade também atingiu imediatamente Iara Prado. Ela avalia em suas lembranças que foi listada mais pelo seu namoro com Paeco (apelido de Antônio Pádua Prado Júnior), militante da União Nacional dos Estudantes (UNE), do que pela sua militância estudantil:

Só para você ter uma idéia, quando chegou o AI-5, realmente foi quando começou a real ditadura e que o impacto foi muito grande, aí acabou toda a liberdade de organização de expressão, de participação, na universidade o exército tomou conta, os professores mais próximos a nós foram cassados, aposentados, mandados embora, tinha uma unidade do exército dentro da universidade, listas de universitários que eram procurados. E aí o Paeco entrou nestas listas, eu entrei também nessas listas nesse momento muito mais por causa do Paeco. (...)Com o AI-5 o Paeco teve que sair porque aí vieram os cartazes [de “Procura-se”], eles [o Paeco e outros companheiros] já tinham participado de algumas ações enquanto VPR, eu não sabia.⁹²

Os militares investigavam seus alvos e as pessoas com relação próximas a eles que poderiam ser usadas para pressionar os militantes foragidos a aparecer; ou, em outros casos, recorria-se diretamente a tortura em busca de informações que levassem ao paradeiro dos procurados. Iara participava do movimento estudantil, mas não compunha a direção de nenhuma entidade. Militava na POLOP, mas não tinha o conhecimento da formação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e nem da militância de Paeco na guerrilha urbana.

⁹¹ KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 17

⁹² PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 13

As listas de alunos procurados na universidade se mantiveram nos anos seguintes. No início de 1969 muitos estudantes já tinham se afastado da universidade para evitar a prisão. Márcia narra esse processo, ao lembrar-se do seu afastamento da universidade em 1969:

Sim, foi, porque era generalizada essa busca, as pessoas ficaram impossibilitadas mesmo, era ir na escola ou no campus e ser preso. Por isso que eu estou te falando que tem uma coisa de escalada mesmo. Já tinha AI-5 a essa altura e casada com essa coisa de universidade virou vulnerável, coisa que ela não era antes.⁹³

O acirramento da repressão impossibilitou muitos estudantes de seguir a vida com relativa normalidade. A clandestinidade foi imposta a todos os que constavam nas listas de procurados. Diante desse quadro, as organizações que propunham o combate armado ao regime foram ganhando cada vez mais adeptos, oriundos do movimento estudantil.

Nesse capítulo, analisei as trajetórias de Lenira, Márcia, Iara e Nair da escolarização primária a atuação no movimento estudantil. A formação familiar e as manutenções e rupturas com o papel delegado às moças na década de 1960. No que se relaciona a aproximação dessas mulheres à luta política, com exceção de Lenira, o movimento universitário da USP foi o espaço inicial de atuação, em um contexto de luta estudantil e combate à ditadura civil-militar. O endurecimento da repressão estreitou as possibilidades de combate aos estudantes, induzindo muitos a fortalecerem as trincheiras das guerrilhas urbanas, como veremos no próximo capítulo.

⁹³ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 13

CAPÍTULO 2 - “VIVER É MELHOR QUE SONHAR”: A EXPERIÊNCIA FEMININA NO COMBATE À DITADURA CIVIL-MILITAR⁹⁴

Para as mulheres as pautas femininas foram, aos poucos, se vinculando à luta contra a ditadura, ainda que seguissem com pouco espaço dentro das organizações políticas. Na década de 1960, as militantes foram fortalecendo as identidades femininas em diálogo com mudanças aqui no Brasil, como a inserção da pílula anticoncepcional em 1966, e reflexões feministas que eclodiam pelo mundo ocidental.

O movimento feminista internacional, que posteriormente foi caracterizado como “segunda onda feminista”, trazia como slogan “o pessoal é político”. Influenciado por pensadoras como Simone de Beauvoir e Alexandra Kolontai, e por pensadores da psicologia, como o Reich, as limitações às mulheres, naturalizadas no cotidiano, foram sendo cada vez mais questionadas, tendo como marco as manifestações de 1968 no mundo todo.

Entre 1966 e 1968, Nair, Márcia e Iara ingressaram na faculdade. Lenira, por sua vez, foi atravessada pela maternidade em 1966, o que a afastou da luta direta, das manifestações e de reuniões constantes. Na sua lembrança, ela afirma que esse foi um período importante, de reflexão, análise e introspecção, pois tinha militado politicamente a vida toda, havia “nascido na clandestinidade” e sentia que as organizações políticas estavam com grandes dificuldades.

Secretaria, apoio logístico, agitação e propaganda, organização de reuniões eram tarefas comumente femininas. As mulheres ocupavam parte “do corpo” da organização sem grandes resistências desde que “a cabeça” se mantivesse sob controle masculino. Longe de ser “mera coincidência”, o processo de designação do trabalho do cuidado às mulheres é parte da apropriação do patriarcado pelo capital e gera reprodução de costumes também em ambientes transgressores da ordem.

A atuação de mulheres nas organizações políticas contra a ditadura militar estava majoritariamente em funções vinculadas ao cuidado, apoio, divulgação. Ainda que algumas mulheres tenham participado das direções de organizações políticas e/ou nas linhas de frente de ações armadas essa presença foi exceção e não regra, pois esses lugares eram ocupados na maioria das vezes por homens.

Na década de 1960, o contexto político brasileiro intensificou os conflitos sociais motivando a inserção de pessoas diversas na luta política. A inserção na militância política

⁹⁴ O título faz referência à música “Como nossos pais”, de autoria Belchior. In: BELCHIOR. **Alucinação**. Rio de Janeiro: Polygram, 1976. Long Play, LP. Remasterizado em digital.

apresentou para as mulheres desafios mais amplos: estruturas misóginas e o machismo. Entretanto, a condição feminina também possibilitou transgredir a ordem sem chamar a atenção da repressão.

No presente capítulo, analiso a militância de Nair, Márcia, Iara e Lenira no enfrentamento à ditadura, tendo como horizonte uma reflexão sobre o cuidado como trabalho feminino. Quais reproduções e quais possibilidades foram experienciadas por essas mulheres?

2.1 Do AI-5 à prisão: militância feminina nos anos de chumbo

Em meio à agitação estudantil, Lenira se relacionou com Altino Dantas, com quem se casou e teve um filho, Aritanã, em 1966. A maternidade, segundo seus relatos, foi um motivo de afastamento da atuação política. Altino, quando Aritanã nasceu, estava na direção da União Nacional dos Estudantes (UNE). Lenira rememora que após a maternidade seguiu próxima aos companheiros de militância, participou de alguns eventos, mas diminuiu suas atividades:

O 1º de maio de 1968 aqui em São Paulo eu participei, mas eu já tinha um certo cuidado no que eu estava participando, eu não estava participando, inclusive porque primeiro eu fiquei grávida e segundo depois porque eu tinha um bebê para amamentar, então eu passei um período assim me preservando um pouco.⁹⁵

A gestação, nascimento e aleitamento de Aritanã colocaram condições à vida de Lenira que não eram comuns às militantes mulheres na época que preferiam postergar a decisão de ter filhos ou não colocavam o tema da maternidade em pauta, diante da urgência que a vida política imprimia aos ativistas, naquele contexto.

Associar a maternidade com a militância política não era uma tarefa fácil, ainda mais quando a clandestinidade se apresentava como uma condição de sobrevivência em liberdade. As crianças são mais vulneráveis a doenças, precisando com frequência de cuidados médicos, têm maior dificuldade em ignorar a fome, demandam supervisão constante, necessitam de escolarização, fazem barulho. Manter a rotina e os cuidados de uma criança, filha de pais militantes vivendo com documentos falsos, sem levantar suspeitas sobre a realidade familiar era quase impossível, o que fez com que muitos renunciassem à maternidade/paternidade.

⁹⁵ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.19

A tensão constante e a prisão iminente também eram dificultadores para os pais militantes. Seus filhos viviam sob ameaça constante de orfandade ao mesmo tempo em que estabelecer uma rede de apoio e criar vínculos entre a criança e outros adultos além dos pais era outra grande dificuldade. A repressão, por sua vez, utilizava filhos de militantes para intensificar torturas físicas e psicológicas.

Nesse contexto, as mulheres que eram mães ou tiveram filhos no período da ditadura, como Lenira, tiveram dificuldade para seguir com a militância ativa, pois os cuidados e os riscos que envolviam a maternidade recaíam sobre as mães. Em contrapartida, Altino, companheiro de Lenira, não teve sua militância política atravessada pela paternidade. Nesse período ele estava participando da Ação Popular, e seguiu sua militância como dirigente, mesmo sendo pai e estando clandestino.

Naqueles anos, Lenira contribuiu ainda para a formação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), partido que defendia a luta armada como tática para enfrentar a ditadura militar e tinha como horizonte a Revolução Brasileira.

Iara, antes de ingressar no curso de história, estudou e trabalhou no cursinho preparatório para o vestibular, onde teve contato com a POLOP, organização em que desempenhou militância assídua. Participou também da organização da revista *Revisão*, que publicava documentos e textos de revistas internacionais como *Le Monde Diplomatique* e *New Left* e entrevistas sobre as questões que “ferviam” nos debates da esquerda. A revista foi denunciada em sessões do Congresso Nacional em 1967, mas, segundo Iara, seu nome não foi incluído entre os acusados, porque ela seria apenas a tradutora.⁹⁶

Essa passagem das memórias de Iara sugere certo desprezo da repressão em responsabilizar Iara pelo envolvimento com a revista, a princípio por suposta incapacidade feminina. A função exercida por ela aparentemente tinha uma característica mais operacional que política. Mas, de qualquer maneira, a condição feminina lhe possibilitava alegar desconhecimento dos debates, porque, àquela época havia uma compreensão da mulher como menos capaz intelectualmente, submissa às decisões masculinas.

A intensificação da repressão política, especialmente depois do AI-5, produziu uma notável desarticulação do movimento estudantil: grande parte das lideranças havia sido presa ou estava na clandestinidade, muitos grupos tinham dificuldade para se comunicar, os militantes sentiam o risco iminente de prisão. Márcia narra a sensação de escalada da violência entre os

⁹⁶ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.12

jovens ativistas, que passaram a se reunir fora da universidade e discutir uma saída para o impasse:

Porque aí você está..., como é que continua essa brincadeira? É a clandestinidade, quer dizer, a luta clandestina e o que? Que projeto? E o projeto era assim: 'Bom, se a gente está em batalha de rua, porque batalha de rua é batalha'. Então também parecia uma coisa um tanto quanto lógica a questão do enfrentamento militar.⁹⁷

Conforme fechava o cerco, o enfrentamento armado à ditadura se tornava cada vez mais inevitável. A migração de estudantes para as organizações clandestinas no final da década de 1960 tinha também forte elemento contextual, como lembra Márcia:

E é isso que eu digo: esse povo todo não virou revolucionário, então esse povo todo tinha sim uma coisa de estar brigando contra a ditadura. Isso, portanto, na minha visão era um componente daquele momento porque era de fato uma ditadura e como é que se convive dentro dela? Vive com ela ou enfrenta ela. A outra coisa é que as organizações de esquerda, de uma maneira geral, tinham um projeto revolucionário, era mudança de poder, era, com maior ou menor ênfase, um projeto socialista em momentos diferentes, com estratégias diferentes. (...) E eu acho que são duas coisas que se misturam num dado momento, mas que uma não tem exatamente o mesmo caráter, (...).⁹⁸

Nas suas memórias, a militância motivada pela resistência à ditadura e os projetos revolucionários das organizações se relacionavam dinamicamente. Para essas mulheres, havia divergências de projeto, mas elas estavam dispostas a enfrentar o regime militar nos espaços possíveis. Ainda assim, havia outros caminhos, como sugere a narrativa de Nair:

Eu me lembro que depois do AI-5 ainda, foi em 69 - porque vinha algum americano aí não sei onde - de repente a gente estava fazendo passeata em 69 depois do AI-5, porque as coisas tinham que continuar, era essa a ideia, porque era essa coisa bem romântica eu acho, que a gente ia..., estava lá, que o processo revolucionário estava em curso, era essa a ideia que a gente tinha. E a gente não tinha medo, eu acho, porque a gente saía, a gente continuava pichando rua, a gente continuava com certos símbolos que faziam parte daquilo que, para nós, era a ditadura. A gente ia lá, pichava, atacava, isso enquanto estudantes. É lógico que outros faziam outras coisas, guerrilha urbana, vamos dizer assim, os grupos armados, de fato urbanos.⁹⁹

⁹⁷ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USPp. 13

⁹⁸ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USPp.17

⁹⁹ KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 14

Havia, portanto, a crença de que o processo revolucionário estava em curso e, apesar das batalhas perdidas, poderiam vencer a luta. As organizações que propunham a luta por guerrilhas já existiam antes de 1968, mas, houve uma maior adesão por parte da militância após o AI-5. Márcia rememora seu ingresso na ALN:

Aí, assim, existiam várias pessoas conversando que caminho tomar, inúmeras correntes, e por proximidades, por confianças pessoais até, foi sendo uma discussão nesse sentido de se incorporar militância, de uma militância clandestina armada, uma organização armada, e por aí foi.¹⁰⁰

A proposta da organização se vincula às relações pessoais e laços de confiança com uma potência semelhante nas memórias de Márcia. A POLOP, da qual Iara participava, havia se unido com outra organização de intelectuais de esquerda, o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e alguns oficiais desertados e formaram a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização armada inspirada no modelo cubano. A inserção de Iara na VPR, no entanto, foi impulsionada por fatores pessoais.

Paeco namorado de Iara à época, atuava na VPR organizando a guerrilha em São Paulo. Com o recrudescimento da repressão em 1968, logo ele passou a compor a lista de estudantes procurados na faculdade e sua relação com Iara colocava ela e sua família em uma situação de risco frente à repressão, que passou a persegui-la em busca do parceiro.

Iara só tomou consciência dessas fusões, quando Paeco lhe contou que já estava na VPR e que não poderia continuar em São Paulo. Ele organizou documentos falsos e planejou um deslocamento temporário para o Rio de Janeiro, onde permaneceria militando clandestinamente por tempo indeterminado. Ela, então, teve que decidir entre ficar sem o companheiro ou acompanhá-lo. Iara decidiu acompanhar seu namorado e estabelecer sua militância na VPR. O pai dela não se opôs à opção política, mas a condicionou ao contrato civil. Iara então, casou-se com Paeco e foram para o Rio de Janeiro.

Lenira também mudou de estado em decorrência da situação do marido. Pouco antes do AI-5 foram para o Paraná, o marido Altino estava clandestino e ela e o filho entram em semi clandestinidade, como narra:

No momento que ele faz a viagem ao exterior, isso antes do AI-5, a gente já tem que ir para semi clandestinidade, enquanto ele estava fora do país eu e o Aritanã já fomos para semi clandestinidade e nós saímos de São Paulo. Eu vou para o Paraná, Altino já

¹⁰⁰ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USPP. 13

estava militando na AP, eu não estava militando na AP, eu me negava a entrar numa organização que era cristã, que tinha ainda uma conotação cristã, eu não entro, vocês são aliados, são ótimos aliados, mas eu não vou entrar nessa organização.¹⁰¹

O deslocamento conjunto não implicou no acompanhamento político. Lenira, como se percebe na transcrição acima, tinha divergências com a AP, que era a organização de Altino. Segue sem se vincular a organizações políticas no período e aponta ter sido tranquila essa conversa entre eles:

Era um respeito, quer dizer, o Altino chegou a dizer: ‘- Vou entrar’, porque o Altino era da Juventude Socialista, foi na Juventude Socialista que a gente se conheceu, o Altino chegou um dia e falou assim: ‘- Vou entrar para a AP’, ‘- É uma opção tua, eu nesse momento não quero entrar em partido nenhum, para mim é um momento de reflexão, eu vou ajudar a resistência nesse momento onde for possível, mas para mim é um momento de reflexão, eu não estou disposta a entrar em outro partido nesse momento’.¹⁰²

O ato de Lenira de respeitar sem acompanhar a decisão do marido era uma afronta aos costumes da época. Um casal, muitas vezes mesmo dentro da militância política de esquerda, tinha que ter uma só voz, que comumente era a masculina.

No Rio de Janeiro, Iara contribuiu, numa primeira etapa, com as atividades da VPR na qual militava Paeco, mas sem estar vinculada a ela organicamente, como lembra:

A gente se organizou, foi morar num quarto, enfim, montamos uma estratégia de sobrevivência no Rio, uma fachada. E aí a nossa primeira função foi preparar a reunião para o congresso que iria acontecer em Petrópolis para discutir o posicionamento frente a essa conjuntura, por quê? Porque tinham tido muitas quedas, em janeiro de 1969 (...).¹⁰³

Iara montou, junto à outra companheira, toda a logística do encontro. Alugaram o apartamento, estocaram e prepararam comida, organizaram a vinda dos companheiros. Iara não estava sendo perseguida, por isso, manteve-se utilizando seus documentos civis verdadeiros. A única tensão que Iara sentia era por ser “a mulher” do Paeco que era bem conhecido e procurado pela repressão. Esse sentimento manifesta certa desvalorização da sua ação como atividade militante em relação às atividades realizadas pelo marido, que atuava na direção da organização.

¹⁰¹ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.18

¹⁰² MACHADO, Lenira. Op. Cit. p.21

¹⁰³ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 15

É bem provável que a percepção de que as tarefas de organização prática eram menos relevantes que as exercidas pelo comando político, era partilhada pelos órgãos de repressão e pelas organizações de esquerda.

Iara começou a viver na clandestinidade, em virtude das estratégias assumidas por ela e Paeco, após a formação da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), uma cisão da VPR. Iara se integrou à VAR-Palmares e junto com o Paeco, foram para o Rio Grande do Sul organizar uma gráfica clandestina.¹⁰⁴

Em seu testemunho, Iara faz um breve comentário acerca da companheira que compunha a sua célula da VAR no Rio Grande do Sul:

A nossa célula era o Paeco, eu, o Rui Falcão e a mulher do Rui Falcão, nós três militantes e a mulher do Rui Falcão era a Cida, ele tinha acabado de casar e ela foi com ele, ela não queria. Bom, eu não posso falar sobre isso porque é uma coisa também machista, entendeu, foi ruim, mas eu não tenho o direito de comentar.¹⁰⁵

A opção pelo silêncio frente à questão demonstra uma tensão nesses tipos de situação. Diferente da condição de Iara e de outras mulheres da organização, Cida aparentemente não tinha optado por militância política de nenhum tipo, tendo se inserido na luta essencialmente para acompanhar o marido. Se, por um lado, é parte do machismo entender a participação da companheira na militância como consequência do matrimônio, por outro, perceber a não identificação com a organização política e a obrigação social de estar com o marido também causava desconforto no relato de Iara.

A referência da mulher em relação a seu companheiro não era exclusividade dos casamentos. Iara Prado comenta a situação da Iara Iavelberg, que se tornou companheira de Lamarca:

Você vê, a Iara Iavelberg uma mulher inteligentíssima, uma mulher super bem informada, ela sempre namorou o chefe, era importante com quem você namorava. Então você tinha esse conceito, tem outras eu poderia citar várias, vou citar a Iara porque a Iara já morreu e não pode mais ficar triste comigo, mas é verdade, era aquela coisa de que a mulher ela tem que ser guerrilheira (...).¹⁰⁶

Iara novamente se constrange ao afirmar que a atuação política e o prestígio das militantes estavam mais vinculados aos seus parceiros do que às suas capacidades. Esse

¹⁰⁴ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.15

¹⁰⁵ PRADO, Iara Areias. Op. Cit p.17

¹⁰⁶ PRADO, Iara Areias. Op. Cit p.27

constrangimento é causado tanto pela desqualificação feminina por parte dos militantes de esquerda, quanto pela possibilidade e reprodução do machismo na caracterização de Iavelberg como a “mulher do cara” ou ainda pelo receio em negligenciar o potencial inovador da presença feminina no espaço político na década de 1960.

A masculinização da mulher foi outra tática - nem sempre consciente – de participação política, como aponta Iara:

(...) ou então o padrão era o masculino, vou citar a Lia, a Lia tinha um padrão masculino, a Maria do Carmo Brito, totalmente masculino. Era muito duro para a mulher atuando dentro daquela organização não cozinhar, não apoiar, não cuidar.¹⁰⁷

Se portar como homem na vestimenta, nos assuntos e omitir as características femininas para ser respeitada no universo do poder masculino apontam algumas das dificuldades enfrentadas pelas militantes. Sobre os espaços de participação das mulheres, Nair pondera:

Havia muitas mulheres em posições de liderança dentro do movimento, muitas, cada uma num... Agora, não em termos de direção no sentido de presidentes de entidades, aí era um número menor de fato.¹⁰⁸

Para Nair a ausência de mulheres nas instâncias dirigentes das organizações, apesar da presença na militância, indica que as possibilidades de atuação feminina eram definidas pelos núcleos hegemonicamente masculinos, reproduzindo de certo modo a dinâmica social. Márcia integrou-se à ALN nas atividades de propaganda, como narra:

Eu fiquei dentro da ALN e tinha uma coisa que se chamava GTA e o grupo de massa e eu fiquei no trabalho de massa, que era desde recrutamento, propaganda, agitação e propaganda, imprensa, enfim, eu fiquei com essa área.¹⁰⁹

Não havia uma determinação explícita que circunscrevesse a atuação feminina na luta política. Entretanto, ao analisarmos os testemunhos, percebemos que as atividades atribuídas às

¹⁰⁷ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 27.

¹⁰⁸ KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 23

¹⁰⁹ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.14

mulheres, na maioria das vezes se relacionam a tarefas operativas, como divulgação, formação, propaganda, logística etc.

Lenira, entre os testemunhos analisados, foi a única que participou da formulação de um partido, opinando sobre as decisões políticas. No Paraná, acompanhou os debates da AP, organização que Altino participava e integrou o grupo que construiu o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).¹¹⁰ Iara, por sua vez não fugiu à regra, responsável por organizar uma gráfica clandestina no Rio Grande do Sul, conta:

De qualquer forma nós chegamos lá, todo mundo com carteira falsa, a VPR tinha feito, ela tinha conseguido lá da Félix Pacheco lá no Rio um monte de carteira. Então eu tinha uma carteira onde eu chamava Mara Pinto da Silva, o Paeco tinha outra carteira, todos, o Rui outra etc. e tal. Nós fomos com dinheiro e em Porto Alegre nós tínhamos que implantar uma fachada legal. E aí implantamos essa fachada legal, nós compramos uma tabacaria, ficamos amigos dos donos da tabacaria, que estavam vindo para São Paulo, achamos essa venda da tabacaria pelos jornais andando pelas ruas. A tabacaria era perfeita para nós, compramos as máquinas. Eu me lembro que tinha um estêncil eletrônico, nós achamos assim o máximo da novidade ter estêncil eletrônico, você já imaginou, para poder produzir o material, alugamos uma casa, começamos a adequação da casa à gráfica.¹¹¹

Além de produzir e reproduzir o material de divulgação da organização (jornais, panfletos) Iara era encarregada de levar o material para os outros estados, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, pois entre os três da organização era a menos procurada, o que permitia maior trânsito entre a legalidade e a clandestinidade.

A mulher, para os agentes da repressão, não representava *a priori* o perfil do inimigo público. O que possibilitou a coexistência da vida legal com a atividade tida como subversiva. Márcia também viveu o trânsito entre a vida legal como professora e a atividade clandestina na ALN, como rememora:

Eu não cheguei a ficar clandestina de tipo aparelho, mas eu morava fora de casa, sem ninguém saber o meu endereço. Eu sustentava o meu lugar, é isso o que eu estou falando, não era um aparelho da organização. E o cotidiano eram as tarefas que tinha que fazer ou de imprensa ou de discussão, recrutamento de gente, pontos, era um cotidiano de clandestinidade.¹¹²

¹¹⁰ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.23

¹¹¹ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 17

¹¹² MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.14

Ela reafirma que em nenhum momento foi militante “profissional”, ou seja, sustentada pela organização. Conseguiu, apesar da lista da universidade, manter seu nome de registro e seguir no emprego. Apesar do AI-5, ela manteve-se na legalidade e algumas conquistas por parte das organizações armadas traziam euforia à militância. Como o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em 1969, que resultou na troca de quinze presos políticos pelo embaixador, somado ao exílio de parte dos militantes que realizaram a ação. Dois meses após o sequestro de Elbrick, Carlos Marighella, um dos principais dirigentes da ALN foi assassinado. Márcia, rememora esse momento:

E logo depois a morte do Marighella, onde se também... que coisa incrível, quer dizer, uma das maiores lideranças. Acho que naquele momento era mesmo a maior da esquerda e da luta, e é morto desse jeito. Isso colocou também uma questão que virou cada vez mais importante que era a coisa da segurança mesmo, dos mecanismos de segurança. E eu acho que também a partir da morte do Marighella começa, com muita lentidão, a se começar a pensar o seguinte: ‘Nós estamos descolando’.¹¹³

O assassinato de uma das maiores lideranças da esquerda armada no período foi um balde de água fria no clima revolucionário. Não impulsionou a desistência dessa forma de luta, mas intensificou um processo de reflexão sobre a sobrevivência – das pessoas e da luta - frente ao avanço, cada vez mais estruturado, da repressão. Márcia rememora que, diante disso, a ALN passou a refletir sobre o descolamento do projeto revolucionário e certa angústia de “tentar sair desse ciclo, desse círculo fechado que é sobreviver (...)”.¹¹⁴

A prisão e o desaparecimento dos militantes não paravam de crescer, como lembra Márcia:

E aí também começa muita queda, muita queda, sessenta e nove é um ano de muita queda, setenta. E de novo uma escalada onde começam por matar o pessoal, as lideranças, mas depois disso vai se tornando uma coisa cada vez mais...democrática (risos) em termos de hierarquia (...).¹¹⁵

As quedas a que Márcia se refere são as prisões dos militantes, mas a eliminação de "inimigos públicos" pela repressão não se limitava aos indivíduos mas pretendia atingir as

¹¹³ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 15

¹¹⁴ MAFRA, Márcia. Op. Cit.p.16

¹¹⁵ MAFRA, Márcia. Op. Cit. p.16

organizações. Nesse sentido, mesmo que o preso não tivesse acesso ao núcleo dirigente, ele poderia ter informações úteis para a compreensão da dinâmica das entidades clandestinas.

As dificuldades para garantir as condições materiais da clandestinidade, especialmente, os "aparelhos", isto é, casas e apartamentos para se esconder, possibilitou, segundo Lenira, sua prisão:

Bom, com o avanço do aparato militar repressivo nós que vivíamos na clandestinidade a nossa vida foi ficando mais frágil e a falta de aparelho, a dificuldade de conseguir aparelho fez com que a gente vacilasse, quer dizer, um aparelho que nunca tinha sido aberto para ninguém foi aberto para uma pessoa, para um companheiro, e em seguida esse companheiro foi preso, e aí chegou a equipe toda do Fleury na porta de casa, foi assim, no dia 13 de maio, no dia da libertação dos escravos de 1971.¹¹⁶

As ações armadas da esquerda, mesmo com algumas batalhas vitoriosas não colocaram em xeque o controle do Estado por parte dos militares, que por sua vez aprimoraram os canais de inteligência da repressão exterminando a luta armada no início da década de 1970.¹¹⁷

A criação da Operação Bandeirante (a Oban) foi insuficiente para garantir a centralização militar do sistema repressivo. Dando continuidade a essa centralização, foi criado, em 1970, o Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi).¹¹⁸ No entanto, os órgãos de repressão não trabalhavam em sintonia e as disputas internas entre os comandos militares foram vividas, na pele, por Iara e Lenira.

A detenção de Iara, foi realizada pelo DOPS gaúcho, que tinha uma tradição brizolista e era “governado por pessoas mais democráticas (...) ainda não tinha o DOI-CODI”.¹¹⁹ A organização estadual da repressão, sem um sistema integrado de informações nacionais, causou relativa demora na associação entre as ações realizadas por Iara e Paeco anteriormente em outros estados e o flagrante na gráfica gaúcha. Com isso, foi possível a Iara inicialmente manter a postura da esposa inocente cujo único crime foi acompanhar o marido. O DOPS gaúcho demonstrou relativo respeito aos trâmites legais de prisão, o que garantiu o registro da prisão de Iara e Paeco logo no início.

¹¹⁶ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 25

¹¹⁷ NAPOLITANO, Marcos **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 134

¹¹⁸ NAPOLITANO, Marcos Op. Cit. 2014. p. 134; JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969 - 1975). 2008. 349f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2008.

¹¹⁹ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 19

Lenira narra que na sua transferência para o DOI-CODI, um membro do DOPS usou a expressão “os caras ganharam a parada”. E explica “(...) quando eles disseram ‘eles ganharam a parada’, supõe-se que houve uma parada para ser disputada.”.¹²⁰

Com o fechamento do cerco, identificar o sequestro e prisão dos militantes era uma preocupação das organizações de esquerda, para tentar preservar a vida de outros companheiros e se prevenir de quedas que pudessem decorrer das informações que o militante possuía. O acompanhamento das prisões como uma forma de avaliar a vulnerabilidade frente à repressão permitiram a Iara e Paeco sentir o fechamento do cerco repressivo:

Bom, e a gente já vinha sentindo o clima por quê? Porque a queda tinha começado com o Gustavo Schiller, que foi o que deu o cofre da tia dele que era do Ademar para gente, o Gustavo foi o primeiro a ser preso. E ninguém sabia quem era.¹²¹

A prisão de companheiros da VAR-Palmares no sul os colocou em alerta, pelas perseguições e pelo fato de conhecerem um dos militantes, que poderia entregá-los. De fato, agentes do DOPS chegaram alguns dias depois na gráfica e prenderam Iara, Paeco, Rui e Cida.

Nair se manteve na luta estudantil. Entretanto, após o AI-5 teve que sobreviver na clandestinidade, pois havia sido membro da Associação de Moradores do CRUSP e com isso, somado a detenções ocorridas nas manifestações, colecionava alguns processos na justiça militar. Ela foi presa em 1972, quando voltava de uma viagem à Curitiba que tinha feito para buscar um novo documento falso, e ao chegar em casa se deparou com agentes do DOI-CODI: “Quando eu voltei em casa tinha lá a OBAN me esperando, já tinham levado o Zé Edson, (...) e aí eu fui presa. Então até hoje eu não sei como chegaram, não faço a menor ideia.”.¹²²

Essas experiências apontam questões sobre as relações de gênero na luta política, pois as mulheres eram peças raras na militância. Iara pontua esse elemento:

(...) Para mim que era uma mulher isso foi muito importante, e isso fazia parte do movimento [estudantil]. (...) E o movimento é importante para nós por quê? Porque foi um movimento que permitiu a nossa entrada, não garantiu a nossa igualdade, está certo, de gênero, homens e mulheres, mas permitiu a nossa entrada. Se você pensar que até então a política era feita pela Faculdade São Francisco onde os jovens

¹²⁰ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 35

¹²¹ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 19

¹²² KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.27

advogados dominavam tudo e tinha duas ou três mulheres, não entrava mulher, quando muito Lygia Fagundes Telles, você conta nos dedos quem eram as mulheres que até a década de 1960 eram atuantes e apareciam no movimento. 1968 marcou o arrombamento pelas mulheres da participação na política que era feita, e não igualdades de participação ainda. Mas foi um passo importante.¹²³

Nas memórias de Iara, a potência revolucionária da participação feminina na época aparece ao lado da desigualdade de gênero. Existir em número ínfimo nas direções das organizações não diminui a importância da atuação feminina, mas a percepção dessas relações na luta política instigou certos debates posteriores.

2.2 Momentos iniciais da prisão: ser mulher e militante sob os olhos da repressão

A militante mulher na década de 1960 questionava duplamente a ordem: opunha-se ao regime autoritário e desafiava a associação do feminino ao frágil, incapaz e submisso. A ditadura não as poupou por essa dupla ousadia. O percurso desde a detenção até a entrada na Torre das Donzelas foi marcada pela violência de gênero que se somava à violência política que atingiu indiscriminadamente homens e mulheres.

O momento da prisão de Márcia é lembrado em poucas palavras e com certo desapego:

[Minha prisão] Foi num ponto na Avenida Liberdade, depois do carnaval. Que detalhe você quer, não sei. (...) Foi em fevereiro de setenta e um. Dia? Talvez vinte e um. Vinte e cinco? Eu não sei, teria que olhar, não sei..., acho que foi vinte e um. Tem, inclusive assim, não dá pra olhar nos papéis porque tem quatro dias sumiram mesmo [Márcia não foi registrada] na OBAN, por isso que eu estou falando que acho que é vinte e um e aparece vinte e cinco. Bom, eu fui direto pra OBAN, era OBAN, ainda não era DOI-CODI e direto para a sala de tortura... Aí você agora começa a perguntar.¹²⁴

O “sumiço de quatro dias” era uma prática comum da repressão, não apenas no Brasil e em outros contextos de prisões políticas. Aqui, depois da promulgação do AI-5 tornou-se procedimento padrão, assim, os militares ganhavam tempo até assumir formalmente a detenção. A pessoa ficava, neste interregno, desaparecida. Assim, elas eram privadas da liberdade, estavam sob controle dos militares, mas não constava em nenhum registro.¹²⁵ Por isso, os

¹²³ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 11

¹²⁴ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 25

¹²⁵ NAPOLITANO, Marcos **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 137.

movimentos de oposição e advogados de direitos humanos passaram a caracterizar as prisões como sequestros.

A estrutura repressiva da ditadura passou por mutações ao longo dos seus 21 anos. No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, foi criada pelo exército a Operação Bandeirantes (Oban), implantada em São Paulo. Essa atividade militar se ocupava da prática ilegal dentro da legalidade. Os suspeitos de subversão, ao serem presos eram encaminhados inicialmente as dependências da Oban, onde aconteciam os depoimentos iniciais. Esse primeiro momento era crucial para a obtenção de informações – por parte da repressão - sobre as dinâmicas e planos das organizações de esquerda nos dias seguintes à prisão. Para obtenção dessas informações, os presos eram submetidos a sessões contínuas de torturas físicas e psicológicas.

Em 1970, a Oban se institucionalizou e os militares criaram o Destacamento de Operações de Informação (DOI) e o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), que se vinculavam na articulação de informações pertinentes à segurança nacional e eram chamados de DOI-CODI.¹²⁶

Semelhante à narrativa de Márcia, Nair relata sua prisão de modo rápido, fazendo referência a algo que era corriqueiro na época: “[Fui presa] Como todo mundo, com todos acontecia isso, eles já têm o seu nome, eles já te conhecem, já sabem. Então queriam saber de não sei quem, de não sei quem e logo..., daí já você vai pra tortura.”¹²⁷

A lembrança comum a essas mulheres, expressa na fala “como todo mundo”, manifesta por um lado certa vulgarização da prisão, pois, no fim da década de 1960, grande parte das organizações de esquerda foi dizimada pela repressão. Por outro lado, aponta um sentimento coletivo entre a militância de esquerda que, sob os arbítrios da repressão, dissipavam as divergências políticas dando lugar à solidariedade.

A prisão de Lenira foi feita por agentes do DOPS, em sua casa onde estavam ela, seu filho Aritanã, o marido Altino e uma amiga, Elisa. Lenira narra que o fato de ter sido presa e solta em outros momentos pelo DOPS, no período pré-golpe no qual militava nas Ligas Camponesas, fez com que ela já conhecesse a equipe da prisão e eles a ela. Isso permitiu a ela negociar relativa proteção de seu filho:

¹²⁶ JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969 - 1975). 2008. 349f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2008.

¹²⁷ KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 29

A equipe toda me conhecia e como a equipe toda me conhecia eu consegui, enquanto eles batiam no Altino, que o Altino começou a apanhar dentro de casa, eu consegui duas coisas, primeiro virar para o chefe da equipe e dizer para ele que eu ia dar jantar para o meu filho, eu botei Aritanã na cadeirinha, esquentei a comida do Aritanã e enquanto eles viravam a casa eu dava jantar para o meu filho. (...) E aí eu consegui convencer o delegado a parar na casa dos pais do Altino para deixar o Aritanã. Eu tive que me portar muito bem naquele momento e ser muito afável para conseguir isso do delegado porque em princípio o Aritanã seria levado para a FEBEM. Eu consegui convencê-lo a deixar na casa dos avós que era na Brigadeiro esquina com a Paulista. Então ele subiu comigo, eu algemada, ele botou o meu casaco em cima dos meus braços para que ninguém visse a algema, subimos, deixei o Aritanã com a mãe e o pai do Altino, o general estava viajando, eu deixei o Aritanã lá e descemos.¹²⁸

Militante comunista antiga, com uma postura assertiva e afável, mesmo no momento da prisão, Lenira conseguiu minimizar os sofrimentos do filho. O fato de Aritanã ser neto do General Dantas também contribuiu para que ele não fosse encaminhado à Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (FEBEM).

Após deixar seu filho com a avó, Lenira foi levada para o DOPS e dias depois, encaminhada para o DOI-CODI, onde ficou 45 dias, sob o rigor de diferentes torturas e sem contato com o mundo externo. A clandestinidade da prisão de Lenira era relativa, pois por ter conseguido deixar o Aritanã com os avós e ser nora de um general.

A maternidade se apresentou, nesse contexto, como um fator positivo para Lenira. Em sua narrativa, relembra o momento em que soube do relato da prisão que Aritanã, com seis anos na época, fez na escola:

Depois de 45 dias, depois dos depoimentos assinados, eu recebo a visita do general com o Aritanã. Eu tenho a impressão que aí eu passei mais três dias, a visita foi muito rápida 'Eu estou viva', abracei o Aritanã, 'Eu estou aqui, a tua mãe está aqui', porque o Aritanã tinha chegado da escola, no Lourenço Castanho, que era um pessoal que dava muito apoio a gente, então eu tinha pedido muito para a família do Altino no outro dia de manhã levá-lo para a escola, aí ele chegou, entrou na sala da escola e contou: ' - O meu pai, a minha mãe e a minha tia Elisa foram presos e o carro que eles foram levados não tinha chapa branca', foi o que ele gravou, aí ele contou: ' - O meu pai começou a apanhar e eu comecei a comer'. Tem todo um relato dele na escola da nossa prisão.¹²⁹

Essa rememoração indica a angústia de Lenira ao ouvir o relato de sua prisão a partir da perspectiva de seu filho e aponta a relevância desse evento na vida de Aritanã, ainda criança. O impacto da repressão sobre os filhos de combatentes da ditadura não é objeto desse estudo. Ainda assim, a repressão utilizou o vínculo materno para torturar as crianças e suas mães, por

¹²⁸ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.26

¹²⁹ MACHADO, Lenira. Op. Cit. p.37

vezes diretamente, levando os filhos para assistir os pais sob tortura, por vezes indiretamente, omitindo o paradeiro da criança após a prisão dos pais, por exemplo.¹³⁰

As ações de Lenira nos indicam que no momento do sequestro era necessário lidar com as ferramentas disponíveis para publicizar a prisão e reduzir os prejuízos. Entretanto, as organizações de esquerda elaboraram uma orientação padrão para os militantes, caso fossem presos. No caso da VAR-Palmares, evocar o Acordo de Genebra era o caminho para se resguardar dos militares. Contrariando as orientações, Iara narra que se aproveitou do respeito à instituição do matrimônio por parte da repressão para ganhar tempo e sobreviver¹³¹:

E eu nunca podia imaginar que isso [o casamento civil] fosse me salvar, também só para você ter uma idéia de como a sociedade era ainda tão machista mesmo, isto me salvou quando eu fui presa no Rio Grande do Sul, por quê? Porque eles pegaram os documentos quando nós fomos presos e viram que eu era casada (...), eu não era amasiada como todas as outras que estavam presas, é fantástico isso, mas foi. (...) foi aí que eu falei: 'O que? Eu vou assumir que eu sou militante?' (...) passei a ser a senhora Prado, mulher, e me diverti muito porque a mulher tem que acompanhar o marido, todos concordavam, está certo, (...), e eu entrei nessa e foi muito bom para mim, porque tudo bem, eu fui menos pressionada do que poderia ter sido e as pessoas que foram muito pressionadas nem sempre aguentaram, falaram o que não deviam.¹³²

O respeito do DOPS gaúcho ao casamento e à figura da esposa foi uma forma de Iara se esquivar de um interrogatório sob tortura no início da prisão. Apesar das orientações da organização, Iara se preocupou em se manter viva e evitar a possível delação de outros companheiros, entre outros motivos, porque a delação de uma companheira sob tortura tinha levado o DOPS à gráfica:

Essa pessoa que abriu a gente, sob pressão, ela contou um fato totalmente passado, só que quando eles chegaram lá, o que aconteceu, a gente estava com o mimeógrafo ali, eu ia viajar para o Rio dali a dois dias e tinha que levar o jornal da VAR, e no quarto o mimeógrafo estava funcionando. Então foi flagrante. (...) ela nem sabia da nossa

¹³⁰ O dossiê "Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil", publicado a partir do trabalho da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" apresenta a rememoração de filhos de militantes políticos que combateram a ditadura militar no Brasil e vivenciaram, direta e/ou indiretamente o processo de prisão e tortura dos pais durante a infância e adolescência. Aritanã Dantas faleceu em 11 de janeiro de 2013. O testemunho de Lenira sobre a experiência de seu filho compõe o material. In: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". **Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014.

¹³¹ O acordo de Genebra citado por Iara em seu testemunho faz referência às Convenções de Genebra de 1949 adotada em pela Conferência Diplomática para a criação das Convenções Internacionais para a Proteção das Vítimas de Guerra, realizada em Genebra, Suíça, em 12 de agosto de 1949. Assinada pelo Brasil em 12 de agosto de 1949 e ratificada em 26 de junho de 1957.

¹³² PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.14

existência, porque nós fomos para lá sozinhos, nós nunca procuramos a VAR Palmares lá.¹³³

A agonia frente ao fechamento do cerco e a dificuldade de resistir à tortura colocou em xeque uma estratégia comum das organizações, baseada na comunicação mínima entre os pequenos grupos com ações relativamente independentes. O que era uma forma de se proteger, tornou-se uma vulnerabilidade para a militância.

A partir da detenção, as práticas de tortura eram acionadas. Iara relata que emagreceu 10 kg no DOPS gaúcho apenas com a expectativa e a ansiedade pela iminência das agressões físicas:

Eu emagreci dez quilos esperando apanhar, esperando quando ia começar a tortura, então não ser torturada também era uma tortura porque eu não acreditava no que estava acontecendo, até que levaram a gente para o presídio.¹³⁴

O elemento psicológico da espera da tortura, que para Iara só se iniciou após a transferência dela e de Paeco para São Paulo, era utilizado pela repressão por todo o período de cárcere. Os intervalos entre as sessões de tortura eram desconhecidos e mesmo com a legalização da prisão e ida para um presídio, o retorno à tortura não era incomum.

Márcia rememora a tortura psicológica e a descreve como mais difícil de aguentar que a tortura física:

Eu suponho que seja o seguinte, quer dizer, quando você está..., também eu estou usando palavras ridículas, pior, quando você tem que enfrentar, é uma coisa que você tem que enfrentar, seja lá de que jeito for. A fantasia que você faz na volta da dor eu acho que psicologicamente é muito pior, eu acho que onde você tem maior possibilidade de enfraquecer é no aguardo da próxima tortura.¹³⁵

O medo se estrutura na criação do que pode ser, seja ele totalmente desconhecido – como rememorado por Iara sobre a espera da agressão física – ou já vivenciado, como nesta fala de Márcia, na qual o conhecimento das violências ao corpo provocava especulações sobre as próximas sessões: seriam piores? Ela conseguiria suportar?

¹³³ PRADO, Iara. Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.18

¹³⁴ PRADO, Iara Glória Areias. Op. Cit. p. 20

¹³⁵ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.37

Nair fala da tortura física dos militantes aproximando própria experiência daquela vivida por outros companheiros. Ela descreve que a cadeira do dragão e os fios elétricos com choques nas partes sensíveis do corpo (orelha, seios) e órgãos sexuais (vagina, anus), eram seguidos de socos e chutes. Em seguida, torturavam mais de uma pessoa na mesma sala e, tentavam obrigar os companheiros a se torturarem.¹³⁶

A referência a “todo mundo”, demonstra certo padrão e, ao mesmo tempo, revela um procedimento recorrente nas sessões de tortura: o uso do choque elétrico por todo o corpo e muita “porrada”, como aparece nos testemunhos das quatro mulheres.

Márcia, apesar de narrar a tortura de modo genérico (cadeira do dragão, pau-de-arara, porrada) dentro do “padrão comum”, rememora algumas situações que indicam sua condição física muito precária após os interrogatórios. Ela lembra que ao chegar no DOPS, foi levada ao delegado Fleury, que olhou para ela e ordenou ao policial “Leva essa coisa pra baixo, eles me mandam esse trapo”¹³⁷. Ela conta também que em seus documentos da prisão havia a seguinte declaração: “não sei que dia a detenta não será interrogada por não apresentar condições físicas e psicológicas”. Em seguida comenta: “Maior declaração de tortura que essa não tem.”¹³⁸

Márcia compara a repressão com um jogo, ainda que os lados tivessem forças muito diferentes: eles têm o controle sobre o seu corpo, mas querem as informações que estão na sua mente. Assim, lembra que seu exercício de resistência à tortura tinha um movimento psicológico de criar histórias que pareciam verdadeiras para ganhar tempo:

E é isso que eu estou falando, contra a força, o que você faz? Ou você entregava ou você criava uma circunstância de mentir e eles acreditavam porque se não acreditassem continuava apanhando do mesmo jeito. E eu acho que eu consegui essa coisa de eles acreditarem no que eu estava falando, por quê? Eu, agora já não lembro a ordem dos fatos, mas quando o cara botou a arma e eu disse atira, eu não tinha até então dito que tinha ponto nenhum, não conheço, não sei. Depois disso eu fui criando a história do ponto. Então não tinha porque duvidar, quer dizer, ‘ela não queria falar, mas não estava aguentando’, isso na lógica deles. (...) Esse jogo é um jogo.¹³⁹

Na lembrança de Márcia dois elementos se evidenciam: a sobrevivência e a resistência à delação. Em sua rememoração, ela destaca seu esforço, sob tortura, para evitar a prisão de

¹³⁶ KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.29

¹³⁷ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 34

¹³⁸ MAFRA, Márcia. Op. Cit. p.29

¹³⁹ MAFRA, Márcia. Op. Cit. p. 27

outros companheiros provocada pelas informações que ela possuía sobre os locais de encontro agendados por membros da ALN para os dias seguintes. Estes locais, chamados de pontos de comunicação, eram ideais para a captura de militantes. Ao mesmo tempo, Márcia reconhece suas tentativas para sobreviver aos ataques físicos. Não tinha receita de como garantir isso, ela pondera em seu relato. A relação estrita com a repressão exigia dos presos uma percepção constante da movimentação dos militares e das informações que lhes interessavam para, com muita sorte, construir uma narrativa que parece verossímil, sem, no entanto, colaborar para a captura de outros militantes.

A percepção de que o resguardo psicológico do torturado era uma forma de resistência frente à agressão também aparece no testemunho de Lenira, ao relatar o momento em que colocaram uma nova presa em sua cela no DOI-CODI:

Eu passei o resto dos 45 dias sendo carregada para ser torturada, a única vez que eu tive um contato com uma outra pessoa foi com a filha do doutor Malgaldi que foi presa e nesse dia o Zé Porrada, estava à noite, tinham sido preso o irmão dela e ela, aí ele mandou me buscar e virou para ela e falou assim: ‘- Você quer ficar como a Lenira? Se você não quiser ficar como a Lenira comece a falar já’. Aí eu virei para ela e falei assim: ‘- Fique como eu e não fale porque eu estou bem, quem está mal é ele’. Aí ele me tirou, ela estava com um poncho, ela quis me dar o poncho e eu falei: ‘- Não, fica com o poncho’, porque estava muito frio, era maio, junho. Ela quis me dar o poncho e eu falei: ‘- Não’, eu me lembro dela tentando me dar o poncho, eu falei: ‘- Não, fica com o poncho que você vai precisar’. Aí ele me tirou imediatamente da sala.¹⁴⁰

Esse trecho nos apresenta uma vitória psicológica de Lenira frente à repressão, ao responder o guarda indicando para a companheira a condição de vulnerabilidade dos militares quando eles não conseguem as informações almeçadas, mesmo com o uso e abuso da violência. Mas, ao mesmo tempo, quais eram os limites do corpo?

Lenira narra que tentou “revidar” a agressão em uma das sessões de tortura e a represália lhe causou perda de controle dos movimentos:

Também era ele que também estava lá, foi no dia em que me colocaram no cavalete, pau de arara e ele sentou no cavalete, num dos cavaletes, com uma vasilha, um copo de água na mão e um punhado de sal na outra, então toda a vez que me davam choque, eu abria a boca e ele jogava o sal na boca e a água pelo nariz, dizem que isso aumenta a potência do choque. Eu sei que nisso eu consegui soltar a minha mão do ferro, eu estava presa a um ferro, aí fiquei presa pelos pés e com as mãos soltas e quieta, numa hora em que ele se distraiu e que mexeram a máquina eu abracei ele, peguei ele pela cintura e puxei, soltei a mão de tudo e puxei ele, aí ele caiu por cima de mim e bateu o rosto na quina do outro cavalete de madeira, aí fez um corte grande começou a sangrar, eu fiquei toda cheia de sangue dele, aí pararam a sessão, me jogaram, me

¹⁴⁰ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.32

tiraram do pau-de-arara com o ferro e me jogaram no chão e ele sangrando então suspenderam tudo e ele foi fazer curativo. Ele demorou muito, ou a minha impressão jogada lá no chão é que ele demorou muito. Quando ele voltou ele me disse que sido obrigado a ir no hospital militar e que tinha dado sete pontos e eu no chão. Aí ele abaixou, me amarrou no mesmo no cano, chamou um outro policial e falou para ele: ‘- Segura na outra ponta do cano’, e ele segurou na outra, aí eles levantaram esticando os braços e eu fiquei pendurada lá em cima, aí ele virou para o outro policial e disse assim: ‘- Quando eu contar até cinco solta’. Então ele contou até cinco e soltaram o cano, eu caí, um metro e oitenta mais ou menos, eu fui jogada no chão, eu estava naquela posição de pau-de-arara, então foi a coluna direto no chão. Aí eu perdi o controle da cabeça, afetou a coluna e eu perdi o controle da cabeça.¹⁴¹

O controle sobre os corpos presos era um trunfo da repressão. Os agentes do Estado podiam fazer o que quisessem com os militantes: torturar, matar, desaparecer. Eles determinavam o limite da agressão, numa espécie de “roleta russa”, na qual as consequências dos atos só poderiam ser percebidas depois do feito. Assim foi com Lenira, que quase morreu ao ser jogada, presa ao pau de arara de uma altura de 1,80 m. A obrigação à nudez era mais uma manifestação da repressão sobre o controle dos corpos presos. Lenira descreve esse momento na sessão de tortura:

Ah sim, eles estavam muito bravos, eles ficaram muito bravos e foi a cena inicial da minha prisão, eu entrei na sala de tortura eles falaram para mim: ‘- Tira a roupa’, ‘- Não tiro’, ‘- Tira a roupa’, ‘Não pertencem a família dos senhores, eu não tiro a roupa’. Aí eles me seguraram, rasgaram toda a minha roupa, eu só fiquei com um casaco que foi aquele que eu havia jogado no chão e um lenço de pescoço, mais nada, eu passei 45 dias depois vestida de casaco e um lenço no pescoço e eu não sei por que eles não tiraram o lenço. Eu tive toda a minha roupa rasgada na equipe que o JC pertencia a ela.¹⁴²

A exposição à nudez era uma das formas de violência de gênero. Lenira foi desnudada à força e obrigada a passar 45 dias desnuda na prisão. Esse fato nos remete à sutileza da percepção da violência de gênero nas práticas de tortura.

O constrangimento em relação à descrição desse tipo de violência e a naturalização do sofrido pela sobrevivência após a tortura são elementos que dificultam a identificação das especificidades de gênero na tortura. Nos relatos de Marcia, Lenira, Nair e Iara, quase não há comentários sobre estas formas específicas de violência. No entanto, essa ausência não parece indicar que a violência tenha sido pouca ou que não tenha deixado marcas nos corpos e nas histórias destas quatro mulheres. O silêncio e os comentários sucintos sobre a violência de

¹⁴¹ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 29

¹⁴² MACHADO, Lenira. Op. Cit. p.29

gênero podem, na verdade, indicar que feridas profundas tenham sido provocadas pelas sessões de tortura.

A prática da tortura é uma violência, física e psicológica, no qual o violentado é levado a situações limites numa relação desigual de força. Os testemunhos dão prova de um permanente de resistência. Mas não ceder nem sempre é possível quando o corpo e a mente são induzidos à ruína. E quando o violentado sobrevive fica uma questão: como se relacionar com essa experiência? Nair relata um incômodo ao narrar o vivido e a preferência pelo silêncio:

É uma sensação horrível [relembrar a tortura], muito ruim, é isso que fica durante um período. E é assim, eu ouvi muita gente depois que fica falando da tortura, contando da tortura, eu não sinto necessidade de falar disso, a não ser quando me perguntam, se me perguntam eu falo o que foi. Mas na verdade eu nunca senti necessidade de ficar contando muito como é que foi, como é que não foi, porque eu acho que foi igual pra todo mundo. Quando eu falo que foi igual pra todo mundo, todas as pessoas que eu conheci lá passaram por isso. Me incomoda, mas eu acho que há pessoas que - eu ouvi muito isso - tinham que contar muito, não sei se era uma forma de exorcizar. Em outros casos eu acho que aí começam fantasias, aumenta.¹⁴³

A tortura cometida pelos militares foi um processo vivido por indivíduos, mas que influi na memória social sobre o período e nas lutas pelo estabelecimento da verdade e da justiça. Assim, há um dever de lembrar, “mesmo que se saiba que lembrar sempre pode ser tão dramático e insuportável quanto esquecer.”¹⁴⁴

Na narrativa de Nair aparece o desacordo com algumas construções posteriores dos relatos sobre a tortura:

E depois porque eu também li os testemunhos das pessoas, são muitas histórias que muitas pessoas testemunharam, escreveram e contaram. E eles contam... Então eu acho assim: ‘- Puxa vida, é assim mesmo, são muitos os que passaram por isso’, e é assim: ‘- Puxa, tem gente que passou por coisa muito pior’. Então eu não sou nenhuma pessoa tão especial. Todo mundo da minha geração, a maior parte passou por isso, todos os que foram presos passaram pela tortura, não tem quem não tenha passado, quem foi pra OBAN foi torturado e foi morto. Quando eu digo situações piores é porque pessoas foram mortas lá dentro. Nós escapamos.¹⁴⁵

A impossibilidade do silêncio, para alguns, convive com o incômodo da lembrança. O limite da tortura é a morte. Os que vivenciaram esse limite não podem lembrar, nem esquecer.

¹⁴³ KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 31.

¹⁴⁴ ENDO, Paulo. Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento. **Revista Usp**, São Paulo, n. 98, p.41-50, jun/ jul/ ago 2013. p.47.

¹⁴⁵ KOBASHY, Nair Yumiko. Op. Cit. p.32

No relato de Nair, revela-se a angústia dos que sobreviveram e precisaram falar por si e também pelos mortos e desaparecidos.¹⁴⁶

Os militantes presos no DOI-CODI e no DOPS minimizaram divergências políticas anteriores e criaram estratégias de sobrevivência coletiva de solidariedade e cuidado entre os torturados.

Márcia narra que demorou uns dias para encontrar outras detentas. Após o sequestro, ela foi levada diretamente para o interrogatório, e depois de muita tortura, não conseguiu mais andar, então, foi conduzida a uma cela em que estavam duas meninas:

Quando eu voltei, porque eu não tinha dormido. Não foi uma cela coletiva, eu acho que estavam duas meninas. (...) Mandaram as meninas cuidarem de mim. (...) Foi porque eu não andava. Naquela altura eu já não estava e eu acho que eles acharam que eu ia me matar. Eu continuo achando isso.¹⁴⁷

A narrativa apresenta a solidariedade entre as detentas que, embora não a conhecessem, a auxiliaram na sua recuperação. Lenira também ficou sozinha quase todo o tempo no DOI-CODI. Mas, quando estava paralisada e com feridas abertas pelo corpo em consequência do sal e dos choques da tortura encontrou Elisa, que foi levada pelos agentes do DOI-CODI para ajudá-la a tomar banho:

A primeira equipe de manhã foi do Zé Porrada, aí quando foram me buscar, desceram comigo eu já não conseguia andar porque eu estava com o problema da paralisia e não podia me encostar porque o sal já tinha me ferido toda, aí ele falou assim: ‘- Leva ela lá para cima de novo’. Aí subiram de novo a escada comigo lá para o meu quarto porque eu não tinha cela eu tinha quarto. Aí ele chamou a Elisa, que eu não tinha a mínima ideia onde é que a Elisa estava presa porque eu acho que ela também não ficou lá embaixo, eu nunca perguntei isso a ela. Aí a Elisa apareceu, e ele virou para Elisa e falou assim: ‘- Pega aquela cadeira de plástico’. A Elisa pegou e ele disse: ‘- Bota embaixo do chuveiro e dá um banho nela’. Então de porta aberta, ele do lado de fora da porta do banheiro e a Elisa com o chuveirinho tirando o sal do meu corpo que eu não conseguia..., eu não tinha mais controle do braço, eu não tinha controle da perna, a única coisa que eu conseguia dizer para ela era isso: ‘- Eu não falei em você, eu não falei em você’, morrendo de medo porque eu sempre soube que tudo que você falasse dentro de...¹⁴⁸

¹⁴⁶ Esse conflito entre a impossibilidade da plenitude da narrativa pelo sobrevivente aparece no texto de Beatriz Sarlo, ao analisar Primo Levi e as questões sobre os testemunhos dos horrores vivenciados nos campos de concentração nazistas. In: SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ufmg, 2007. p. 34.

¹⁴⁷ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 29

¹⁴⁸ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p.31

Elisa foi presa apenas porque estava na casa de Lenira no momento da invasão da equipe do DOPS. Entretanto, os militares a pressionaram afirmando que Lenira já havia confessado o envolvimento de Elisa na organização e que, portanto, ela deveria começar a delatar os companheiros. Esse boato não impediu os cuidados com Lenira, que em toda sua fragilidade tentou falar para Elisa que se manteve fiel, mesmo sob tortura.

A sobrevivência à tortura também se relacionava com a informação que os presos tinham sobre o que a repressão já tinha ciência, vez que poderiam “colaborar” com informações que já eram de conhecimento dos militares. Havia assim, entre os presos, uma tentativa de transmitir informações aos companheiros, ainda que ficassem sob vigilância permanente. Iara narra que Paeco descobriu o que um companheiro tinha falado sobre ela e deu um jeito de informá-la:

Um dia o Paeco conseguiu falar, ele ia descer, ele pediu para dar um beijo na mulher e eles deixaram, então abriram a minha porta, ele estava descendo a escada para ir embaixo, abriram a porta da salinha que era a cela da gente e falou: ‘- Vem dar um beijo no seu marido’. E aí ele me falou: ‘- O Fanta abriu o congresso e disse que você fazia o apoio’. Aí eu liguei porque que o cara ficava me batendo e perguntando se eu sabia cozinhar, entendeu? Que o tempo inteiro ele ficava falando: ‘- Você é cozinheira? Você é dona de casa? Me dá uma receita’. Bom, aí eu confirmei, isso daí, eu disse: ‘- Esqueci, nem foi importante [na mesma linha]. Ah não sei, teve uma vez mesmo que o Paeco se reuniu’. Foi assim e acabou.¹⁴⁹

Saber quais informações os militares tinham sobre o envolvimento com as organizações era uma importante ferramenta de resistência nos interrogatórios. A lembrança de Iara retrata uma atitude de preservação e solidariedade, que Paeco conseguiu construir graças à valorização moral do casamento, na perspectiva dos agentes militares.

Depois desse momento, as agressões físicas à Iara cessaram. Então, ela passou a dar apoio às companheiras que estavam na cela e iam para tortura, ela também ouvia os relatos dos interrogatórios e passava as informações para os companheiros, dentro e fora do prédio:

A partir daí eu comecei, dentro da OBAN, a dar apoio, estava a Jovelina, o Lamarca tinha fugido e tinha conseguido dormir na casa do amigo dele, o amigo que era do exército foi lá e comunicou, enfim, era Copa do Mundo. Eu fiquei um mês na OBAN, um mês, é um horror, um mês inteirinho, acho que até mais de um mês, todo dia, porque quando você está lá todo dia você vai. E aí eu comecei a escutar interrogatório porque a gente escutava o interrogatório, passava o que estava dum jeito para o outro, você entendeu, para quem saía, porque entrava muita gente e saía muita gente.¹⁵⁰

¹⁴⁹ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 23

¹⁵⁰ PRADO, Iara Glória Areias. Op. Cit. p. 23.

A resistência para além do possível é notável nos testemunhos. Estar sob constante tortura – física e/ou psicológica – manter o cuidado entre os presos com todos os limites impostos e tentar compreender o que se passava para comunicar aos companheiros de várias organizações marcaram a passagem dos presos pelo DOI-CODI, localizado na rua Tutoia em São Paulo.

A chegada ao DOPS, para a maioria, representava a legalização da prisão, o encontro com alguns companheiros e, claro, a continuação das sessões de tortura. Ao mesmo tempo, nesse encarceramento com maior fachada legal, havia uma rotina de banho de sol, alimentação e visita de familiares e advogados, o que ampliou a comunicação entre os presos e os grupos de apoio e solidariedade. Márcia conta de um companheiro que a ajudava a andar e massageava seus pés e de outra companheira para tratar as sequelas da tortura:

E eu tive um problema nos tendões, então eu fazia massagem. Tinha um cara que era preso, mas ele tinha acho que colaborado - eu não sei direito a história dele - era um cara da ALN chamado Hans, e a gente saía todo dia pra caminhar num corredorzinho fora, no sol, eu e a Cleusa tínhamos que caminhar e ele me fazia massagem.¹⁵¹

Pelas lembranças de Márcia, no DOPS não existia uma divisão estrita por sexo o que permitiu a convivência e a solidariedade entre homens e mulheres. Mesmo com a possibilidade do companheiro ter colaborado com a repressão não impediu que ele prestasse a solidariedade com as companheiras e por parte delas a convivência com ele.

A configuração espacial do DOPS permitia um convívio nas celas, apesar das solitárias no chamado “fundão”. A possibilidade de quebrar as regras na rotina de banho de sol, com os serviços internos, o exercício de sobrevivência em uma condição extrema marcou a experiência dos presos políticos. Essa solidariedade se manifestou de forma ainda mais clara nos presídios políticos.

Nesse capítulo analisei a atuação de Lenira, Nair, Márcia e Iara nas organizações de esquerda e suas percalços vividos durante a prisão, bem como, as experiências terríveis da tortura, nas dependências do DOI-CODI e do DOPS.

A questão de gênero não é muito vinculada à atuação política nas narrativas, o que indica a pouca pertinência desse tema para as militantes da década de 1960. Entretanto, a condição feminina influenciou no tipo de tarefas realizadas pelas mulheres nas organizações de esquerda e na

¹⁵¹ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 33

postura política. A maternidade de Lenira, por exemplo, impôs um afastamento temporário das organizações de esquerda e das ações de rua. Além disso, elas se ocupavam das tarefas de acolhimento, cuidados e organização prática de eventos; raramente assumiam papéis de comando nas organizações e, muitas vezes, viam-se vinculadas ao casamento ou a relações afetivas com companheiros militantes.

Durante as sessões de tortura ficou evidente que os agentes da repressão se apropriaram dos corpos e do papel social imposto para a intensificação da violência física e psicológica perpetrada. Essas experiências marcaram as trajetórias dessas quatro mulheres, que conviveram no Presídio Tiradentes onde começaram a elaborar sobre o vivido e sobre suas experiências de militância como mulheres e revolucionárias como analisaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - “ANO PASSADO EU MORRI, MAS ESSE ANO EU NÃO MORRO”: A CONVIVÊNCIA NA TORRE DAS DONZELAS E A RECONSTRUÇÃO DAS MULHERES COMBATENTES¹⁵²

No presídio Tiradentes, assim como na maioria dos presídios, os presos políticos eram separados dos presos comuns. Os presos políticos eram separados nas alas masculina e feminina.

O cotidiano organizado e partilhado pelas mulheres na ala feminina do Tiradentes expressa o exercício de sobrevivência em um contexto traumático e o esforço de conviver com a diferença de forma solidária pela violência comum sofrida nos atos da repressão.¹⁵³

A memória hegemônica construída sobre a luta contra a ditadura militar no Brasil, forjada a partir dos anos 1970, com forte caráter liberal, resignifica a luta armada como um exagero à esquerda, muitas vezes equiparando as ações armadas da esquerda à violência de Estado.¹⁵⁴

Resgatar esses testemunhos e refletir acerca da experiência dessas militantes da guerrilha urbana, mesmo que não diretamente sobre as ações armadas realizadas, constitui o esforço de repensar a luta contra a repressão no período. Paulo Endo escreve sobre as potencialidades do movimento de resgatar as experiências traumáticas de sobreviventes:

Ao lado da experiência do sobrevivente e dos impasses que se perpetuam nessa experiência – para sempre instalada no sujeito, na sociedade e na cultura –, mobilizam-se tentativas de figuração, representação e compreensão que, se, por um lado, não poderão capturar inteiramente essas heranças deixadas pelas violências, por outro se abrem para alguma restauração do pensamento diante do inominável.¹⁵⁵

Assim, o presente capítulo irá refletir sobre as estratégias de sobrevivência no presídio construídas pelas mulheres na torre das donzelas a partir dos testemunhos das mulheres cujos testemunhos são analisados nesse trabalho. Os eixos de reflexão se darão em torno do

¹⁵² O título faz referência à música “Sujeito de sorte”, de autoria Belchior. In: BELCHIOR. **Alucinação**. Rio de Janeiro: Polygram, 1976. Long Play, LP. Remasterizado em digital.

¹⁵³ Paulo Endo, em seu artigo, elabora sobre o conceito de trauma. In: ENDO, Paulo. **Pensamento como margem, lacuna e falta**: memória, trauma, luto e esquecimento. Revista USP, São Paulo, n. 98, junho/julho/agosto 2013. 41 – 50.

¹⁵⁴ Marcos Napolitano, em seu artigo elabora as construções historiográficas acerca da ditadura a partir dos anos 1970 até os dias atuais. In: NAPOLITANO, M. **Recordar é viver**: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. Antíteses. V. 8. N 15. 2015b. 09 – 44.

¹⁵⁵ ENDO, Paulo, Op. Cit, p. 43.

acolhimento, da organização cotidiana, das diferenças de opinião e postura dentro do presídio, o estudo e as especificidades de gênero percebidas nesse cotidiano.

3.1 Torre das donzelas: a organização coletiva da ala feminina do Presídio Tiradentes

Chegar à Torre das Donzelas significava ter sido presa, torturada, ver e/ou ouvir companheiros serem torturados e ainda assim sobreviver. A recepção no presídio era uma continuação da tortura física e psicológica. Havia, propositalmente, uma construção de terror. A Torre ficava isolada dos outros pavilhões, o que possibilitava relativo trânsito interno das presas.

Lenira descreve a ida para o Tiradentes da seguinte maneira: “A minha ida para o Tiradentes foi pacífica, saímos eu e a Cida Costa para voltar para o Tiradentes, quem não estava preparada para o Tiradentes era eu.”¹⁵⁶

Após ficar por mais de 4 horas na carceragem, enquanto os policiais revistavam as bagagens, e “tudo de nós”, nas palavras de Lenira, ela viu os portões do presídio se abrirem de repente e dois camburões entrarem no pátio. Então, alguns militares colocaram dois caldeirões com comida no meio do chão, os carros saíram e os portões foram novamente trancados. . No instante seguinte, presas comuns começaram a entrar no pátio com conchas, colheres, disputando um pouco da comida dos caldeirões. Lenira descreve sua sensação diante daquela cena “Dantesca”:

(...) aí eu virei para Cida e falei: ‘- Cida, é aí que a gente tem que vim apanhar a comida da gente? Ela falou assim: ‘- De vez em quando a gente vem, não todos os dias’, eu falei: ‘- Mas quem são essas mulheres?’, porque eram muitas. A Cida disse assim: ‘- São presas comuns’, aí eu falei para Cida: ‘- Cida, se eu tiver que brigar por comida eu vou morrer de fome’, ela falou assim: ‘- Não, você não vai ter que brigar por comida porque a gente já brigou por comida e a gente tem uma cozinha lá dentro, a gente pode fazer a comida da gente’. Foi assim uma sensação de alívio pensar que eu não tinha que disputar um pedaço de carne como elas estavam disputando porque era uma cena assim dantesca sabe Janaína, uma coisa que eu nunca consegui superar aquela cena daquelas mulheres todas se estapeando, se mordendo, puxando o cabelo para poder pegar um pouco de comida num prato plástico.¹⁵⁷

Nos testemunhos das quatro mulheres há relatos de situações como esta, narrada por Lenira, que marcavam as profundas diferenças entre as presas comuns e as por razões políticas.

¹⁵⁶ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 46

¹⁵⁷ MACHADO, Lenira. Op. Cit. p. 46

Via de regra, os carcereiros e agentes da repressão criavam circunstâncias para acentuar essas diferenças, assim, as detentas comuns eram vistas como violentas e agressivas, enquanto as presas políticas eram temidas como “terroristas”.¹⁵⁸

Nos relatos, a chegada efetiva ao pavilhão da Torre, separado espacialmente da carceragem onde Lenira se chocou com a briga por comida, foi lembrado como um momento de reencontro, alívio e acolhimento. Nas palavras de Nair, era o momento em que o pessoal te colocava “pra cima, tenta botar pra cima, tenta te dar apoio, acolhimento, porque você chega totalmente pirado, na verdade você chega destruído.” Esse sentimento de acolhida, também aparece nos relatos de Iara e Márcia que descrevem a entrada no pavilhão como “privilégio”, “alívio” e “grande alegria”.¹⁵⁹

A Torre tinha uma dinâmica diferenciada em relação aos pavilhões de presas comuns. Como apontou Lenira, houve lutas para melhorar a condição carcerária dos presos políticos. Com isso, uma das celas da Torre foi transformada em cozinha onde as detentas eram responsáveis por sua própria comida. Como relata Márcia Mafra:

Tinha uma certa rotina na Torre. Tinham duplas que faziam o almoço e as famílias, então dependia do período porque tinha período que tinha muita gente em São Paulo, então as famílias podiam levar com mais facilidade mantimentos ou até comida pronta. Havia momentos que muita gente era de fora então pesava para as famílias um pouco mais, para as famílias daqui... Então tinha a dupla que fazia almoço e tinha a dupla que fazia jantar, e era isso em termos de cozinha. Algumas muito boas, outras muito ruins (risos).¹⁶⁰

Márcia narra com humor que elas tinham direito até a reclamar da comida ruim, mas esclarece que havia momentos em que a dinâmica da cozinha era dificultada pelo impedimento de visitas e a consequente escassez de mantimentos, visto que os alimentos disponíveis na torre eram trazidos por familiares e amigos das encarceradas. Sua disponibilidade variava com o número de presas com familiares em São Paulo e, por vezes, pela disposição da repressão em autorizar a entrada dos suprimentos.¹⁶¹

¹⁵⁸ No seu testemunho, Lenira Machado frisa a importância do atendimento médico e odontológico, feito por companheiras presas políticas qualificadas, que inicialmente atendia só as meninas da Torre, mas aos poucos se estendeu às presas comuns que aos poucos foram perdendo o medo das “terroristas”. In: MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 47

¹⁵⁹ KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 37

¹⁶⁰ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 46

¹⁶¹ MAFRA, Márcia. Op. Cit. p. 46

As presas eram responsáveis pela preparação dos alimentos e a limpeza da cozinha, organizadas em grupos e escalas, por refeição: uma dupla preparava a comida, a outra cuidava da louça. A organização dessas tarefas acontecia internamente e todas participavam. Era uma atividade intensa, pois, em alguns momentos, a Torre chegou a ter 75 mulheres. Garantir as refeições para todo o grupo exigia uma disciplina coletiva. O horário de início dos trabalhos, a organização dos alimentos disponíveis para diminuir a escassez e a agilidade no preparo das refeições eram indispensáveis ao bom funcionamento do espaço.¹⁶²

Simpatizantes do combate à ditadura também levavam ao presídio materiais como linhas, agulhas, miçangas, utilizados pelas mulheres na produção de trabalhos manuais. Na ala feminina, o forte era a elaboração de peças de tricô e crochê. Das peças produzidas, parte ficava para uso próprio, outras para presentear familiares e algumas eram vendidas. Essas atividades fortaleceram vínculos entre os presos e os “de fora” (amigos, advogados, entre outros).

A realização de diferentes tarefas em um grande coletivo de pessoas que se reuniu forçadamente pela repressão exigia a coordenação das atividades. Para isso, algumas estratégias de organização foram adotadas pelas presas, como a criação do “Conselhão”, um espaço de debate e decisão. Segundo relato da Márcia, o Conselhão era uma instância mais ampla, para levantamento das propostas e o “Conselhinho” era o espaço deliberativo reduzido.¹⁶³

A fluidez das reuniões dialogava com a estruturação dos debates nas celas. Iara descreve como “política de celas”, herdada do PCB, no período das prisões do Estado Novo:

Olha, no período em que eu fiquei não, tinha uma organização, nós tínhamos alguém que sempre dirigia o coletivo e tinha uma política de cela. Tudo isso foi herdado do Partidão [PCB], das prisões do Estado Novo que o Partidão tinha feito. A política de cela era assim: uma pessoa de cada organização em cada cela para que o debate acontecesse, interessante isso.¹⁶⁴

A referência às prisões do Estado Novo retoma um contexto no qual comunistas e suspeitos de comunismo foram presos em nome da segurança nacional. Nas prisões, os militantes do PCB haviam estabelecido uma organicidade interna e criaram formas de se

¹⁶² MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 49

¹⁶³ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 43

¹⁶⁴ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 26

comunicar secretamente. Essas experiências foram transmitidas e parte delas inspiraram a organização das prisões políticas durante a ditadura civil-militar.

O cotidiano carcerário, por vezes, mantinha as afinidades políticas latentes. O vínculo aos movimentos políticos aos quais aquelas mulheres eram filiadas antes da prisão nem sempre eram quebrados durante as sessões de tortura. O presídio tornou-se similarmente um espaço de reencontro entre militantes de uma mesma organização, o que por vezes, se tornava critério para a organização das tarefas rotineiras. Nair apresenta sua percepção acerca da organização das militantes da ALN na Torre:

(...) o pessoal da ALN sempre foi muito organizado e eles tinham atividades lá, eu sei que tinham, mas eu não sei o que, deveriam ter porque eles faziam greve de fome lá, os meninos faziam isso, faziam aquilo.¹⁶⁵

A greve de fome de 1972 foi um ponto de intenso debate. Segundo Márcia, “(...) o argumento era o seguinte: continuamos ou não em armas dentro da prisão? Isso surgiu em vários momentos.”¹⁶⁶ Lenira descreve as opiniões e os três grupos que se organizaram dentro da Torre:

Então teve as três coisas dentro da torre. Tinha gente que fritava bife e temperava feijão enquanto as meninas estavam em greve de fome e tinha gente, como na nossa cela, em que a gente comia sanduíche e frutas, leite, queijo para não ter que fazer comida, para não ter cheiro de comida, o mínimo de respeito às companheiras que estavam em greve de fome.¹⁶⁷

No entanto, nem sempre a experiência externa conviveu em harmonia com as relações entre as presas. A dinâmica do presídio obedecia a demandas que nem sempre se adequavam às concepções políticas e às estratégias diversas das organizações. Para começar, a quantidade de militantes por organização era inconstante na Torre, de modo que a correlação de forças se desequilibrava continuamente. Além disso, nem todas mantiveram seus laços políticos externos no presídio e passavam a tomar decisões por conta própria ou propor estratégias sem levar em conta critérios mais coletivos.

¹⁶⁵ KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 39

¹⁶⁶ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 50

¹⁶⁷ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 55

A relação com a ala masculina fazia parte do cotidiano na prisão. Nos dias de visitas, as presas casadas podiam visitar seus companheiros. Além desse breve contato com os cônjuges, na parede comum havia comunicação entre as duas alas por código Morse ou por reflexo da luz do sol em espelhos.

A articulação entre as militantes encarceradas, advogados e familiares possibilitou a conquista de algumas concessões aos presos políticos. Além da cozinha própria, internamente na Torre as mulheres podiam transitar pelo pátio interno, como descreve Lenira:

Não, nós tínhamos um pequeno pátio, em função de ter que fazer comida essa coisa toda a gente tinha conseguido, os advogados das famílias, a gente tinha conseguido que a torre abrisse as portas das celas às sete e meia da manhã, então das sete e meia da manhã às dez da noite nós tínhamos circulação livre dentro da torre. A gente fazia comida, a gente fazia trabalhos manuais juntas, tomava sol juntas, a porta dava para um pátio onde tinha um tanque livre com policiais andando no muro, mas livre até as cinco da tarde, as cinco da tarde esse portão era fechado, a gente não tinha acesso para fora mais, das cinco até as nove, dez horas a gente podia circular internamente dentro da torre.¹⁶⁸

A mobilidade interna, além das celas, permitia a convivência entre as mulheres e contribuía na recuperação física de algumas sequelas das torturas. O banho de sol era opcional e com horário flexível, dentro do período em que o portão do pátio ficava aberto, diferente das presas comuns que tinham o acesso à luz do dia por tempo e em local controlados pelos guardas.

Na Torre, as mulheres tinham conquistado itens de lazer, como uma televisão e um rádio, que ficavam disponíveis em uma das celas. Os entretenimentos possíveis não eliminavam as tensões forjadas pelo provável retorno à tortura ou à remoção de alguma companheira para um desconhecido espaço de encarceramento. A ambiguidade nas lembranças sobre o Tiradentes manifesta a continuidade da tortura psicológica a despeito da relativa autonomia conquistada pelos presos políticos. Sensação dupla, de alívio e tensão, descrita por Iara, “(...) você ia para o Tiradentes, você baixava a guarda, de repente alguém foi preso, falou alguma coisa de você e você é levado outra vez. Essa era uma tensão constante que a gente tinha no Tiradentes.”.¹⁶⁹

¹⁶⁸ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 47

¹⁶⁹ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 25

A solidariedade, descrita com muito afeto pelas mulheres, marcou positivamente a vida de muitas naquele contexto difícil, sem impedir divergências na convivência cotidiana. Posicionamento político, compreensão da disciplina cotidiana necessária no contexto da prisão, relação com as definições da organização dentro do presídio, convivência com as companheiras que entregaram informações sob tortura foram alguns pontos de aflição. Como se comportar após a tentativa de esfacelamento da alma através da violência contra os corpos e mentes?

(Re)existir não foi tarefa fácil na prisão, ainda que na década de 1970 os presídios políticos já tivessem relativa abertura e possibilitassem certo contato com familiares e advogados. Algumas mulheres defendiam que a manutenção da disciplina revolucionária era a única forma de garantir a resistência, apesar da reclusão. Lenira, que divergia desse posicionamento e fazia parte do grupo de mulheres com “intensa vida noturna” na prisão, relata essa tensão:

Tinha aquela visão de que a única forma da gente se manter fortalecida era ter a nossa disciplina dentro do presídio, eu achava que não, que quanto mais a gente tivesse condições de ser a gente mesma dentro do presídio com as companheiras, ter liberdade com as companheiras naquela disciplina, aquela coisa rígida, mais você estaria se sentindo bem, mais você estaria recompondo as suas forças para enfrentar aquilo que ninguém sabia o que era. (...)Sabe, eu acho que a gente precisava de um pouco de plumas e paetês ali dentro para um aconchego maior, um colo, um agrado no cabelo, um ombro para chorar, era o lugar onde você podia se desmontar um pouco e essa rigidez para mim não era uma coisa legal e não era só para mim, para outras companheiras também não era.¹⁷⁰

A prioridade em reconstruir as identidades e felicidades que haviam sido destruídas aparece no relato. A condição de encarceramento possibilitava poucas margens de ação política, para muitas detentas. Resistir ao desmonte das almas era um ato de fortalecimento e enfrentamento, um ato de combate. Essas divergências envolviam no cotidiano a (in)disciplina em relação aos horários de acordar e realizar as tarefas. Lenira relata com alegria, seu envolvimento com as atividades noturnas:

Muito jogo de baralho, muita leitura, muita música, muito jogar conversa fora, então o levantar cedo como obrigação a gente falava: ‘- Mas porque, a gente está preso, para que a gente tem que levantar cedo? Não temos que pegar transporte, trânsito, nada disso, para que levantar cedo?’ É claro que a equipe que vai para a cozinha para fazer a comida tem que levantar cedo, porque nós tínhamos uma equipe.¹⁷¹

¹⁷⁰ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 50

¹⁷¹ MACHADO, Lenira. Op. Cit. p. 48

Como se observa no relato, a flexibilização dos combinados sobre os horários de dormir e acordar, descritos como disciplina “exagerada”, não era sinônimo de insubordinação às definições coletivas que garantiam funcionalidade ao cotidiano na Torre.

As narrativas também trazem memórias sobre o corpo e a nudez. Uma das polêmicas, por exemplo, era o uso de biquíni no banho de sol. Lenira, uma das defensoras do biquíni, relata a tensão:

Não era bem-visto por algumas, algumas vezes vieram falar: ‘- Mas esses homens...’, ‘Esses homens lá em cima estão aí porque a repressão colocou, então nós vamos jogar bola, nós vamos tomar banho de sol de biquíni, não é para bronzear? Nós vamos bronzear, não é banho de sol para bronzear, então nós vamos bronzear’ Então quando a gente saía para o banho de maiô, de biquíni ou de shorts, às vezes era malvisto isso.¹⁷²

A exposição do corpo incomodava algumas mulheres, que se sentiam violadas e defendiam que era preciso se preservar diante dos olhares dos vigias do Tiradentes. Para outras, como Lenira, ignorar esses mesmos olhares era uma maneira de se rebelar contra o controle dos corpos femininos. O embelezamento para as visitas também proporcionava tensões entre as presas, por motivos similares à rigidez da disciplina. Márcia descreve a divergência:

Tinha gente, por exemplo, que achava que a gente devia de apresentar o pior lado nas visitas porque a gente não estava bem e a gente - eu, por exemplo - me inscrevia numa outra coisa que era o seguinte: ‘- Não, porra, as famílias não têm porque sofrer isso, a gente não está tão mal, a gente está bem agora, está preso, mas está bem’. Então esse tipo de coisa.¹⁷³

Nesse caso, as divergências dialogavam com a (re)existência das mulheres que sobreviveram à tortura, ao mesmo tempo que interagiam com outro elemento: o reencontro com familiares. Esse contato tinha nuances nas histórias particulares, especialmente para as militantes que se afastavam de seus parentes na clandestinidade e voltavam a encontrá-los na prisão legal.

Os dilemas e emoções desses encontros motivavam a preparação festiva entre as companheiras encarceradas. Minimizar as mazelas sofridas e forjar esperança, dentro das possibilidades, era um gesto de cuidado consigo e com os familiares, como rememora Lenira:

¹⁷² MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 51

¹⁷³ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 46

A noite tinha grandes limpezas de pele, máscaras de água fria nos olhos, algodãozinho nos olhos e tal, principalmente a véspera de visita, botar uns bobes no cabelo, a roupa mais bonita que você tinha, querer aparecer bem para os teus familiares, passar a roupa até as tantas da noite para no sábado ir até o pátio do presídio, isso para a gente era uma festa, era um preparativo como se você estivesse aqui fora se preparando para um baile ou alguma coisa desse tipo. Sexta-feira à noite na nossa cela era uma movimentação: ‘- Me empresta isso, me empresta aquilo’, ‘- Com que sapato você vai?’, ‘- Eu vou com tal’, ‘- Ah, então empresta tal’, a gente fazia um troca-troca de coisas lá dentro.¹⁷⁴

Amenizar o cotidiano prisional era um esforço permanente de algumas. Ainda que com recursos limitados, espíritos violados, discordâncias entre companheiras, uma parte das mulheres organizaram algumas festas, como o baile de carnaval. A tensão em torno dessas ações foi ressaltada nos relatos de Lenira, que afirmou: “tudo causava certo *frisson* para algumas companheiras.”¹⁷⁵. Márcia declara, com certa graça, “(...) havia divergência sobre tudo.”¹⁷⁶

O estudo permanente foi mantido no presídio. O acesso a livros se dava às vezes com mais dificuldade, às vezes com menos, dependendo de quem estava na carceragem da prisão. De qualquer modo, aliados livres e militantes encarceradas encontraram diferentes alternativas para garantir a leitura no período em que estiveram na Torre da Donzela.

Trocar capas de livros era uma das maneiras de driblar a revista da carceragem. Os textos considerados mais “subversivos” entravam não só com as capas trocadas, mas com páginas alternadas com romances, como descreve Lenira: “(...) conseguíamos, com capa falsa, mas você tinha dificuldade para ler porque os livros eram montados, inclusive uma página de romance e a outra página de algum material que era interessante a gente ler.”¹⁷⁷

O perfil do coletivo das presas políticas também influenciou nas características dos estudos. A grande maioria de classe média universitária, algumas, além do repertório acadêmico, liam outros idiomas e traduziam textos para estudos na prisão. As mulheres citam autores como o filósofo Nicos Poulantzas, o psicanalista Wilhelm Reich, e a educadora soviética Nadejda Krupskaja, além de documentos das organizações políticas de combate à ditadura civil-militar.

As mulheres que tinham interesse se organizavam em grupos de leituras, por vezes determinados pela organização das celas, outras por afinidades. Definiam textos para a leitura

¹⁷⁴ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 50

¹⁷⁵ MACHADO, Lenira. Op. Cit. p. 51

¹⁷⁶ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 46

¹⁷⁷ MACHADO, Lenira. Op. Cit. p. 48

e um prazo que possibilitasse o acesso do texto a todas, uma vez que a disponibilidade de exemplares era limitada. Rotativamente, algumas mulheres ficavam encarregadas da apresentação dos temas e eventuais organizações de seminários. Os coletivos se construía com diferentes organizações, o que rendia ricos debates, como narra Lenira:

Encarregávamos alguém de ler o capítulo, dali a dez dias apresentar o capítulo que todo mundo já tinha lido para discutir. Mas dentro da minha cela não era por organização, a nossa estrutura não era por organização, que era uma grande vantagem.¹⁷⁸

As leituras permitiram reflexões acerca da realidade brasileira, da luta revolucionária, das organizações políticas, do papel da mulher na sociedade, além de reforçar o movimento de vida dentro do cárcere.

A participação dos estudos era voluntária, como narra Nair. Em sua experiência prisional, os debates teóricos não foram intensos: “Talvez alguns grupos lá dentro estivessem, mas eu não fazia parte disso, (...) o fato de a gente ter pouco material também..., então a discussão política efetivamente e de formação era muito pequena.”¹⁷⁹

A vivência de Nair, destoante das narradas por Lenira, Iara e Márcia, indicam a subjetividade manifesta nas distintas formas de absorção, elaboração e superação dos traumas físicos e psicológicos impostos pela repressão. E ainda que essas divergências causassem intrigas entre as presas, a diversidade de reações era acolhida na Torre.

Há uma fragilidade na aceitação das mulheres no presídio que não resistiram a tortura e delataram companheiros. Lenira foi categórica ao tratar do assunto: “Você tinha a questão do comportamento na tortura, éramos todos radicais, aí não tinha exceção de organização, eram todos radicais, falou ou não falou?”¹⁸⁰. Na narrativa, ela reflete sobre o quão era complicado essa posição, que desconsiderava a capacidade da tortura de destruir a pessoa, e que mesmo com o posicionamento radical, ela se opôs a situações de exclusão explícita das companheiras, mas relata que essas exclusões aconteciam mais no lado masculino.¹⁸¹

¹⁷⁸ MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 53

¹⁷⁹ KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 42

¹⁸⁰ MACHADO, Lenira. Op. Cit. p. 53

¹⁸¹ Lenira usa o termo “desbundado”, para se referir às companheiras que “cederam” à tortura. In: MACHADO, Lenira. Op. Cit. p. 48 - 53

Márcia Mafra afirma que havia diferenças na forma como lidar com a situação, em relação à ala masculina: “(...) a gente sentia que isso era muito diferente de lá porque a gente conseguia fazer festa, brincar, coisas de amenizar aquilo e muitas vezes éramos criticadas inclusive. Então tinha diferença sim.”¹⁸².

A delação, mesmo que sob tortura, era um tema caro aos presos políticos. Uma prática quase imperdoável na época e para alguns, até hoje. Ainda assim, no lado feminino – diferentemente da ala masculina - havia uma abertura para conversarem sobre isso, como relata Márcia:

Porque na prisão a gente discutia e conversava sobre isso, sobre como o presídio masculino, que embora fosse no mesmo presídio, a ala masculina era diferente e funcionava diferentemente da nossa, no sentido de que eles eram muito mais rígidos com coisas que iam desde os comportamentos, desde que seja na tortura, seja lá dentro, comportamentos com posturas, com diferenças pessoais de gosto, de coisa, eles eram muito mais..., tentavam ser muito mais homogêneos do que nós, porque eu acho que a gente tinha muitas instâncias de mediação das diferenças, (...).¹⁸³

Ao mesmo tempo, todas reiteram que as divergências não se configuraram como separação e que exigiram delas o exercício de conviver na diferença. Iara também narra as divergências em segundo plano: “Só para você ter uma ideia, eu acho que isso não foi o fundamental no período que eu tive lá, para mim pelo menos não foi.”¹⁸⁴ E, em outro momento reafirma: “Nós nunca brigamos, sinceramente eu não vivi essa situação, não vivi mesmo. Agora, tinha uma coisa, eram militantes de alto nível, eram mesmo, eu peguei um período muito bom.”¹⁸⁵

As lembranças explicitam diferenças entre as alas masculinas e femininas no presídio Tiradentes. Parte dessas divergências se apresentam no maior acolhimento às companheiras na Torre, relevando a organização política de origem, circunstâncias da prisão e, em alguns casos, a delação sob tortura. Ainda que discordassem sobre muitos pontos essenciais ou assuntos triviais e cotidianos ou que culminavam na participação indireta e involuntária de militantes na prisão de outros companheiros, o esforço do cuidado e da possibilidade de reconstrução

¹⁸² MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 55

¹⁸³ MAFRA, Márcia. Op. Cit. p. 54

¹⁸⁴ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 28

¹⁸⁵ PRADO, Iara Glória Areias. Op. Cit. p. 28

conjunta foi uma marca do presídio feminino. De que modo essa característica se vincula aos elementos do feminino?

3.2 Sobre viver: identidade e solidariedade feminina

A categoria gênero, elaborada no século XX, contribuiu na análise das relações de poder entre homens e mulheres. A eles o espaço público foi designado como legítimo, tendo como dever a política, a economia, o provimento da família, a defesa da honra. Elas, por sua vez, foram incumbidas de cuidar e servir para garantir que eles cumprissem suas obrigações.

O poder atribuído aos homens no patriarcado se sustenta pela associação das desigualdades a diferenças naturais, tidas como inquestionáveis. As qualidades do masculino – virilidade, racionalidade, coragem, independência, assertividade - e do feminino – fragilidade, acolhimento, empatia, intuição – justificavam o poder estabelecido. Essas características pressupõem a compreensão de homens e mulheres como sujeitos universais, não abarcando particularidades e identidades.

A suposta universalidade presente nessa categoria foi estabelecida a partir de um padrão branco e heterossexual. Instituiu nesse conjunto de características construídas em oposição uma definição do que é ser homem ou mulher na sociedade, como se essas duas possibilidades de existência humana se completassem.

A dominação dos homens não é admitida, tampouco anunciada explicitamente na sociedade. As mulheres existem em sua plenitude e não se percebem, porque não o são, menos capazes, dificultando a racionalização sobre opressões cotidianas sentidas e atribuí-las a condição de gênero.

No que tange a prisão política feminina, o que ser mulher proporcionou de particularidade nas vivências na Torre das Donzelas? Como a convivência forçada contribuiu para que aquelas mulheres percebessem sua condição de gênero? Como perceberam as potencialidades no feminino?

Amenizar o dilaceramento dos corpos e mentes após a tortura era a primeira preocupação das mulheres presas na Torre. Cuidar dos outros, função apropriada pelo patriarcado para subjugar mulheres aos homens, naquele momento se configurou como potência revolucionária de oposição e resistência à violência.

Aproveitando o maior acesso a informações pela possibilidade de visitas, as presas reivindicavam o apoio àquelas que muito necessitavam. Receber carinhosamente as novas companheiras era uma preocupação conjunta que influenciou inclusive na reorganização das

celas, para que, quando possível, as recém-chegadas ficassem próximas a rostos conhecidos, como contou Nair:

Tiradentes era assim, bom, nós tínhamos muitas atividades. Primeiro que o pessoal recebe (...), tenta botar pra cima, tenta te dar apoio, acolhimento porque você chega totalmente pirado, na verdade você chega destruído. (...) Aí era assim: tinha o pessoal antigo da prisão - quando digo antigo é o pessoal que estava lá bem antes de mim - eu cheguei lá e encontrei um monte de gente conhecida, que eu nem sabia que estava presa. A Márcia Mafra, a Robeni, a Lelé, que é a Leslie Denise, eram as pessoas que eu conhecia mais de perto.¹⁸⁶

Essa afabilidade, sentida e narrada por Nair, foi descrita por Márcia ao destacar a preocupação coletiva em não isolar nenhuma companheira, independente da condição na qual chegasse ao presídio:

Agora, o que se discutia? Tal pessoa está chegando num grau enorme de fragilidade, que cela vai ficar? Vai ter ou não vai ter participação nessas decisões. Embora tenha tido uma coisa no presídio feminino que eu acho que é uma coisa muito legal, nunca houve um isolamento do tipo assim, gelo, não faz comida, não participa da cozinha, não participa disso, não participa daquilo.¹⁸⁷

Não obrigar as companheiras a nenhuma tarefa, não as responsabilizar por grandes decisões no momento de fragilidade e simultaneamente não as isolar demandava atenção e sensibilidade daquelas mulheres que já haviam passado por situações parecidas e planejavam maneiras de amenizar o sofrimento das outras.

Ser mulher é também ter um controle emocional e relativa generosidade mesmo em situações limites. Esse elemento é observado por Márcia como uma das diferenças que ela percebia no coletivo de mulheres, “(...) é isso que eu estou chamando de generosidade. De alguma maneira a gente sabia que podia destruir as pessoas, ou não, e acho que a gente optou sempre por não.”¹⁸⁸

O direito ao prazer também fez parte do cotidiano na Torre. Na década de 1960, quando esse assunto aparecia socialmente, em revistas ou orientações familiares, tinha como pressuposto a subordinação da sexualidade feminina aos desejos masculinos. A importância da manutenção da honra e preservação da virgindade feminina antes do casamento, ou dicas de

¹⁸⁶ KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 36-37

¹⁸⁷ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 44

¹⁸⁸ MAFRA, Márcia. Op. Cit. p. 54

como satisfazer os maridos, diminuindo suas necessidade em buscar o gozo em relacionamentos extraconjugais, negligenciavam o prazer feminino.

A apropriação das mulheres sobre seus corpos perpassa pelo reconhecimento da satisfação com sua sexualidade, abolindo sua vivência subordinada aos anseios masculinos e validando o prazer. Sobre a insurgência desses assuntos na Torre, Iara relata que

(...) começou um debate, começou inclusive com todo mundo contando e isso evoluiu para a questão da sexualidade, foi muito interessante. Mal ou bem a gente estava protegida, eu me lembro, foi assim: ‘Bom, você já teve prazer sexual?’ Não, não tive. Ninguém precisava mentir, você está entendendo, estava todo mundo entre mulher. Não, não tive, como é isso? Como foi? As histórias de mulheres afloraram com muita força.¹⁸⁹

O adjetivo escolhido por Iara para caracterizar o ambiente feminino - protegida - manifesta a potência da auto-organização para a percepção de questões específicas, que muitas vezes são compreendidas como pessoais, particulares.

A informação e a educação sexual eram omitidas pela Igreja, pelas famílias. Quando o assunto surgia tinha uma abordagem punitiva e o foco era reduzir possíveis danos, como uma gravidez desonrosa. Mesmo na década de 1960, quando algumas tradições estavam sendo flexibilizadas, começava a inserção da pílula anticoncepcional no mercado brasileiro, o tabu sobre o sexo era mantido, como descreveu Carla Pinsky:

A defesa que faz da educação sexual é baseada nas seguintes justificativas: por uma questão de saúde e para evitar a falência da vida conjugal ou a ocorrência de um “traumatismo moral” em razão de “sustos e decepções”. Não se fala em satisfação sexual e sim em “missão” a ser cumprida, em realidade a ser enfrentada. (...) E os fracassos, quando ocorrem, são apresentados como culpa dos indivíduos [das mulheres, no caso] (...).¹⁹⁰

A desinformação, somada a experiências limitadas - vez que muitas mulheres casavam virgens - e a falta de espaços femininos seguros, ou seja, longe de pessoas que não mantivessem a descrição necessária a respeito das conversas realizadas, fizeram com que a Torre se configurasse como um espaço de fala, escuta e reconhecimento das mulheres sobre seus corpos e sexualidades.

¹⁸⁹ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 27

¹⁹⁰ PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 130.

A preservação dos corpos femininos também foi tema de debates, como descreveu Lenira sobre uso de biquínis no banho de sol. A imaculação do corpo feminino na década de 1960 era legitimada pelo seu suposto pertencimento a um homem. Os corpos femininos desonrados não tinham o mesmo cuidado, assim como os corpos das militantes sob torturas, ofendidas com frequência como “putas comunistas” pelos militares.

Os costumes e a compreensão da mulher como sujeito dependente se estendiam sobre seus corpos. As mulheres, na década de 1960, não pertenciam a si, mas a outro, seus proprietários, aos quais deveriam servir. Dessa maneira, o suposto cuidado com o corpo feminino não partia das necessidades e desejos das almas que os habitavam, pelo contrário, se referenciavam nas demandas dos que eram vistos socialmente como seus donos.

Assumir o controle sobre o próprio corpo e exibi-lo, ou não, a partir das necessidades das mulheres encarceradas, sem considerar como determinante os possíveis olhares, desejos ou pensamentos dos que estavam ao redor, representou um ato de transgressão e rebeldia dentro do cárcere.

O corpo se intensificou como um instrumento de luta e reivindicações no Tiradentes. Nesse sentido, em 1972 os presos políticos organizaram uma greve de fome em alguns presídios do estado de São Paulo, reivindicando melhorias na condição de encarceramento e a concentração dos presos políticos em um único lugar.

Realizar uma greve de fome é uma medida extrema, pois a consequência mais severa é a morte. Os presos sabiam disso e a repressão também. Desse modo, não ter pleno controle sobre os corpos dificultava a adesão radical à greve. Quando os presos grevistas começavam a passar mal em decorrência da falta de alimentos, os militares os levavam à força para hospitais militares, onde recebiam, contra a vontade, soluções de soro intravenosas.

Na Torre, o posicionamento das mulheres era variado. Márcia, militante da ALN, decidiu aderir à greve de maneira radical. Márcia, já muito fragilizada pela falta de alimentos, foi levada para um hospital militar, onde foi humilhada junto a outras companheiras pelos agentes da repressão, como lembra:

Depois de uns dias eu desidratei e outras pessoas também ficaram mal, mas eu me desidratei e caí desmaiada e eles [os militares] resolveram levar todas nós, acho que todas nós, pro hospital militar. Fomos e continuamos em greve, certo? Tudo bem, pode até dar soro, mas eu não vou comer. E lá estávamos quando começaram a nos tirar o maior sarro. (...) Acho que foi gente do DOPS lá falar com a gente, não sei se foi da OBAN, os próprios médicos e enfermeiros: ‘– Vocês são malucas, essa greve

acabou'. E a gente não acreditando. Até que os advogados tiveram que ir lá: ' - A greve acabou'. E a gente sentiu isso como uma grande traição.¹⁹¹

Os companheiros não se lembraram de comunicar à Torre a decisão do fim da greve. Márcia e outras companheiras souberam da decisão pelos militares. Esse acontecimento aparece como um marco na trajetória de Márcia, que relata o sentimento de traição, pois era inconcebível que elas tivessem sido esquecidas numa ação com possíveis consequências fatais.

Após se recuperar fisicamente e absorver emocionalmente o que tinha acontecido, Márcia, que até então tinha se esforçado para manter as diretrizes da ALN dentro da prisão, a partir da comunicação clandestina, repensou sua organização prisional:

(...) o aprendizado na ocasião foi esse: ' - Agora nós vamos fazer as coisas em conjunto com as mulheres' Não é assim entra e depois 'desentra' conforme nossa decisão, ou pergunta ou não vamos ficar isolados. Aliás, tinha ainda menos gente isolada dentro da nossa ala nos ferrando pra depois, e não tendo o menor controle do que estava acontecendo.

A partir daquele momento, Márcia passou a priorizar as definições do coletivo da Torre, ao perceber que, naquelas circunstâncias, era o espaço no qual ela conseguiria manter o controle sobre seu corpo, deliberar a quais vulnerabilidades ficaria suscetível, sem permitir que possíveis falhas de comunicação entre companheiros a definhassem.

A primeira vez que ouvi a entrevista de Márcia fiquei muito sensibilizada. Márcia faleceu em 2011, vítima de um ataque cardíaco. Em 2018, quando encontrei sua filha Ludmila ela me perguntou “minha mãe não se via como feminista, por que você quer analisar a entrevista dela para pensar a luta feminista no Brasil?”, e eu me lembrei de uma fala de Márcia quando está narrando a vida na prisão:

[Sobre a ausência de mulheres nas posições de direção das organizações política] (...), eu acho que a gente sentia com muita clareza, mas assim, (...) embora essa coisa das diferenças tivesse marcadas, a gente não fazia diferença, a gente se achava igual. Por isso que eu estou falando, eu cometi um erro crasso na vida, entre outros, mas esse é pesado, eu achei que eu era igual durante muitos anos.¹⁹²

Retomo a definição de feminismo elaborada por Constância Lima Duarte – apresentada no primeiro capítulo desse estudo -, na qual o feminismo é também toda ação contra a opressão

¹⁹¹ MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 47.

¹⁹² MAFRA, Márcia. Op. Cit. p. 55.

da mulher. Desse modo, a percepção de Márcia sobre o “erro crasso” de achar que as mulheres eram iguais aos homens, consiste num passo inicial na sua percepção enquanto mulher.

A convivência na Torre e as reflexões coletivas realizadas contribuíram para a organização feminina posterior. Iara Areias, reflete a posteriori, a importância que o exercício de convivência na Torre teve na organização de mulheres nos anos 1970 no Brasil:

Eu acho que essa situação foi a base da organização dos movimentos de mulheres depois, quer dizer, não das mulheres mais pobres que se organizavam em torno da igreja, os clubes de mães, mas a nossa que nos organizamos enquanto mulheres dentro dos nossos próprios grupos políticos teve a ver com isso, de não querer ter mais um espaço dividido ou ter que lutar e não ter respeito no espaço tradicional deles, e mesmo que a gente exercesse, como no caso do Brasil Mulher, exercesse a nossa militância no espaço feminino muitas vezes até da mesma forma que os homens, não tratando a questão da sexualidade, não aprofundando tanto, mas aquele espaço era nosso, quem falava em nome das mulheres eram as próprias mulheres.¹⁹³

A convivência forçada de pessoas diferentes em um contexto de tensão, como a prisão, manifesta contradições e potencialidades nem sempre refletidas. A vivência compartilhada das Meninas da Torre proporcionou, entre outras, a reflexão sobre viver e ser mulher.

Os papéis sociais não são determinantes na vida do sujeito. A experiência cotidiana possibilita transgressões frequentes, como pudemos observar nas vidas de Lenira, Nair, Iara e Márcia. Essas transgressões contribuíram para modificar os limites sociais, os transformarem de modo mais amplo.

Parte da sociedade brasileira na década de 1960 sob regime ditatorial apresentava uma estrutura patriarcal e valorizava tradições que retratavam a “moça de família” como sujeito incapaz de ser autônomo e, ao mesmo tempo, dotado de capacidades de servir e cuidar do marido, dos filhos etc. Por outro lado, nesse mesmo período, outra parte da sociedade reivindicou novos costumes e possibilidades de comportamentos que tiveram grande expressão nas passeatas de 1968.

Nesse contexto, a convivência forçada na Torre das Donzelas foi uma experiência na qual algumas das mulheres perceberam sua condição feminina, o papel social a elas delegados, limites e potencialidades de atuação nesse lugar. Perceberam-se mulheres e notaram que como tais, não eram tratadas, nem vistas como iguais pelos homens.

¹⁹³ PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP. p. 28

As atribuições femininas, comumente associadas à fragilidade e vulnerabilidade, se mostraram como potentes elementos revolucionários na medida em que contribuíram para a reconstrução das mulheres combatentes após o esfacelamento dos corpos e mentes pela tortura.

O lugar da mulher branca na sociedade capitalista ocidental, patriarcal de supremacia branca, apresenta uma afirmação e uma negação com o padrão social hegemônico. Por serem brancas ocupam a posição de *eu*. Por sua vez, enquanto mulheres ocupam o lugar do *outro*. Essa posição apresenta uma ilusão traiçoeira de igualdade que vem confundido a análise e a prática de luta do que se configurou como “feminismo branco” a partir da década de 1970, no Brasil.¹⁹⁴

É inegável a contribuição dessas mulheres brancas, que combateram a ditadura civil-militar para a história das mulheres no Brasil. Entretanto, é importante lembrar que elas são parte das mulheres do Brasil que combatem cotidianamente o patriarcado. A importância de reconhecermos essas trajetórias, explicitando a branquitude que as compõe se dá pela possibilidade de diálogo com outras mulheres que também rumam contra a opressão.

¹⁹⁴ KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas fazem a história a partir de condições que foram pré-determinadas a elas. Essa síntese apresentada por Sartre num contexto pós stalinismo apresenta uma crise no pensamento marxista mundial e nas concepções e formulações historiográficas a partir da década de 1950.

A necessidade ainda latente de uma análise historiográfica que considere as objetividades sem marginalizar as subjetividades e vice-versa segue como um desafio para os historiadores no século XXI. Esse desafio se amplia com contribuições indispensáveis de pensadores “subalternizados”.

A literatura sobre racismo e decolonialidade trazem à tona o questionamento dos conceitos universais euro centrados. Estudar a história das mulheres nesse contexto, me apresentou perguntas incomuns aos registros encontrados sobre mulheres na luta contra a ditadura militar no Brasil. Quem eram essas mulheres? Como eram essas mulheres? Qual a ascendência? Que lugar social ocupavam? Como ingressaram na luta política?

As mulheres que lutaram contra a ditadura militar no Brasil na década de 1960 o fizeram com pouca consciência sobre como sua condição feminina implicou na atuação política. Ao mesmo tempo que a participação dessas mulheres na luta contra o regime corroboraram para a compreensão e o questionamento do seu papel social.

No início da década de 1960, os padrões de comportamento feminino circulavam entorno da imagem da “boa moça”. As mulheres eram tidas socialmente como incapazes, infantilizadas, dependentes da guarda de um homem para protegê-las. Inicialmente essa figura era o pai, ou na falta desse, um irmão, um tio. Num segundo momento, o tutor passava a ser o marido, o que se evidencia até hoje em alguns ritos religiosos quando o pai da noiva a levava ao altar e a entregava ao noivo e era legitimado pela legislação, apesar da laicidade estatal, pelos limites de direitos civis das mulheres na época.

Nesse aspecto o objetivo das moças de família era arranjar um bom casamento. Assim, as meninas eram treinadas desde pequenas a falar somente quando fosse solicitado, manter sempre boa postura, demonstrar constantemente amorosidade e contentamento, ter habilidades domésticas desenvolvidas, como saber costurar, administrar a casa, gerenciar as tarefas domésticas, cozinhar.

Às mulheres ficava delegado o trabalho reprodutivo, o cuidado como trabalho, tendo em sua formação o condicionamento a preservar o bem-estar, as demandas e desejos dos outros familiares: pais, irmãos, maridos, filhos etc.

Outra característica das boas moças era a reputação ilibada. A virgindade da moça deveria ser inquestionável e para isso a escola, a família e as revistas de época reservavam inúmeros conselhos que se apresentavam de maneiras diversas, desde a conduta religiosa a piadas nas seções das revistas. Andar sempre acompanhada, não namorar com rapazes sem compromisso, não frequentar lugares suspeitos, prezar sempre por boas amizades eram recomendações comuns às moças.

A família tinha o dever de orientar e garantir que as meninas seguissem o bom caminho. Internamente, a mãe era responsável por essa orientação, enquanto ao pai cabia resguardar a honra da família. Assim, a mãe deveria ensinar o gerenciamento do lar, as vestimentas adequadas, a postura e a discrição, orientar a filha sobre rapazes que deveriam ser evitados e quais deveriam ser conquistados, que tipo de liberdades eram permitidas antes do casamento. O pai se ausentava dessa orientação e deveria ser convocado a intervir somente se a honra de sua família fosse violada, deveria aprovar os namoros e se sua filha ficasse “falada” deveria garantir o casamento.

A escola, por sua vez, tinha o dever de instrumentalizar essas moças com repertório cultural, habilidades domésticas gerenciais – com aulas de economia doméstica -, com dotes para conquistar um bom rapaz – aulas de corte e costura, culinária etc.

Lenira Machado, Nair Kobashy, Iara Prado e Márcia Mafra romperam com esses padrões quando decidiram ocupar espaços políticos na luta contra as desigualdades e a ditadura civil-militar no Brasil. Elas, junto a outras companheiras, colocaram seus corpos em lugares tidos como masculinos, não aceitaram a subordinação aos familiares e marido e demonstraram na prática que as mulheres tinham condições de ocupar os espaços públicos e políticos. Romperam com a figura da boa moça submissa, e com autonomia desenharam suas histórias pessoais e contribuíram para transformações no país.

A experiência feminina na luta política e, particularmente, na ala feminina de presas políticas do presídio Tiradentes, apelidada de Torre das Donzelas, possibilitou a construção de laços afetivos entre mulheres que corroboraram para a validação da solidariedade, do acolhimento e do cuidado como valores a serem preservados na construção de uma outra sociedade.

A inserção dessas mulheres nas organizações de esquerda passou pelo movimento estudantil da década de 1960. À exceção de Lenira, advinda de uma família comunista, que quando ingressou na universidade tinha atuado em diferentes organizações das esquerdas, como o PCB e as Ligas Camponesas na qual realizava algumas tarefas no interior paulista e facilitava o trânsito de informações.

Os partidos políticos de esquerda na década de 1960 tinham membros atuando profissionalmente em diferentes espaços educacionais. Principalmente, nos cursinhos de preparação para o vestibular, concentravam esforços para envolver os mais jovens nas organizações políticas. Esse foi o caminho de aproximação política de Nair e Iara, de maneira mais explícita, apontando que os vínculos pessoais se mostravam relevantes.

Dentro da universidade, os espaços de atuação eram diversos. Tinham as agremiações estudantis, os partidos políticos, as associações. Esses espaços às vezes tinham predomínio de uma corrente de esquerda, horas de outra e por vezes diferentes frentes conviviam no mesmo espaço. Este era o caso da Associação de Moradores do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, da qual Nair foi membro da diretoria por dois anos.

As mulheres atuavam majoritariamente em frentes de secretariado, organização e difusão das informações interna e externamente. Quando aconteciam atividades maiores, como por exemplo, o Congresso da União Nacional dos Estudantes em Ibiúna, grande parte das mulheres ficou em tarefas de acolhimento e logística (recepcionar estudantes de outros estados, auxiliá-los no deslocamento para Ibiúna, organizar os transportes etc.).

A consolidação do regime e o progressivo acirramento da repressão foram dificultando a realização de ações mais públicas e numerosas como grandes manifestações de ruas. O número de prisões aumentava consideravelmente e as possibilidades legais de questionamento à ditadura eram cada vez mais restritas. Nesse contexto houve uma mudança substancial na estratégia de combate aos militares, com a estruturação de guerrilhas urbanas e rurais e com o aumento da perseguição aos opositores da ditadura, muitas pessoas ficaram vivendo de maneira clandestina.

Lenira, Iara, Nair e Márcia acabaram se tornando clandestinas ou semiclandestinas nesse contexto, o que apresentou uma nova realidade de ação e vida para elas. A clandestinidade se impôs a Nair após a invasão do CRUSP, pelos militares em 1968. Nair foi morar com amigos e conseguiu se manter escondida, com nomes e documentos falsos até 1972, quando sua casa foi invadida pelos militares.

Lenira, que estava com um filho de dois anos, era conhecida pela polícia de São Paulo pela sua vida política anterior à maternidade, participava de algumas reuniões de organizações das esquerdas, mas estava afastada das atividades políticas de maior exposição. Seu companheiro Altino Dantas, pai de seu filho era um dos dirigentes da Ação Popular. Sua condição era de semiclandestinidade, pois ainda que não estivesse sendo diretamente procurada naquele momento, e pudesse utilizar seus documentos reais, sua relação com Altino era

conhecida pela polícia, assim como seu passado, o que exigia dela cuidados relacionados à exposição pública. Eles foram presos em 1971.

Iara e Márcia também viveram, pós AI-5, uma condição de semiclandestinidade. Com o AI-5, o namorado de Iara entrou para a lista de procurados da USP e a sua organização, VPR, decidiu que ele deveria ir para o Rio de Janeiro. Iara, que na época atuava na POLOP, decidiu acompanhá-lo. Casou-se, mudou-se para o Rio de Janeiro e integrou a VAR-Palmares – organização fundada por parte da VPR naquele momento. Nesse período Iara organizava reuniões, estruturava as logísticas de alimentação, hospedagem, transporte e contribuía com a organização e circulação de informações na organização. Sua condição legal a permitia viajar pelo país sem causar grandes desconfianças por parte dos militares. Paeco e Iara se mudaram para o Rio Grande do Sul, onde organizaram uma gráfica clandestina para reproduzir os materiais da organização. Foram presos em flagrante pelo DOPS/RS e, posteriormente, transferidos para São Paulo.

Márcia era professora de história em um colégio na Penha, bairro da zona leste de São Paulo antes do AI-5. Em 68 ela passou a integrar a Frente de Massas da Aliança de Libertação Nacional, produzindo e distribuindo panfletos de maneira clandestina, ao mesmo tempo em que seguiu com sua vida legal como professora. Essa conciliação foi possível até 1970, quando agentes da repressão começaram a perseguir Márcia próximo à escola em que ela lecionava, o que a fez se demitir. Márcia seguiu com as atividades na ALN, até 1971, quando foi presa em um “ponto” – local em que iria encontrar outro militante para trocarem informações.

No cotidiano das organizações políticas na década de 1960, as desigualdades de gênero não eram latentes nos coletivos e para os indivíduos. As mulheres percebiam diferenças na formação, nas permissões sociais, mas a elaboração sobre essas percepções apareceu nos testemunhos como reflexões posteriores.

Nos testemunhos, o questionamento acerca das questões de gênero aparece como uma questão menor no período. Alguns grupos discutiam o controle através do comportamento social expresso na questão da virgindade pré-nupcial como exigência para caracterização das moças de família, o acesso à pílula anticoncepcional também gerava alguns debates. Entretanto essas questões apareciam em grupos menores, de amigos, sem grandes ecos nas organizações e nas ações políticas.

Nas reflexões posteriores aparecem algumas caracterizações dos corpos femininos em luta. A atribuição comum de determinadas tarefas às mulheres apontava uma compreensão não declarada do que eram as tarefas femininas. A logística, acolhimento e divulgação de informações eram exemplos dessas.

A figura da mulher masculinizada também aparece nos relatos. Atributos femininos como vaidade, sensibilidade, emotividade eram suprimidos por algumas companheiras para conseguirem o respeito dos companheiros e tarefas de direção nas organizações. As características do bom soldado revolucionário eram masculinas, assim, fazia parte das práticas não discutidas que as mulheres que quisessem se tornar soldados revolucionários deveriam se apropriar dessas qualidades.

Ser a companheira, namorada, esposa de alguém era outro aspecto que implicava em um entendimento dos outros em relação às mulheres. Era comum que as habilidades e o envolvimento da companheira na luta fossem ignorados ou minimizados e ela passasse a ser tratada como “a mulher do cara”. Um dos exemplos narrados por Iara Prado foi o caso da Iara Iavelberg, que é lembrada por muitos como a amante do Capitão Carlos Lamarca, diminuindo sua trajetória política no movimento estudantil da Universidade de São Paulo, sua atuação na Política Operária e sua atuação na Vanguarda Popular Revolucionária antes de se envolver com o Lamarca.

Ainda que a condição feminina ser associada à fragilidade fosse uma desqualificação desses corpos frente à sociedade, as mulheres souberam utilizar isso com potencial subversivo em suas tarefas, para se esquivar da perseguição em alguns momentos. Para as mulheres era mais fácil levar informações ou cargas proibidas de uma cidade a outra, por vezes de um estado a outro sem levantar muitas suspeitas dos repressores, afinal para a sociedade, que perigos uma jovem moça poderia apresentar?

Quando eram presas pelos órgãos ditatoriais, entretanto, a violência cometida contra as mulheres era duplamente potencializada, vez que elas ousaram lutar contra o Estado e contra o seu papel social definido. Não são raros nos testemunhos a qualificação das militantes pelos militares como “putas comunistas”.

A violência sexual era comum. Os militares despiam os corpos e estupravam as mulheres, algumas vezes na frente de seus companheiros para violentá-los também ao “possuírem suas mulheres”. As secreções femininas decorrentes do aleitamento, ou mesmo a menstruação também eram utilizadas como potencializadoras de violência, pois as mulheres eram impedidas de se higienizar, sendo obrigadas a conviver com roedores e insetos. A tortura física se equiparava às agressões cometidas contra os homens com socos, chutes, pauladas, choques etc. A tortura tinha por objetivo destruir, desumanizar os sujeitos. A violência contra as mulheres nesse contexto se somava à uma noção masculina de ensinar aquelas mulheres subversivas qual era o lugar delas.

O confinamento de mulheres de diferentes organizações após intensa violência repressora nos órgãos de tortura clandestina do Estado, evidenciaram particularidades da condição feminina na luta política. Ao mesmo tempo em que a convivência possibilitou a reconstrução coletiva e individual dessas mulheres e a possibilidade de reencontrarem seus lugares após as intensas violências sofridas.

Ao chegarem na prisão as militantes ficavam separadas das presas comuns, e eram encaminhadas a ala de presas políticas. No caso do presídio Tiradentes, a ala política feminina ficava em uma torre separada, o que permitiu as presas conseguirem negociar a abertura das celas e do pátio da torre durante o dia. Assim, elas conseguiam circular pela torre e tomar “banho de sol”, com maior flexibilidade de horários. Essa dinâmica além de aumentar o convívio e o cuidado entre as mulheres, facilitava a organização entre elas.

As presas tinham autonomia na organização das celas. Elas definiam quem ficaria em qual cela e os critérios para essas escolhas variavam, dependendo das características do grupo encarcerado. Para a organização interna as presas se organizavam em duas instâncias: o “Conselhão” que era uma espécie de assembleia das presas políticas que juntavam propostas e o “Conselhinho”, um espaço deliberativo.

A alimentação era feita em uma cozinha coletiva, separada da alimentação dos presos comuns. Os familiares e amigos traziam os alimentos nas visitas e as mulheres encarceradas se organizavam em duplas para garantir as refeições e a limpeza da cozinha. Outra tarefa coletiva era a produção de artesanatos que eram vendidos pelos familiares fora da prisão para ajudar com os custos de advogados, alimentação etc.

As mulheres na Torre das Donzelas também tinham acesso a livros, o que permitia estudos individuais e coletivos. Esses estudos eram opcionais e tratavam de temas diversos, incluindo sexualidade, a condição feminina e o feminismo.

Todas essas ações foram fruto da organização e luta das presas, sendo alto de rebeldia frente ao encarceramento. Manter relativa autonomia na prisão era luta constante, visto que muitas vezes os militares dificultavam a entrada de alimentos, livros, roupas, proibiam visitas e por vezes retiravam algumas mulheres da Torre para novas sessões de tortura.

O cuidado entre as presas aparece com frequência nos testemunhos. Havia um esforço para não exigir das companheiras além do que pudessem contribuir depois de terem sido expostas a tantas violências ao mesmo tempo em que todas eram envolvidas, de alguma maneira, na coletividade para não se sentirem sozinhas.

As roupas, maquiagens, comidas, livros, todos os materiais aos quais as presas tinham acesso eram compartilhados na ala feminina, pois nem todas tinham família em São Paulo, por

exemplo. As rebeldias aparecem nos pequenos gestos, em não seguir a rotina prisional imposta pelos militares e manter uma organização coletiva.

A convivência prisional entre mulheres as fortaleceu. Os atributos femininos, até então subestimados socialmente demonstraram a potência do cuidado com a vida. A sensibilidade, o afeto, o cuidado, a gentileza, a solidariedade possibilitaram aquelas mulheres se reinventarem e sobreviverem.

Parte das presas se perceberam enquanto mulheres numa sociedade patriarcal que se enraizava também nas organizações de esquerda. Quando vi no testemunho de Márcia Mafra a percepção do “erro crasso” cometido durante a militância na ALN por achar que “era igual aos homens”, tive vontade de dizer a ela que não foi a única a cometer esse erro.

O feminismo no Brasil vai se estruturar coletivamente nas décadas seguintes como pauta política na confluência de vários fatores, entre eles a experiência concreta dessas e outras mulheres que em contexto adverso na década de 1960 questionaram seu lugar social e se colocaram em oposição a um regime ditatorial.

O movimento feminista no Brasil que emergiu na década de 1970, oriundo da movimentação política descrita nesse trabalho sem dúvida trouxe mudanças significativas para as mulheres.

Concluo esse trabalho dialogando com a minha inquietação sobre a revisão de termos universais. As discussões atuais que evidenciam a necessidade de uma análise interseccional entre gênero, classe e raça para uma compreensão coerente da história exige de nós, pensadoras contemporâneas, que façamos a pergunta: Quem são “as mulheres”?

A sociedade patriarcal silenciou as vozes das mulheres brancas por séculos. Ainda hoje nos “permitem falar” desde que não subvertamos a ordem das coisas. Nosso pensamento, emanado de uma formação masculina e branca, por dificuldade de renunciar a certos privilégios, muitas vezes reproduz a violência que denunciamos.

A presente pesquisa colaborou para a compreensão sobre as contribuições da luta de mulheres brancas e amarelas, mas não negras, universitárias, de classe média para o avanço nas reflexões e atuações das mulheres no Brasil. Também auxiliou na necessidade de questionarmos nosso lugar de mulher branca como sujeito universal mulher. Ainda que seja uma questão a ser aprofundada em futuros trabalhos, findo essa pesquisa provocada pela necessidade de enxergarmos o nosso lugar de mulheres brancas e afirmá-lo como não universal, para que

possamos realmente dar as mãos para nossas irmãs e efetivamente combater o patriarcado e o racismo.¹⁹⁵

¹⁹⁵ HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2004.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". **Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: ALESP, 2014.

BASTOS, Natália de Souza. **Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil – anos 1960- 1980**. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BELCHIOR. **Alucinação**. Rio de Janeiro: Polygram, 1976. Long Play, LP. Remasterizado em digital.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 1 v.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella** 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. **Lei nº 6683**, de 28 de agosto de 1979. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: jul. 2018.

_____. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. V.1. Brasília: CNV, 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 40, p.11-36, 2004.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmdp.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

CONY, Carlos Heitor. **Ditaduras e ditabranda**. Folha de São Paulo. 20.mar.2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2003200928.htm>. Acesso em: jul. 2018.

COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

COSTA, Emília Viotti da. **Dialética invertida: 1960 – 1990**. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3742. Acesso em jun.2019.

CHRISTOFOLETTI, Lilian. Juiz condena Ustra por sequestro e tortura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1010200834.htm>. Acesso em: 18 jul. 2018.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raças e classes**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25 a 45.

EDITORIAL. **Limites à Chavez**. Folha de São Paulo. 17.fev.2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em: jul. 2018.

ENDO, Paulo. Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento. **Revista Usp**, São Paulo, n. 98, p.41-50, jun/ jul/ ago 2013.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Petrópolis: Zahar, 1981.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FIGUEIREDO, Janaína P. Amado Baptista de (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2014.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p.43-59, jan./jun. 2012.

FREDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. **El Patriarcado del salario**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FREIRE, Alípio et al. (org.) **Tiradentes, um presídio da ditadura**: memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

_____. Um acervo de imagens dos presídios políticos: o cotidiano através das artes plásticas. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. ISSN 2176-2767**, [S.l.], v. 21, ago. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10768/8000>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

_____.; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (Org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**: memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

GABNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, Escrever, Esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: A esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IBGE. **Estatísticas Históricas do Brasil**. 2. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Difusão de Informações, 1990.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969 - 1975). 2008. 349f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó. 2019.

KOLLONTAI, Alexandra. **Nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. Ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MEMÓRIAL DA RESISTÊNCIA. **Biografias da Resistência**: Alípio Freire. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/alipio-freire/index.html>. Acesso em: 19.jul.2017.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O que fazíamos em maio de 1968 no Brasil. In: Dossiê: 40 anos de Maio de 1968 – Entrevista com Maria Lygia Quartim de Moraes realizada por Renata Gonçalves e Carolina Branco. **Mediações**, v.13, n. 1-2, p. 109-120, jan/jun. e jul/dez. 2008. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/3289/2701>. Acesso em: jun. 2019.

_____. **A experiência feminista dos anos setenta**. Araraquara, SP: Editora Unesp, 1990.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, v. 8, n. 15, p.9-44, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Costa Albertina de et al. **Memórias das Mulheres do Exílio**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005.

_____.; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____.; RIDENTI, Marcelo Siqueira; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ALN**. São Paulo: Alameda, 2018.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. **Relações de poder no feminismo paulista – 1975 a 1981**. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2011.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **Em busca do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social**, [s.l.], v. 2, n. 2, p.113-128, dez. 1990.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

RIGONATI, Denise Truguilho. **Ainda choram Marias e Clarices: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil**. 2015. 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2015.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. **Revista Taller | Segunda Época**, [s.i.], v. 1, p.201-234, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Editora Quatro Artes, 1969.

_____. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos e Ensaios/ Ciências Sociais/ FLACSO – Brasil** – junho/2009

SALES, Jean Rodrigues (org.). **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ufmg, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p.35-50, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SCIENCE, Chico et. al. **Afrociberdelia**. Rio de Janeiro: Chaos, 1996. Compact Disc. Digital Áudio, 1 CD. Remasterizado em Digital.

TELES, Edson.; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2009.

TELES, Janaína de Almeida. **Ditadura e repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo**. Lua Nova (Impresso), p. 191-220, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n96/0102-6445-ln-96-00191.pdf>. Acesso em 24.jul.2017.

_____. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil**. 2011. 519f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2011.

TELES, Maria Amélia Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda. 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade**. v. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FONTES

KOBASHY, Nair Yumiko. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2008. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP.

MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 09 e 15.abr.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP.

MAFRA, Márcia Yajgunovitch. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 08.fev.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP.

PRADO, Iara Glória Areias. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 19.set.2009. Projeto Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP.